

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
FORMAÇÃO DO LEITOR

MARIA IGLÊ DE MEDEIROS

RETRATOS DA DIGNIDADE: NEGROS DO RIACHO

Identidade – Educação – Fotografia

2005-2007

NATAL

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA IGLÊ DE MEDEIROS

RETRATOS DA DIGNIDADE: NEGROS DO RIACHO

Identidade – Educação – Fotografia

2005-2007

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Pinto Coelho
Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vilma Vitor Cruz**

**NATAL – RN
2008**

MARIA IGLÊ DE MEDEIROS

RETRATOS DA DIGNIDADE: NEGROS DO RIACHO

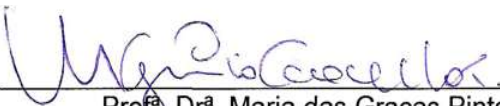
Identidade – Educação – Fotografia

2005-2007

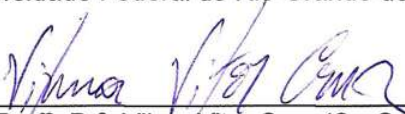
Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovado em: 09 / 05 / 2008

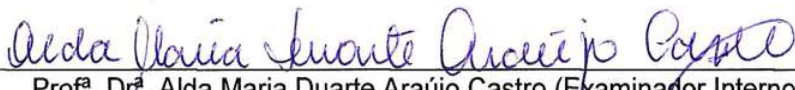
- BANCA EXAMINADORA



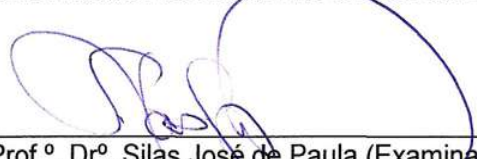
Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Pinto Coelho (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Prof.^a Dr.^a Vilma Vitor Cruz (Co-Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Prof.^a Dr.^a Alda Maria Duarte Araújo Castro (Examinador Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Prof.^o Dr.^o Silas José de Paula (Examinador Externo)
Universidade Federal do Ceará – UFCE

Para, João e Maria,
meus pais.

Ao futuro - às crianças do Riacho.
Que suas vidas lhes reservem a liberdade de viver plenamente
sua identidade.

AGRADECIMENTOS

A todos que estiveram ao meu lado,
Dando-me a presença, apoio e compreensão.

Ceux qui ont gouverné lês
peuples dans tous lês temps ont
toujours fait usage des
peintures et statues pour leur
mieux inspirer des sentiments
qu'ils vouloient leur donner.

Em todas as épocas, aqueles que
governaram os povos sempre
utilizaram pinturas e estátuas,
para melhor inspirar as pessoas
com os sentimentos que lhes
desejavam dar.

The Cheralier Jocourt

RESUMO

Retratos da Dignidade: Negros do Riacho (2005-2007) analisa o *Projeto Dignidade*, enquanto produto publicitário do governo do Rio Grande do Norte através de três canais: a educação; a identidade; a propaganda publicitária. Nosso olhar foi dirigido através das imagens escritas, faladas e fotografadas para melhor entendimento de como, a comunidade dos Negros do Riacho, foi incorporada a política de igualdade racial dos Governos Municipal, Estadual e Federal, e transformada em produto publicitário de governo. Traçadas entre uma parte e outra estão registradas as questões da identidade, mas sobretudo sua (des)construção, favorecida pela linguagem publicitária, que utiliza a riqueza de suas técnicas, apresentando o Riacho e sua gente através da mostra *Etno-Fotográfica Retratos da Dignidade*. Logo, torna-se relevante compreender a divulgação do *Projeto Dignidade*, tendo como suporte da propaganda a imagem dos personagens do Riacho divulgada na mídia local. Fato este, que nos conduz de certa forma, a questão da ratificação de antigos estereótipos aos negros atribuídos, assim como a forma que o Governo do RN no período acima referido se compromete com a problemática das comunidades remanescentes de quilombo existente em nosso estado. O Estado ao tomar a comunidade do Riacho para a efetivação de sua política de ação afirmativa a coloca na condição de “laboratório social” (RN, GOVERNO DO ESTADO, 2005). Assim, buscamos através da análise de documentos oficiais, teses, pesquisa bibliográfica e de campo, bem como, de material jornalístico e publicitário revelar as mensagens veiculadas na mídia local acerca da questão proposta para este estudo. Para tanto, nos ancoramos metodologicamente na pesquisa de cunho qualitativo, sem perder de vista a análise crítica dos conteúdos, visto que os sujeitos em estudo não devem ser analisados numa via de mão única, dado sua complexidade. Assim, pensamos não fechar a questão, mas abrir um leque de tantas outras, fomentando o debate em torno da ligação cada dia mais forte entre a publicidade e a ação governamental, no que diz respeito ao uso da imagem fotográfica.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Fotografia. Ação Afirmativa. Propaganda.

RESUMÉ

Portraits de la Dignité: Noirs du Riacho (2005-2006) analyse le Projet Dignité, comme un produit publicitaire du gouverne du Rio Grande do Norte, à travers de trois voie: l'éducation; l'identité; la propagande publicitaire. Notre regard a été dirigé vers les images écrites, parlés et photographiées pour meilleur comprendre comme la communauté des Noirs du Riacho, a été incorporer a politique d' égalité de races proposé par les gouvernes Municipal, de l'État, et Fédéral, tout em transformant la communauté en produit publicitaire du gouverne. Entre une partie et l'outre on a enregistrés des questions sur l'identité, plus particulièrement la (des)construction identitaire tout en s'appuyant dans le rôle de la langage publicitaire, que em utilisant les richesses de ses techniques, montre le Riacho et le peuple dans la exposition etno-photographique Portraits de la Dignité. Ainsi, c'est important comprendre la divulgation du Projet Dignité, appuyer dans la propragande de l'image des personnages du Riacho divulguées dans la presse locale. Cette problematique, nos conduit a controverser des questions très anciennes par rapports aux discriminations contre les négres, ainsi comme la façon que le gouvernement en la période analysé, s'engage en la problematique des communautés restantes de quilombolas dans l'État du Rio Grande do Norte. Au choisir la communauté du Riacho pour développer sa politique d'action affirmative l'État place le Riacho comme "laboratoire sociale", en cette contexte nous cherchons à travers des analyses des documents officiels, thèses, recherches bibliografiques et de champs, bien comme de matériel journalistique et publicitaire, révéler les messages véhiculés dans la presse locale sur des questions proposés par cette étude. Pour développer l'étude nous appuyons metodologicament en la recherche qualitative, sans perdre de vue l'analyse critique des contenus, vu que les sujets en étude ne doive pas être analyser basé en un unique point de vue. Ainsi, nous pensons ne pas fermer la question, mas ouvrir l'outres pour permettre meilleur débattre la liason chaque jour plus fort entre la publicité e l'action gouvernementale, en ce qui est relatif aux usages de l'image photographique.

Mot-clés: Éducation, Identité, Photographie, Action Affirmative, Propagande

LISTA DE SIGLAS

ASSECOM	Assessoria de Comunicação Social do Estado do Rio Grande do Norte
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD/IBGE	Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios/IBGE
PROART	Programa de Apoio ao Artesanato
RN	Rio Grande do Norte
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1- Primeiro Olhar	12
2- Revelando as Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial	24
2.1- Primeiras Imagens	25
2.2- Imagem Positiva: Princípios da Igualdade de Direitos – Um Passo para a Liberdade	29
2.3- Recortando a Natureza e os Objetivos das Ações Afirmativas	31
2.4- Matiz da Identidade Brasileira	36
3- Retoque das Ações Afirmativas: Vôo para a Liberdade?	46
3.1- Iluminando Novos Caminhos – Educação	47
3.2- Luz de Fundo: <i>Projeto Dignidade</i>	61
3.3- Focando as Inelutáveis Mudanças no Riacho	70
3.4- Nova Fotografia: O Título de Comunidade Quilombola	89
4- Linguagem Publicitária (Des)Construindo Identidades	95
4.1- Negros do Riacho: Nas Lentes do Estado	96
4.2- Fixando a Identidade ou Uniformidade Racial?	105
4.3- Escrevendo com Imagens: (Re)Construindo Identidades	109
4.4- Negros do Riacho: Retratos em Preto e Branco	120
5- Um Último Olhar...	131
Referências	139
Anexos	160

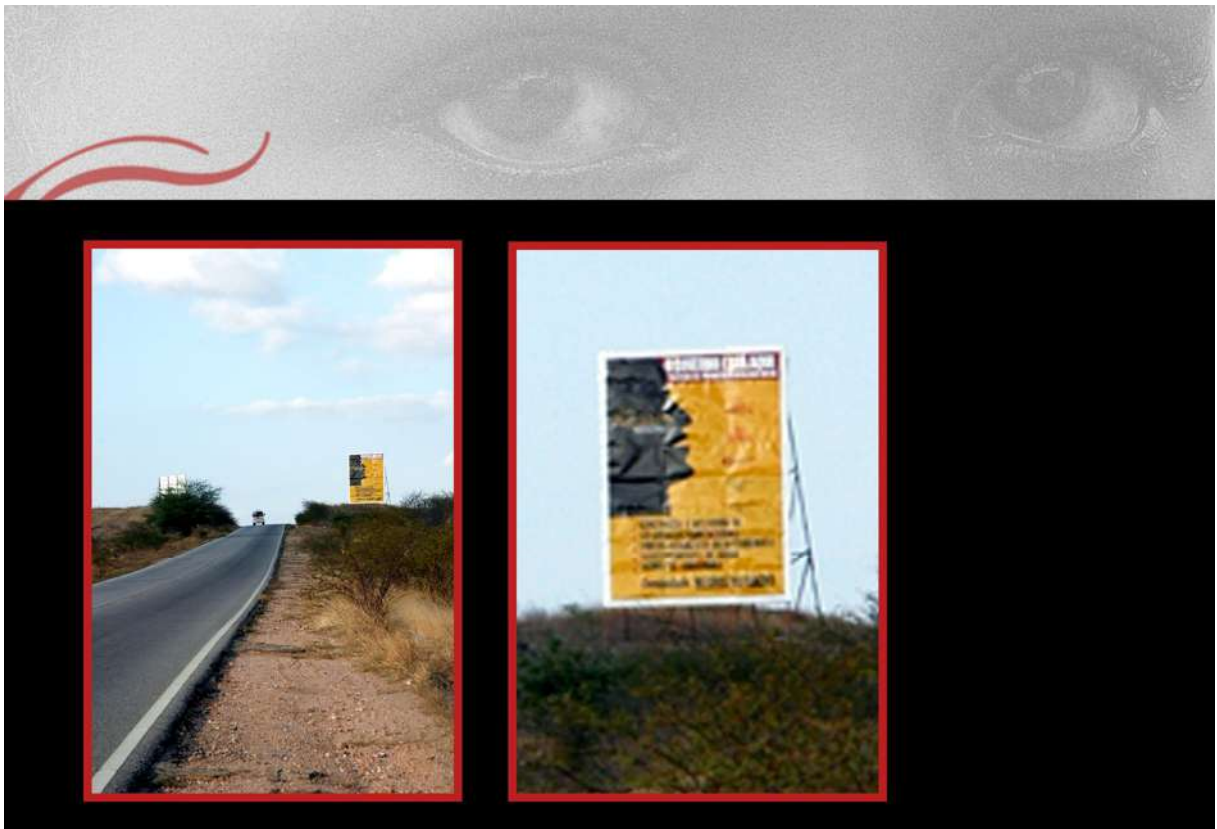
Parte 1



Primeiro Olhar

1- Primeiro Olhar

Tudo começou nas minhas idas e vindas à Caicó – RN. Certo dia me deparei com uma bela placa (não chegava a ser um *outdoor* convencional – estava invertido) amarela e preta com um grande letreiro que dizia: O Governo está aqui: *Projeto Dignidade*. Comunidade: Negros do Riacho.



Fiquei curiosa, já que nunca tinha ouvido falar nesta comunidade e de repente, meio que do nada esse nome está estampado em *outdoor*, placas, revistas, jornais impressos e telejornais, etc. a comunidade foi aberta para o público, mas porque? “Me perguntava”, que motivação o estado do RN sentia para abri-la? dias depois percebi que havia me deparado com “o tema” de meu estudo do curso de mestrado.

Assim, a partir de leituras que me levaram ao entendimento do poder que tem a imagem, em especial as imagens publicitárias cheguei a: *Retratos da Dignidade*:

Negros do Riacho. Identidade – Educação – Fotografia (2005-2007), que possibilitou fazer uma reflexão sobre o *Projeto Dignidade* enquanto peça publicitária – produto.

O *Projeto Dignidade* é o fio condutor das Ações Afirmativas no RN, é desenvolvido na Comunidade dos Negros do Riacho, localizada, a 13 Km do centro de Currais Novos,¹ segundo Assunção (1994, p. 8), “[...] numa terra seca, de 3,6 hectares, [...], e que é denominada Riacho dos Angicos, situada na localidade de Bomsucesso, [...]”.

Antes da ação do Governo do Estado, a economia no Riacho era baseada no artesanato (cerâmica), na carvoaria e na agricultura de subsistência. Hoje, o Riacho apresenta uma economia desestruturada, e a base econômica tem sustentação nos recursos advindos das políticas de governo, desenvolvidas no âmbito Municipal, Estadual e Federal.



Com relação aos dados populacionais da comunidade há dissonância:

¹ O município de Currais Novos – RN, está localizado a uma distância aproximada de 180 km da capital Natal. Segundo Assunção: “[...] no sertão do Seridó, do Estado do Rio Grande do Norte, uma região fisiográfica típica do nordeste semi-árido, e incluída na chamada região do polígono das secas, com uma ocorrência reduzida de chuvas, e elevada sensibilidade dinástica, possuindo um clima quente e seco. Seu solo pedregoso, apresentando, a maior parte de sua superfície, vegetação baixa, composta de jurema, xiquexique, marmeleiro” [sic] (ASSUNÇÃO, 1994, p. 83).



Conforme podemos observar nas figuras 1, 2, 3 e 4, no mesmo ano o Governo do RN divulga dados² diferentes no que se refere a população local, chegando a confundir o leitor.

A exemplo dos dados populacionais acima mencionados informações simples como: distância geográfica existente entre a comunidade do Riacho e Currais Novos; quantidade de casas de taipas³ naquele espaço encontradas e que posteriormente vieram a ser substituídas por casas de alvenaria, dentro do Programa de Governo Casa da Gente; quantidade de casas de alvenaria que passou por reforma custeadas pelo já citado programa de governo; ratificação do título de Comunidade Quilombola em 2007. São exemplos de fatos que nos levou a entender que as ações ali executadas são tratadas como peças de propaganda/publicidade numa perspectiva de transfiguração da realidade.

Nessa perspectiva nos perguntamos se dá condições para eles (do Riacho – em especial às crianças em idade escolar) refletirem sobre o processo que estão

² “[...] 182 moradores” (RELATÓRIO DE GESTÃO 2003-2005, 2005, p. 40). “[...] mais de 170 pessoas” (ASSECOM, 2005b). “[...] cerca de 170 pessoas” (ASSECOM, 2005a). “[...] 164 pessoas” (JORNAL DA SETHAS, 2005).

³ Paredes feitas de barro ou de cal e areia com estacas e ripas.

vivenciando, não reforçaria as boas intenções do projeto ali desenvolvido e permitiria melhores resultados? Assim, estabelecemos as seguintes questões de pesquisa:

- O que dizer de um projeto que se propõe renovador, e que tem como objetivo possibilitar aos da comunidade do Riacho elementos que os permita se desenvolverem, conduzindo-os a sua autonomia?
- É possível mudanças numa comunidade como a dos Negros do Riacho, sem uma educação que lhes permita transgredir e saltar os muros da dependência política?
- É possível reforçar a identidade racial quando se é tratado como laboratório social?
- O que dizer de uma comunidade quando se é tratada como peça publicitária?

São estas as questões que vislumbramos ao nos colocar diante das publicações a cerca da comunidade do Riacho. Sabemos que muitas outras concorrerão para nos impulsionar neste estudo, mas a princípio estes são pontos que ofuscam as intenções das ações que se pretendeu ser desenvolvidas na comunidade do Riacho e que procuraremos trazer para a luz de nosso entendimento. Nesse sentido, considera-se importante trazer a discussão apoiado-se a partir dos eixos: identidade, educação e propaganda publicitária, para a análise do *Projeto Dignidade* que a partir de seus conceitos se configuram nos objetivos específicos deste estudo, já que acreditamos ser esta indispensável, para dar conta, das mudanças ocorridas naquele contexto frente às transformações que as Ações Afirmativas sejam elas, compensatórias sejam reparatórias pretendem estabelecer, permitindo em especial às crianças do Riacho, o fortalecimento de si e de sua identidade racial.

Para respondermos as questões acima colocadas, este estudo enfocará a “cultura” e a “educação” numa perspectiva indissociável, favorecendo uma sociedade de indivíduos livres, politicamente esclarecidos, de acordo com as necessidades e exigências de seu tempo, pois a educação acontece a todo o momento, em todos os lugares como a cultura, assim como nos faz ver Brandão:

[...] a *educação* é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e de produtos, de poderes e de sentidos, de regras e de alternativas de transgressão e de regras, de formação de

peças como sujeitos de ação e de identidades e de crises de identificados, de intervenção de reiterações de palavras, valores, idéias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade a que a vida social nos obriga (BRANDÃO, 2002, p. 25, grifo do autor).

Compreender a educação e a cultura como práticas ligadas é de suma importância, pois a educação resguarda os direitos humanos, fato este que propicia aos indivíduos condições de se desenvolverem dentro de sua cultura, através da valorização de suas manifestações artísticas e culturais, nas quais estão fincadas as bases do fortalecimento de sua identidade. No entanto, ao longo deste estudo não nos esqueçamos que a cultura em nossa sociedade não está imune às relações de dominação.

A “identidade” neste estudo se apresenta com um olhar social e político, no qual a abordagem será conduzida como uma referência em torno da qual o indivíduo se constitui e se auto-reconhece ao longo de seu existir, numa constante transformação, construída a partir de sua interação com referenciais externos a seu contexto. Nesta abordagem, busca-se apresentar a identidade constituinte de unidade e multiplicidade numa expressão dinâmica que melhor traduz seu existir, conforme nos chama atenção Hall:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’ (HALL, 2005, p. 38).

Assim, a identidade se constitui em um importante ponto a ser compreendido, pois através dela poderemos compreender como o indivíduo se constitui, a auto-estima elemento determinante no seu modo de existir se apresenta.

Já o conceito de *propaganda* foi analisado a partir de Sant’Anna (1998, p. 46) que diz: “[...] a propaganda compreende a idéia de implantar, de inculcar uma idéia, uma crença, na mente alheia”. No entanto se faz necessário deixar claro que Publicidade e a Propaganda são distintas. Elas se igualam quando procuram criar,

transformar ou confirmar certas opiniões. A propaganda difere da publicidade por não visar objetivos comerciais e sim políticos.⁴

Ao longo do processo procuramos relacionar estes três elementos – identidade, educação e propaganda publicitária – pois estes constituem uma perspectiva dialética, assim se fez necessário uma análise sócio-histórica, dos meios de comunicação, da identidade étnica e da educação. Nesta abordagem, somos levados a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico, no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social.

Ao lançarmos mão desse tipo de pesquisa, estamos contemplando o real como um fenômeno cultural, histórico e dinâmico, cuja complexidade não deve ser rompida, pois se corre o risco de perder a identidade, mesmo que não tenha existido ainda as condições de compreendê-la e reconhecê-la. Assim, foi desenvolvido o objeto de pesquisa, implicando numa relação entre sujeitos, em que pesquisador e pesquisados são partes integrantes de um mesmo processo investigativo, contemplando nesta ação tanto as necessidades dos participantes, do pesquisador e da sociedade a que estes pertencem. Ciente de todos esses pressupostos lançamos mão da pesquisa qualitativa, fixando-me nos seguintes procedimentos:

- Contextualização histórica da natureza do tema abordado;
- Contato constante com grupos de pesquisadores, com formação diferente da minha, oportunizando olhares diversos sobre o objeto pesquisado, a fim de uma análise mais coerente com a complexidade do objeto pesquisado;
- Legitimação da análise realizada, através de constantes visitas a comunidade pesquisada, a fim de uma veracidade textual.

Esse último procedimento me permitiu partir do próprio contexto na busca de referências que me conduziu por todo o desenvolvimento da pesquisa, fazendo constantemente a relação entre as teorias utilizadas e os dados empíricos. Assim, foi possível a minha motivação constante, pois a cada novo olhar sobre as fotografias que registravam elementos ou personagens do Riacho minha motivação

⁴ Para melhor compreensão ver Sant'Anna (1998).

crecia, e cada vez o risco de incorrer em outro caminho se distanciava. É bem verdade que muitas vezes enveredei por trilhas fantasiosas, pois meu olhar imaturo de aprendiz de pesquisadora me desviava do foco preciso, mas aos poucos fui exercitando meu modo de ver, com a objetividade do trabalho científico e o rigor metodológico que este requer.

O ponto de partida para este estudo se configurou também no ponto de chegada – a análise da fotografia publicitária de personagens da comunidade veiculadas na mídia local e a ação desta na (des)construção da identidade, em especial das crianças em idade escolar. Para isso optamos por escolher dentro do universo dos recursos utilizados na linguagem publicitária pela fotografia, porque ela constitui-se um elemento essencial para que possamos conhecer nosso mundo e o do outro.

Lembro-me de nosso primeiro momento juntos no contexto da comunidade houve uma multiplicidade de olhares, eu os via e eles me viam, as primeiras fotografias que captei naquele momento ocorreu como num acordo múltiplo, eu desejava eternizá-los através da lente de meu equipamento fotográfico, eles curiosos (as crianças em especial) desejaram ser eternizados, ao posar espontaneamente ou mesmo pedindo para serem fotografados. Desde o primeiro instante sentimo-nos a vontade na presença uns dos outros, a princípio com certa cautela, em seguida abrimos a guarda e nos entregamos ao prazer de simplesmente nos olharmos, estabelecendo nossos primeiros laços de confiança mútua. A partir daí foram realizadas visitas sistemáticas a comunidade, as quais me permitiram levar para eles fotografias capturadas no primeiro instante, mostrando como eles foram vistos pelos olhos que eles olhavam. Daí desencadeou uma série de passos não premeditados, e que a partir destes fui obrigada a abandonar certas posturas tomadas *a priori* tais como: as entrevistas estruturadas que aos poucos foram substituídas por um roteiro de conversas semi-abertas ou mesmo informais (passei a fazer uma espécie de *lead*⁵ para me guiar nas conversas que comumente se passavam em grupo, com os moradores da comunidade).

Das entrevistas semi-estruturadas algumas não foram viabilizadas, dentre elas: a destinada aos representantes do Governo do Estado e seus técnicos. Outras

⁵ “[...] *lead* [...] ‘parágrafo sintético, vivo, leve com que se inicia a notícia, na tentativa de prender a atenção do leitor’ (ERBOLATO, 2001, p. 67, grifo do autor). Passei a utilizar este recurso adaptando a necessidade do campo a fim de conduzir as conversas ou entrevistas realizadas.

possibilitaram informações preciosas acerca da comunidade, e das ações afirmativas, tanto no que diz respeito as desenvolvidas naquele contexto, como as ações afirmativas de maneira geral. Os sujeitos entrevistados foram escolhidos partindo da pertinência e relevância para o estudo em construção. Assim, foram realizadas entrevistas abertas e fechadas conforme questionários em anexo.

Ao longo desta busca também se fizeram presentes leituras de documentos oficiais; análise de imagens: textual e fotográficas, esta última compreende a imagem estática (fotografia) ou em movimento (videográfica) relativas a comunidade, e veiculadas na mídia local que compreende: jornais impressos e telejornalismo. Em especial atentamos para as fotografias da *Exposição Etno-Fotográfica Retratos da Dignidade*, que além de retratar o olhar do Estado sobre a comunidade a partir de sua ação *in loco* utiliza-se de recursos da fotografia publicitária, dando a quem visita a exposição a informação metódica da propaganda a serviço do Estado do RN.

A sistematização, análise e categorias das informações coletadas se constituíram num diálogo inter-relacionado, visando a um aporte as teorias utilizadas. Em todo o processo desencadeado, as mediações e contradições que constituem o fenômeno estudado perpassaram as categorias de análise na construção deste estudo, no entanto estivemos atentos para que este não nos conduzisse a um entendimento diferente da realidade existente na comunidade pesquisada.

Para dar suporte teórico a este estudo no campo da “Educação” e da “Cultura”, recorremos dentre outros a: Brandão (2002, 2003); Freire (1996); Laraia (1995); Santos, L. (1996). Os referidos teóricos possibilitaram o entendimento da educação como parte constituinte da ação transformadora que se constitui um caminho para a liberdade, e da cultura como determinante no processo de formação do homem.

Para a discussão teórica sobre a “Identidade”, nos reportamos a Hall (2005); Sodré (1999); Ortiz (2006), a partir dos quais foram estabelecidas relações identitárias compreendidas entre a teoria e o dado empírico. Traçando um perfil da “Identidade Étnica”, estabelecemos uma discussão a partir de: Barbosa (2003); Ferreira (2004); Munanga (1986, 2004); Munanga e Gomes (2006).

A partir de Sant’Anna (1988), estabelecemos as relações entre os conceitos utilizados para análise da “Publicidade” e “Propaganda”. Aliada a teoria citada

trouxemos para um melhor entendimento da “Fotografia” e análise da imagem fotográfica os estudos de: Barthes (1984); Joly (1996); Kossoy (2001); Pereira (2001); Zuanetti (2004).

Para compreensão da concepção e aplicação das “Ações Afirmativas” em nosso país nos apoiamos em: Paixão (2003, 2006) e Santos, E. e Lobato (2003), teóricos que trazem a discussão de como em nosso território se estabeleceu as políticas públicas voltadas para a Promoção da Igualdade Racial. Discussão esta ampliada para o universo local onde as ações são desenvolvidas. Para compreendermos o processo desencadeado no Riacho e subsidiar a discussão nos apoiamos em Cruz (1990). Em Assunção (1994) recolhemos algumas visões antropológicas da comunidade estudada no sentido de melhor situá-la no tempo e no espaço.

Nos pautamos pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo a fim de dotar o estudo dos requisitos científicos necessários a sua validade empírica e conceitual. O período delimitado para análise compreendeu os anos de 2005, 2006 e 2007, neste espaço de tempo a Comunidade dos Negros do Riacho passou por diversas situações de mudança espacial e social, adaptando-se, portanto a (re)significação do seu meio, deixando-se conduzir pelo olhar e a intervenção do Estado. Passivos em suas falas, mas com olhos atentos aos movimentos vindos de fora, vendo além, com esperanças de mudanças, propostas infinitas, lentes abertas.

Na busca da compreensão desse processo apresentamos a partir do **Primeiro Olhar**, questões que contemplam o corpo deste estudo no sentido de situar historicamente a problemática abordada no Riacho numa perspectiva universal. Este olhar permanecerá atento ao longo das imagens que se descortinaram até **O Último Olhar...**, onde tentamos fechar essa etapa, mesmo que inevitavelmente sejam abertas outras possibilidades de continuidade deste estudo.

Nesse sentido organizamos o nosso percurso começando pela Parte 2 – **Revelando as Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial**, cujo foco primeiro nos conduz ao entendimento das Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial desencadeadas no território nacional. Apresentamos nesta parte uma imagem destas ações, a partir do princípio da igualdade de direitos assegurada por lei para os afro-brasileiros. Assim lançamos um olhar para a construção da identidade nacional, com seus matizes e nuances.

Na Parte 3 – **Retoque das Ações Afirmativas: Vôo para a Liberdade?** Iniciamos a discussão colocando a educação como luz para os novos caminhos estabelecidos a partir das Ações Afirmativas. No segundo momento, trazemos a análise do *Projeto Dignidade* como pano de fundo para desencadeamento da realidade da comunidade em produto da propaganda publicitária a partir das Ações Afirmativas desenvolvidas naquele contexto, tornando-nos observadores das inelutáveis mudanças conduzidas pelo Governo do RN, e vividas pelo povo do Riacho.

Na Parte 4 – **Linguagem Publicitária (Des)Construindo Identidades**, está revelado o poder da imagem fotográfica, seja ela textual, estática, ou em movimento, aqui, a imagem torna-se o elemento maior destes caminhos na (des)construção da identidade estampada nos meios de comunicação. É nesse momento que a nossa viagem toma corpo na fotografia, na sua força e sua linguagem enquanto elemento capaz de registrar a memória, favorecendo a transmissão dos elementos culturais de geração a geração, mas que são colocadas de lado todas estas possibilidades por que algo maior se descortina na tentativa de uniformidade racial. Contudo este também se configura o espaço onde a fotografia aliada a educação possibilita uma (re)construção da identidade.

Por fim podemos repousar nosso olhar sobre os retratos em preto e branco dos Negros do Riacho, fechamos a câmara fotográfica para em seguida contemplar com **Um Último Olhar...** o objeto de estudo e o que dele apreendemos. Esperando que este seja apenas mais um longo olhar, evidenciamos as condições a que estão sujeitos os do Riacho. As perspectivas, sua formação ética, moral e principalmente o que poderá causar a ausência da educação formal naquela comunidade. Utilizando a magia da fotografia faremos uma leitura da história política, econômica e social, que permeia esses três anos no contexto do Riacho, essas imagens registradas através da palavra e da fotografia nos permitirá um olhar sobre o esfacelamento da educação formal naquela comunidade, que deixa marcas profundas negando aos do Riacho, o entendimento do reflexo da própria condição a que está submetido.

Assim, finalizamos nos reportando a Bateson, quando questiona: “Será que um dia você poderá ver como eu te vejo, ver como vê um ser humano?” (BATESON apud SAMAIN, 2005, p. 16), ficaremos com os olhos da alma inquietos, sem

respostas, porque não saberemos jamais qual será o dia em que os do Riacho poderão gozar da liberdade que a educação nos permite alcançar.

Com o Riacho, aprendi a olhar além, através do registro fotográfico, sobretudo na experiência do campo. Sei que existem outros exercícios tecnicamente mais elaborados, com mais profundidade e beleza, no entanto para mim não há estudo mais envolvente do que este.guardo agora o momento de cumprir com todas as formalidades exigidas e continuar a me aventurar pelo caminho da pesquisa.

Parte 2



Revelando as Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial

Quem é mais livre? O animal que vive nos pastos, nas matas, nos prados? A ave que ganha o céu nas nuvens e pousa onde suas patas permitem e seu atávico saber ordena? A planta que estende seus braços, sustenta suas ramagens e se agarra à terra lançando raízes profundas e seguras? Ou o homem que é livre para sonhar com a terra distante e capaz de usar seu livre pensar e articular um plano para romper os grilhões que o prendem a um trabalho forçado?
Carlos Frederico Marés

2- Revelando as Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial

A presente parte tem por objetivo traçar as linhas gerais das Ações Afirmativas da Promoção da Igualdade Racial no território nacional. Apontando fatos essenciais para a igualdade de direitos a ser condizente com a Constituição Federal.

Não é de interesse dessa parte aprofundar as questões teóricas da lei em vigor para regulamentação das referidas ações governamentais, esta constitui-se muito mais para o suporte do entendimento de como essas ações foram concebidas e para uma leitura de como a identidade se constitui um elemento de suma importância para que o homem tenha entendimento de si e do meio onde esta inserido, fortalecendo sua cultura, e raízes étnico-raciais.

2.1- Primeiras Imagens

No Brasil, observa-se uma história sistemática de desigualdade social, fato este evidenciado quando observamos a distribuição de renda, o acesso ao sistema educacional de uma parcela da população, sobretudo a população negra, e aí inevitavelmente caímos na discussão do preconceito racial, sem, contudo aprofundarmos no assunto, pois não é nosso objetivo.

Se fatores socioeconômicos como renda e grau de escolaridade do indivíduo é determinante ao influenciar nossa percepção e a sua própria acerca do entendimento de si enquanto sujeito pertencente a um grupo racial, então está evidente que nosso preconceito é de cor e não de origem social, como podemos observar na fala de Oracy Nogueira: “[...] trata-se de uma classificação racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue como nos Estados Unidos e na África do Sul”. (NOGUEIRA apud MUNANGA, 2004, p. 131). Assim, evidencia-se que a cor da pele é fundamental para definir as relações sociais estabelecidas em nosso país, implicando em barreiras no acesso aos bens que a Constituição Federal define como direitos sociais: “[...] a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, [...]” (BRASIL, 2006b, p. 20).

Portanto, entendemos que a inclusão social é efetivamente um dos caminhos para uma nova história. Mas é imprescindível que não sejamos omissos, ao reescrevermos nossa história, assim se faz necessário reforçar que ao longo da formação de nosso país foi estabelecido um modelo de desenvolvimento excludente, o qual impediu que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem especialmente a população negra e residente nas regiões periféricas.

Segundo dados de 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2005), 14% da população brasileira é analfabeta. Levando-se em consideração os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP conclui-se que parte significativa dessa população é pertencente à raça negra, visto que somente 2.643.490 crianças afro-brasileiras encontram-se atualmente cursando o ensino básico, e dentre estas, pesquisas recentes dão conta de que muitas não entendem o que lêem, limitando-se a uma leitura superficial destituída de significados. Esses dados se tornam ainda mais críticos quando nos referimos aos alunos negros matriculados no ensino médio e universitário, segundo Paixão:

De acordo com a PNAD/IBGE, de 1999, a média de anos de estudo dos afro-descendentes no final do século era dois anos inferior à média da população branca. Por outro lado, a taxa de analfabetismo dos negros, em 1988, era de 20,8%, ao passo que a dos brancos era de 8,4%. Ou seja, a taxa de analfabetismo dos negros era, em pontos percentuais, 148% maior que a taxa de analfabetismo entre os brancos. Isto significa que da população analfabeta no Brasil 67% eram afro-descendentes (PAIXÃO, 2003, p. 77).

Na perspectiva de dar conta deste problema o Governo Federal vem traçando, desde o início dos anos de 1980, políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, tais como: criação de Agências e Conselhos da Comunidade Negra, com a missão de monitorar e combater a discriminação racial; Criação da Fundação Palmares no Governo Sarney; Mudanças na Constituição Federal de 1988; o reconhecimento oficial do Estado brasileiro, na pessoa do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, da existência de racismo estrutural – este reconhecimento foi um passo importantíssimo para as mudanças que se sucederam –; o governo Lula deu continuidade às Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.⁶

Voltadas para a educação, podemos apontar algumas medidas em vigor: Lei Federal nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003; Programa de inclusão da população negra na educação brasileira em convênio com o Ministério da Educação – MEC; Programa internacional de bolsas de pós-graduação da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas-São Paulo; Programa Políticas da Cor na Sociedade Brasileira, do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, com o apoio da Fundação Ford; Programa Diversidade na Universidade, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- Ministério da Educação-Brasília; cotas para alunos negros nas universidades públicas; Ações em parceria entre SEPPIR, MEC e Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, voltadas para a capacitação de professores, tendo em vista a aplicação da Lei 10.639/2003; Convênio com o Programa Diversidade na Universidade; Apoio à implantação, na UnB, do curso de pós-graduação Lato Sensu

⁶ A SEPPIR foi criada em 21 de março de 2003, por meio da Medida Provisória nº 111, convertida na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Com o objetivo institucional de coordenar e articular a formulação, coordenação e avaliação da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica. (BRASIL, 2004).

Culturas Negras no Atlântico, e tantas outras medidas as quais tem se colocado como condutoras das ações de políticas compensatórias à população negra que violentamente foi colocada na marginalidade da formação intelectual deste país.⁷

Portanto encaminho a discussão para as Políticas Públicas, em especial as Ações Afirmativas⁸ de Promoção da Igualdade Racial as quais visam mitigar a desigualdade social existente na sociedade brasileira, e que tem como segregador principal o sistema educacional que ao longo dos anos se colocou como um instrumento que cerceia ao negro o direito de acesso à educação formal, protagonizando uma história de exclusão, a qual condiciona uma parcela da população brasileira, e seus descendentes a marginalidade, pois lhes é negado não apenas o acesso, mas especialmente sua permanência em um sistema educacional de qualidade.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, o Brasil assumiu legalmente o estatuto de um Estado democrático. Acreditamos que essa democracia somente se dará efetivamente quando as posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro-descendentes entre outras minorias forem extintas. Quando efetivamente o poder constituído de nosso Estado buscar dar ao povo menos favorecido elementos para que compreendam sua identidade e a (re)construam, daí a importância de termos uma política afirmativa de compensação, reparação e indenização, nas áreas do Direito do Trabalho e do Direito Social, gerenciadas como mecanismos de estímulo direcionadas especialmente à população afro-descendente, a qual movida por este impulso poderá organizar-se no sentido de constituir força política para reivindicar de forma expressiva os direitos que lhes são concedidos pela Constituição Federal. Como décadas atrás nos alertava Agassiz:

⁷ Para melhor entendimento da questão, ver: (MEDEIROS, A., 2004); (MUNANGA; GOMES, 2006); (PAIXÃO, 2006) e (SANTOS, E.; LOBATO, 2003).

⁸ “Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente *ex post facto*, as ações afirmativas tem natureza multifacetária” (RESKIN, apud SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 27, grifo do autor).

“Essa política é voltada para reverter as tendências históricas que conferiam às minorias e às mulheres uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas de educação e emprego. Ela visa também ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação e tem como principais beneficiários os membros de grupos que enfrentaram preconceitos” (CASMORE, 2000, p. 31).

Se os seus [do Brasil] dotes moraes e intellectuaes crescerem de harmonia com a sua admirável belleza e riqueza natural, o mundo não terá visto uma terra mais bella. Actualmente ha diversos obstaculos a este progresso; obstaculos que actuam como uma doença moral sobre o seu povo. A escravidão ainda existe no meio delle [sic] (AGASSIZ apud NABUCO, 1938, p. 197).

Como podemos observar na fala acima, o Brasil há muito sofre de uma doença que vagueia desde outrora em nosso meio, a qual é responsável pela desigualdade social brasileira desde os tempos da colonização, e muito embora, hoje se mostre com uma “nova roupagem”, vem promovendo desenvolvimento em alguns aspectos limitado, num certo sentido decadente e fora dos requisitos modernos no país e na igualdade social pretendida. Esperamos com este estudo está possibilitando uma nova leitura das políticas aqui desenvolvidas, e os impactos provocados nas comunidades onde são desenvolvidas, e particularmente na comunidade dos Negros do Riacho objeto desta análise.

2.2- Imagem Positiva: Princípios da Igualdade de Direitos – Um Passo para a Liberdade

A “escravidão moderna”⁹ a que estamos sujeitos hoje não é menos perniciosa que a de outrora. Ela tem se introduzido em nosso meio de forma discreta, maquiada, ou melhor, subjetiva, dissolvida nas relações de trabalho moderno ou mesmo contemporânea, até nas relações sociais participativas ou cooperativas estabelecidas no mundo capitalista que nos cerca e nos prende em sua rede de articulação voltada para o individualismo, travestido de responsabilidade social, ecológica e humana.

⁹ Dado as diferenças contextuais e históricas de utilização das palavras: escravidão moderna ou escravidão atual – são termos utilizados para exprimir a noção de condição a que muitos hoje estão sujeitos, podendo também fazer referência direta aos do Riacho ao receber donativos do Estado como Ação Afirmativa.

O conceito de igualdade de direito enquanto categoria jurídico-formal se constituiu a partir das experiências revolucionárias dos EUA e da França. Segundo Machado Dray:

O princípio da igualdade perante a lei consistiria na simples criação de um espaço neutro, onde as virtudes e as capacidades dos indivíduos livremente se poderiam desenvolver. Os privilégios, em sentido inverso, representavam nesta perspectiva a criação pelo homem de espaços e zonas delimitadas, susceptíveis de criarem desigualdades artificiais e nessa medida intoleráveis (DRAY apud SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 18).

A lei assim concebida visava especificamente acabar com os privilégios, a fim de abolir as distinções e discriminações fundadas na tradição familiar hereditária e baseadas na severidade da hierarquização social constituída por classes. A lei foi concebida de forma genérica e abstrata, devendo ser igual para todos, sem qualquer distinção ou privilégio. Este princípio da igualdade de todos perante a lei tornou-se a garantia de liberdade. No entanto, é imprescindível assinalar que a discussão sobre a Igualdade de Direitos trouxe à tona alguns precedentes para se identificar outras formas de exclusão social, visto que não se articulou a lei nenhuma referência a Igualdade de Condições, o que em muito contribuiu para as diferenças sociais que vivenciamos. Segundo Carmem L. Rocha:

[...] proibir a discriminação não era bastante para se ter a efetividade do princípio da igualdade jurídica. O que naquele modelo se tinha e se tem é tão-somente o princípio da vedação da desigualdade, ou da invalidade do comportamento motivado por preconceito manifesto ou comprovado (ou comprovável), o que não pode ser considerado o mesmo que garantir a igualdade jurídica (ROCHA apud SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 19).

Nesse sentido, não nos furtaremos de inferir sobre questões que nos provocam e que em nosso entendimento tem ligação intrínseca com o precedente aberto pela referida lei. A escravidão atual se estende em proporções imensuráveis abalizada pela lei perniciosa que nos rege. A Carta Magna do Brasil concorre para formalização das diferenças sociais tão evidentes na contemporaneidade, cabendo neste momento às políticas sociais a concretização da igualdade substancial ou

material, na tentativa de viabilizar uma nova possibilidade de reintegração social a quem de direito, percorrendo o caminho inverso da lei oitocentista, buscando consolidar novas forças que venham a contribuir sobremaneira para a igualdade racial, onde as diferenças concretas existentes em nossa sociedade sejam tratadas de maneira dessemelhantes, onde a Igualdade de Direito produto do Estado Social do Direito seja aplicado, de modo a considerar as diferenças sociais; permitindo assim, que não continuemos nos aprofundando e perpetuando nas desigualdades produzidas como fruto de um país que tem seu alicerce forjado na inferioridade do homem negro. Entendida através das Políticas Públicas, a “Igualdade” torna-se um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

2.3- Recortando a Natureza e os Objetivos das Ações Afirmativas

Desigualdade racial continua muito alta no país.

Em 1999, a taxa de analfabetismo continuou maior entre pretos e pardos (20%) do que entre brancos (8,3%). Quando comparamos por raça os anos de estudos podemos ver que pretos e pardos continuam em desvantagem em relação aos brancos. Em média, os pretos têm 4,5 anos de estudo, enquanto os pardos têm 4,6 e os brancos 6,7. Em relação ao aumento de salários, mais uma vez os brancos apresentaram vantagens em relação aos pretos e aos pardos. Para os brancos houve uma elevação de 1,2 salários mínimos, ao passo que para pretos e pardos esse crescimento foi de apenas meio salário mínimo. Os pretos e pardos também continuaram ocupando a maioria dos empregos domésticos, 14,6% e 8,4%, contra os, 6,1% de brancos (IBGE, 2006).

A educação, a saúde, o mercado de trabalho, os cargos políticos e tantos outros setores onde a desigualdade social se evidencia em nosso país é alvo das Ações Afirmativas, tendo em vistas que as leis de natureza constitucional ou colocadas em graus hierárquico menor, são incapazes de reverter os quadros sociais em que nos encontramos.

Não se aplica leis a questões de ordem de entendimento, seja este concebido através da cultura ou de tradição. No Brasil, onde as diferenças sociais são perceptíveis a reversão desse quadro somente seria possível se o Estado neutralizasse a sua postura histórica de imparcialidade nas questões sociais. No entanto, uma tomada de posição desse porte implicaria em sérias mudanças, as

quais colocariam em xeque o futuro da nação, não devendo assim ser aplicada uma postura como essa.

Para tanto, foram criadas estratégias com objetivo de minimizar as causas das diferenças sociais existentes: as Ações Afirmativas a exemplo dos EUA, segundo Santos, E. e Lobato: “[...] representou em essência, a mudança da postura do Estado, que em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando a importância de fatores como sexo, raça, cor, origem nacional” (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 26). De acordo com a definição de Ações Afirmativas, anteriormente citada, pode-se pensar que, as Ações Afirmativas, muito embora tenham um caráter emergencial e transitório, é o instrumento que permitirá o Estado conduzir a nação no caminho das mudanças estabelecidas nas relações sociais que atingem as minorias, pois o sentido de sua existência expressa intenções de mudanças. Segundo Munanga e Gomes,

Trata-se de uma transformação de caráter político, cultural e pedagógico. Ao implementá-las, o Estado, o campo da educação e os formuladores de políticas públicas saem do lugar de suposta neutralidade na aplicação das políticas sociais e passam a considerar a importância de fatores como sexo, raça, cor nos critérios de seleção existentes na sociedade. Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa têm como perspectiva a relação entre passado, presente e futuro pois visam corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade e a construção de uma sociedade mais democrática para as gerações futuras (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 186-187).

No Brasil, essas medidas têm provocado mudanças significativas, pois, reconhecidamente somos um país onde a discriminação racial e de classe é vista com cordialidade, temos camufladas atitudes de racismo. Dizem Munanga e Gomes (2006, p. 187) “o objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens e desigualdade que atingem os grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes”. Portanto, o Estado brasileiro ao lançar mãos desse instrumento político assume publicamente a condição que sempre buscou encobrir, a qual se apresenta em proporções significativas quando estão em questão as diferenças de classes, o Brasil hoje está aberto a mudanças e transformações sociais. Conforme podemos observar em Santos, E. e Lobato:

[...], além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, figuraria entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas o de introduzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a idéia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação a outra, do homem em relação à mulher. O elemento propulsor dessas transformações seria, assim, o caráter de exemplaridade de que se revestem certas modalidades de ação afirmativa, cuja eficácia como agente de transformação social poucos até hoje ousaram negar (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 30).

A continuidade das Ações Afirmativas está condicionada a uma avaliação constante do quadro de discriminação que possibilitou sua criação, quer seja na educação, na saúde, no campo do trabalho, ou em outros setores onde se faz evidente a desigualdade e a exclusão.

Enquanto instrumento de reparação, as Ações Afirmativas vão minando a discriminação, e seus efeitos, psicológicos, culturais ou comportamentais provocados ao longo dos anos nos indivíduos que são por ela diretamente atingidos. Paulatinamente, as Ações Afirmativas também vão possibilitando o acesso dos grupos minoritários a cargos representativos da atividade pública e privada, cumprindo um papel importante, que é o de possibilitar uma democracia plural na sociedade em que vivemos numa verdadeira demonstração do Agir Afirmativamente.¹⁰

Vagarosamente, nos damos conta de que as barreiras invisíveis da anti-democracia brasileira estão sendo quebradas, colocadas à prova e superadas, com o avanço de negros e mulheres que estão ascendendo a cargos, onde anteriormente se via apenas ocupado pela elite branca e masculina, nesse sentido avançamos ao reconhecermos que todos estão aptos a exercerem funções de poder e prestígio.

Portanto, é imprescindível levantar a questão dos recursos, tendo em vista, que as Ações Afirmativas chegam propondo uma (re)ordenação da história desse país. No momento em que essas ações estão na pauta de discussão do governo,

¹⁰ “*Agir afirmativamente* significa ter consciência desses problemas e tomar decisões coerentes com o imperativo indeclinável de remediá-los. Além da vontade política, que é fundamental, é preciso colocar de lado o formalismo típico da nossa práxis jurídico-institucional e entender que a questão é de vital importância para a legítima aspiração de todos de que, um dia, o país se subtraia ao opróbrio internacional a que sempre esteve confinado, e ocupe o espaço, a posição e o respeito que a sua história, o seu povo, suas realizações e o seu peso político e econômico recomendam (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 37, grifo dos autores).

“Portanto, *agir afirmativamente* seria também uma forma de zelar pela pujança econômica do país (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 32, grifo dos autores).

sentimos a necessidade de abordar este assunto, pois esta questão tem ligação direta com a origem da democracia moderna, no sentido de propiciar a igualdade de direitos e garantias de sobrevivência da população negra do país, através da implantação de ações governamentais voltadas para o popularismo e a diversidade.

Ao levantar a questão da aplicação dos recursos públicos, deve-se levar em consideração que a base de nossa democracia é de concepção iluminista, então o conjunto dos recursos da nação devem ser conduzidos em proveito geral da coletividade, logo, entende-se que ao lançar mãos desse instrumento de reparação social o Estado está de certa maneira utilizando mecanismos que afetam diretamente os recursos advindos do trabalho coletivo, este se constitui um dos pilares do estado de bem-estar social, que assegura e defende uma distribuição equânime e generalizada desses recursos. Esse Estado por si só já deveria garantir a todos um bem-estar social e individual, em que não houvesse segregação e vivêssemos a inexistência da hierarquização da ocupação dos espaços gestores desses recursos, assim teríamos obviamente uma neutralidade do Estado e certamente um país onde a exclusão social não se colocasse como regra para os menos favorecidos. Santos, E. e Lobato, aponta para o fato que:

[...] as políticas afirmativas cumprem o importante papel de cobrir essas lacunas, fazendo com que a ocupação das posições do Estado e do mercado de trabalho se faça, na medida do possível, em maior harmonia com o caráter plúrimo da sociedade. Nesse sentido, o efeito mais visível dessas políticas, além do estabelecimento da diversidade e representatividade propriamente ditas, é o de eliminar as *barreiras artificiais e invisíveis* que emperram o avanço de negros e mulheres, independentemente da existência ou não de política oficial tendente a subalternizá-los (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 31, grifos dos autores).

Nessa linha de raciocínio, acreditamos que o Estado ao se fazer cumpridor de suas atribuições legais estaria minando a segregação do acesso aos bens e serviços escassos à população carente como à saúde, emprego e principalmente uma educação formadora da consciência política crítica do cidadão, dentro da concepção ideal em caráter universal e gratuito para todos, fato que possibilitaria a diminuição não somente da marginalização dos brasileiros menos favorecidos economicamente, como da perpetuação do preconceito racial, existente em nosso

país, Munanga e Gomes (2006, p. 182) afirmam que “[...] em nosso país revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir as desigualdades raciais dentro da sociedade”.

No Brasil, a discriminação foi cultivada ao longo da nossa história, numa irracionalidade que desconhece os limites impostos pelas condições geofísicas, culturais e econômica. A hegemonia do homem abastardo sobre o oprimido, é reforçada no momento em que, a cor da pele passa a ser elemento determinante que influencia diretamente nas escolhas e nas nossas atitudes, abrindo precedentes para o processo de exclusão.

Em nosso país, a inferioridade do ser negro se colocou como regra ao longo dos anos, fato este que vem sendo assimilado por gerações e gerações, transmitidos por instituições como a escola que deveria não fomentar este tipo de atitude nos que por ela passam, mas que via de regra se faz presente no ambiente escolar, fato este que pode ser identificado na fala da professora (em conversa com a pesquisadora) da Escola Municipal São Francisco de Assis, localizada em Serrote do Melo, que atende as crianças em idade escolar da comunidade do Riacho, quando se referia a aluna da comunidade que mais freqüentava a escola (na frente da criança e apontando o dedo para a mesma) ela fez a seguinte afirmação: “É a que menos falta as aulas, mas coitadinha não entende as coisas, é burrinha” (PROFESSORAS, 2006). A naturalidade com que a professora fala abertamente o fato acima relatado reforça a teoria do racismo à brasileira,¹¹ onde até mesmo as crianças negras não são vistas como gente, porém como animais, o que para Santos é a primeira modalidade de racismo brasileiro: “[...] onde as pessoas são tratadas como bichos não há democracia nenhuma, muito menos racial” (SANTOS, R., 1994, p. 65).

Práticas como discriminação, racismo e outras mais são anticonstitucionais no Brasil, visto que os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 abriga em si mecanismos legais, os quais vem abalizar a iniciativa do Estado brasileiro de inserir medidas que objetivam anular esta prática desonrosa.

¹¹ Racismo à Brasileira: Compreende o mito do não-racismo, gerado pela ilusão da democracia racial (SILVA, José, 1995).

2.4- Matiz da Identidade Brasileira

A democracia racial¹² ou o mito das três raças¹³ oriundos dos povos portugueses, indígenas e negros é a principal base de sustentação da identidade do povo brasileiro. Segundo Paixão: “No Brasil o mito da democracia racial recebeu grande impulso a partir dos anos 1930, tendo sido paulatinamente promovido à condição de ideologia oficial do Estado brasileiro a partir dos anos 1940” (PAIXÃO, 2006, p. 45).

O que implica dizer que ao longo de nossa história muitos foram os discursos que tentaram amenizar a escravidão no Brasil, tornando-a mais leve do que já foi vista em qualquer lugar no mundo, fato este que coloca a elite dirigente do país humanizada e cumpridora com a postura que ela deveria assumir colocando a escravidão no Brasil como se tivesse sido estabelecida em um acordo mútuo entre o opressor e o oprimido, registrado a partir da ótica da ideologia de miscigenação democrática, a qual corresponde a busca da identidade nacional no final do século XIX, fortemente divulgada através dos escritos da elite intelectual brasileira¹⁴ preocupada em construir uma identidade nacional unificada a partir da existência de uma democracia racial.

Os povos negros aqui escravizados nos deixaram um legado que está presente nas manifestações artísticas e culturais com forte expressão na música, na dança, na religião, na culinária e em tantas outras formas de expressões, conforme podemos observar na discussão de Chiavenato, Cunha-Henckel e até mesmo de

¹² Democracia Racial: “[...] ideologia da miscigenação democrática, [...] produto recente na história brasileira” (ORTIZ, 2006, p. 36).

¹³ Mito das Três Raças: “[...] ideologia do Brasil-cadinho relata a epopéia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais. Como nas sociedades primitivas, ela é um mito cosmológico, e conta a origem do moderno Estado brasileiro, ponto de partida de toda uma cosmologia que antecede a própria realidade” (ORTIZ, 2006, p. 38).

¹⁴ Como Manuel Bonfim e Sílvia Romero, que se voltam para autores como: Gobineau, Agassiz, Broca, Quatrefages. (ORTIZ, 2006).

Gorender (2000, p. 56) diz que: “Gobineau se antecipou ao nazismo. Esteve no Brasil como embaixador e declarou que aqui só encontrou uma pessoa de raça branca: o imperador Pedro II. Todo povo brasileiro pertenceria a raças inferiores. Que Gumpowich explicava os conflitos sociais e nacionais segundo a ótica da luta inter-racial e vaticinava o triunfo final das raças superiores”. E, ainda, “[...] que autores de primeira linha como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Viana absorveu essas teses pseudocientíficas e adotaram posições racistas na abordagem dos problemas nacionais. Eles e ainda outros consideravam que o segmento negro da nação brasileira trazia desvantagem grave ao esforço de desenvolvimento nacional, condenavam por isso, a mestiçagem, na qual percebiam fatores de degenerescência” (Ibid., p. 56).

Nabuco, mas que muitas vezes foi esquecida, levando em consideração que até a década de 1970 o elemento negro se encontrava ausente das análises do folclore nacional.¹⁵

[...] a raça negra nos deu um povo. [...] o que existe até hoje sobre o vasto territorio que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquella raça; ella construiu o nosso paiz. Ha trezentos anos que o Africano tem sido o principal instrumento da occupação e da manutenção do nosso territorio pelo Europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde elle não chegou ainda, o paiz apresenta aspecto com que surprehendeu aos seus primeiros descobridores. Tudo o que significa lucta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edificios, cannaviaes e cafezaes, a casa do senhor e a senzala dos escravos, egrejas e escolas, alfandegas e correios, telegraphos e caminhos de ferro, academias e hospitaes, tudo, absolutamente tudo, que existe no paiz, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como accumulção de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha á que faz trabalhar.

[...]. Supprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um territorio deserto, [...] [sic] (NABUCO, 1938, p. 21).

Anos mais tarde Chiavenato, volta a nos chamar atenção para o assunto dizendo que: “O negro fez tudo. Ao negro deve-se tudo. O trabalho escravo do negro é o centro, o núcleo de toda a história do Brasil. Tudo deriva do trabalho escravo do negro; nada tem grande importância sem a presença do negro” (CHIAVENATO, 1986, p. 101). Idéia reafirmada em Cunha-Henckel,

A herança africana está, portanto, presente em vários aspectos da vida brasileira: no próprio tipo humano, no caráter, na língua, na arte, na religião, na culinária, no folclore, na música, na dança, nas manifestações lúdicas, no comportamento social, na medicina popular, etc. Tal herança, é claro, não se encontra no seu estado original, visto que no espaço brasileiro ela foi compartilhada, reinventada e adaptada (CUNHA-HENCKEL, 2005, p. 9-10).

A partir desta discussão que vem permeando a história do Brasil, entendemos que a cultura brasileira e o Brasil incorporaram elementos da cultura negra e indígena de tal forma, com tanta intensidade que não sabemos identificar qual é a

¹⁵ Para maior entendimento ver: Ortiz (2006).

origem principal da nossa formação cultural, tendo em vista que esta foi formada tal qual uma colcha de retalhos, onde sua singularidade decorre dos saberes e fazeres de nossos índios e negros, que muito contribuíram para a formação do Brasil. Sabemos que muitos são os elementos peculiares inter-relacionados que possibilitam a vastidão de nossa criatividade cultural tornando-a rica e bela.

Mas, sobretudo, sabemos identificar no elemento negro o componente que possibilitou o enriquecimento de nossa cultura, tendo em vista o conhecimento que os acompanhou a América, fato este que os coloca como povo resistente, que soube dominar essa terra a qual foram presos, no preparo da alimentação, na religiosidade, nas técnicas do trabalho agrícola, etc. Conforme podemos observar em Anjos quando diz:

Os povos de matriz africana não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava. Marcaram, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural, que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada. São responsáveis pela adequação das técnicas pré-capitalistas brasileiras, aplicadas na mineração, medicina, nutrição, agricultura, arquitetura, pecuária, tecelagem, metalurgia, cerâmica, estratégias militares e construção. Assim como a elaboração do português africanizado, da religião, da sua cozinha sagrada e de seus princípios filosóficos (ANJOS, 2006, p. 39).

Esse domínio foi profundo e nos marcou vigorosamente, assim sentimos a necessidade de apontar seu desenvolvimento técnico e cultural, já que muitos povos de nações africanas, aqui escravizados, bem antes do contato com o europeu já tinham o conhecimento da metalúrgica, organizavam-se em um grau consideravelmente alto de urbanização, praticavam uma produção estética sofisticada. No tocante às artes africanas e tomando por referência Neyt (apud RIBEIRO, D., 2000), podemos dizer que estas se desenvolveram sobre quatro pilares: a pesca; a comunidade; a natureza e a criação. “Mas também, sobre a tradição, o passado e a história” (NEYT apud RIBEIRO, D., 2000). Estes quatro pilares manifestam-se através de formas extraordinárias, formas que não representam a realidade, tal qual a percebemos, mas que procuram representar os valores que estão além do real. “Ver o que não vemos. Por meio disso, os africanos criaram formas esculturais e artísticas únicas no mundo”. (NEYT apud RIBEIRO, D.,

2000). Segundo Anjos (2006, p. 43): “O legado dos conhecimentos africanos atravessou a outra margem do Oceano Atlântico e se mantém presente na sociedade brasileira, mesmo que pouco reconhecido”.

Compreender o quanto foi rico para nós, brasileiros, ter acesso a essa cultura africana é compreender o quanto nossos antepassados tentaram ignorar ou minimizar a cultura, as artes e saber desse povo. Em cada um de nós, estão vivos fragmentos dessa experiência, a cultura brasileira está impregnada da cultura africana. É admirável observarmos pelas lentes da História que, apesar das barbáries pelas quais foram acometidos, eles (os africanos) resistiram impondo seus valores, suas crenças, sua força.

O Brasil é um país de mestiços, onde os valores dos homens negros aqui escravizados ficaram impressos ao longo do processo de miscigenação aqui ocorrida, eles foram tão fortes que hoje alguns orixás – deuses – de sua crença religiosa continuam vivos em nós.

Mas é válido mencionar que os que compuseram nossa cultura, nossa nação, mesmo sabendo quais eram as tarefas que deveriam realizar estavam constantemente trabalhando sob o som cortante do chicote em sua pele. Benjamin chama a atenção para o fato de que: “É preciso registrar que esse trabalho, indispensável à economia do Brasil, em geral, não era feito de boa-vontade pelos africanos e que só a brutalidade e os castigos severos forçavam os trabalhadores a realizar essas tarefas” (BENJAMIN, 2004, p. 106). O castigo neles aplicados tinha a função de manter e legitimar a estrutura colonial, além de possibilitar a assimilação de que eles tinham maus costumes e más qualidades, o que contribuía para fortalecer o conjunto de ações e técnicas que possibilitavam domar e subjugar o homem cativo. Munanga nos chama atenção para o fato:

No cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto. Ele não permanecerá indiferente. Por pressão psicológica, acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar. A acusação perturba-o, tanto mais porque admira e teme seu poderoso acusador. Perguntá-se-á afinal o colonizador não tem um pouco de razão (MUNANGA, 1986, p. 26).

Essa subjugação aliada aos castigos recebidos tinha a função de fazer com que o escravo incorporasse uma visão negativa de si mesmo e de sua raça, o que muitas vezes foi visto como passividade, (re)significando sua identidade a qual hoje permanece presente em nossas expressões.

Daí a importância de reforçar a presença do homem negro em nossa sociedade. Ao tomarmos consciência desse valor nos voltamos mais uma vez para a discussão acerca de sua presença em nossa formação cultural, social e econômica. Os africanos aqui escravizados tornaram-se a massa substancial para a construção de nosso Brasil, portanto, se justifica dizer que nossa cultura seja impregnada da cultura africana, e que as questões econômicas e sociais formadoras de nossa sociedade, estão implicadas na formação econômica do sistema escravista do qual somos herdeiros, logo, não seria em hipótese alguma, possível passar impune sem que assimilássemos os elementos culturais constituintes da cultura africana, tendo em vista que estivemos diretamente ligados a rotina do trabalho desse povo. Munanga e Gomes mais uma vez nos chama atenção para:

As contribuições dos africanos trazidos para o Brasil, de quem decendem os brasileiros de hoje, são de três ordens: econômica, demográfica e cultural. No plano econômico, os negros serviram como força de trabalho, [...]. No plano demográfico, os africanos ajudaram no povoamento do Brasil, [...]. No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições dos negros africanos na língua portuguesa no Brasil, no campo da religiosidade, na arte visual, na dança, na música, na arquitetura etc. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 20-21).

Seria impossível apagar as marcas, todos nós brasileiros somos carne daqueles homens, sejam negros ou índios, que aqui foram torturados, somos seus algozes e seus protetores, a mão que os defendia é a mesma que descia a cortar o ar com o chicote, que parava ao estalar em sua pele, somos a conjugação do bem e do mal causado a esse povo, somos sua sensibilidade e sua dureza, somos um só, e formamos o Brasil. Arbitrariamente, o negro foi trazido para o Brasil e incorporado na formação do povo brasileiro.

Dessa arbitrariedade, foi gerada uma nação de aproximadamente cento e cinquenta milhões de pessoas, da qual somos parte integrante, co-participes de uma cultura e de uma linguagem unificada.¹⁶



Além disso, temos uma identidade nacional a qual não se afirma indígena, negra ou européia, pois somos um povo novo, resultante dessas matizes genéticas e também da fusão espiritual que nos formou e nos tornou uma só raça. Mas é bom lembrar que essa mistura continua sendo feita, a cada nova experiência nos tornamos mestiços de nosso próprio sangue de nossas próprias crenças.¹⁷ Para Munanga (2004, p. 131), “fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço”. O autor

¹⁶ Todos somos descendentes de indígenas, estrangeiros e africanos. Munanga e Gomes (2006, p. 17) afirmam que: “cada um destes componentes étnicos ou culturais trouxe sua contribuição para a formação do povo e da história dos brasileiros; na construção da cultura e de nossa identidade”.

¹⁷ Discurso da elite política, cultural e econômica brasileira, preocupada com a construção de uma unidade nacional, de uma identidade nacional unificada.

ainda ressalta que: “[...] o Brasil constitui o país mais colorido do mundo racialmente, isto é, o mais mestiço do mundo” (MUNANGA, 2004, p. 124).

Em suma, todos somos brasileiros, e esse fato trás em si uma história que fere os direitos humano, o de ser livre. Os efeitos dos males que os negros trazidos ao Brasil sofreram e que, até hoje, seus descendentes amargam, é uma história contínua de desrespeito, injustiça e exclusão social.

Fato este que nos leva a indagar: E hoje o que mudou? Será que apenas a forma de opressão?

Em busca dessas respostas observa-se que aos poucos nossa história se (re)constrói. A democracia racial tão fortemente defendida pela elite intelectual brasileira, tinha como objetivo o branqueamento do povo brasileiro,¹⁸ mas esta foi ao longo do século XX colocada em xeque por lideranças e militantes do movimento negro no Brasil, que resistiram frente à postura das correntes ideológicas brasileiras, que acreditava sobremaneira no mito das três raças, e que a defendia como verdade, conforme aponta Medeiros:

[...] o próprio movimento negro, que começa a emergir no Brasil, ao menos em sua forma contemporânea, na primeira metade dos anos de 1970, e cujos esforços iniciais concentraram-se em atacar o mito da ‘democracia racial’, visto como alicerce principal da hegemonia branca, e em denunciar as múltiplas formas de discriminação de que são vítimas os afro-brasileiros (MEDEIROS, A., 2004, p. 165).

A quebra desse estereótipo veio permitir que olhássemos sem venda alguma para a situação dos negros e negras do Brasil. A democracia racial no Brasil transfigurada com uma roupagem apaziguadora, construída sob o discurso de uma unidade e identidade nacional, torna a democracia étnica brasileira vitoriosa, de caráter benigno, consolidando seu objetivo social e político dentro da ideologia, dos valores simbólicos e culturais dos coronéis que representavam, sobremaneira, parcela da sociedade dominante brasileira e que está hoje com os dias contados.

¹⁸ Para melhor compreensão: (GORENDER, 2000); (IANNI, 2004); (MUNANGA, 2004); (ORTIZ, 2006) e (SILVA, José, 1995).



Durante gerações, em nosso país, o espaço não estava aberto para ser ocupado por estes personagens negros, principalmente nos postos de trabalho mais bem remunerados e prestigiados, tendo em vista que estes sempre foram reservados para os abastados, com grau de escolaridade elevado e que muito minava a possibilidade de um negro ou negra ocupar esta posição, levando em consideração que o nosso sistema educacional é excludente por excelência, fato que impossibilita uma educação igualitária para todos. Nesse sentido, Paixão afirma que:

O mito da democracia racial, tal como a mestiçagem, também celebra as hierarquias sociais e raciais tradicionalmente existentes no Brasil. Assim, nosso modelo de relações raciais se imbricou com uma sociedade pronunciadamente desigual no seu conjunto, na qual, em nossa pirâmide social, negros e negras remanescem ocupando as piores posições – ocorrendo o contrário com os brancos (PAIXÃO, 2006, p. 53).

Essas diferenças, ao serem camufladas através do mito das três raças, colocam o Brasil definitivamente como paraíso racial, o que justifica não vermos as várias formas de preconceito e discriminação vivenciadas pela população negra em nosso país. Paixão nos chama atenção para o fato de que:

O preconceito racial era um instrumento da sociedade tradicional utilizado pela elite branca em nome da manutenção de históricos padrões de hierarquização raciais. A constante verbalização dos preconceitos sobre os afro-descendentes não era necessária nas situações cotidianas, fazendo-se somente útil nos casos de conflitos e de necessidade de recomposição das hierarquias (PAIXÃO, 2006, p. 49).

Ora, a construção ideológica do brasileiro foi conduzida de forma solidária a abraçar um modelo de desenvolvimento econômico excludente, cuja permanência da concentração de renda figurasse tal qual à moda antiga, nas mãos da elite deste país, o que configura o atestado de aceitação da população quanto à hegemonia do sistema em que o poder dominante continua ditando as regras, aprofundando os abismos sociais e raciais do nosso país. Paixão ainda diz:

[...] as múltiplas formas de preconceito e discriminação racial existentes no Brasil acarretam o rebaixamento do valor da força de trabalho de um contingente significativo da classe trabalhadora brasileira, representada pela População Economicamente Ativa (PEA) afro-descendente. Essas disparidades raciais formam uma relação de múltua determinação, com um quadro de uma economia subdesenvolvida, periférica e dependente em termos financeiros, culturais e tecnológicos da nações hegemônicas (PAIXÃO, 2006, p. 54-55).

Paixão vai além, referindo-se aos abismos sociais, raciais e seus efeitos sobre a economia, acrescenta:

[...] os atuais abismos sociais e raciais atualmente encontrados no país acabaram tendo um efeito muito negativo sobre o próprio dinamismo da economia, tendo em vista representar um encolhimento do mercado interno, em grande perda da produtividade decorrente da baixa escolaridade da população negra, além de efeitos sistêmicos perversos, como o aumento do sentimento de privação relativa e o crescimento da violência, que acabam igualmente tolhendo o ritmo de crescimento econômico (PAIXÃO, 2006, p. 54).

Nessa seqüência de prejuízos encontrados, observa-se o enfraquecimento da economia, identificando perda na produtividade em conseqüência do baixo índice de escolaridade de uma parcela significativa da população, a qual não é absorvida pelo mercado de trabalho, fato este que leva parte desses indivíduos ao mundo da marginalidade, sem falar que esta falha no sistema educacional infere também no rebaixamento significativo de parcela da classe trabalhadora brasileira, o que implica em continuarmos a ter uma economia subdesenvolvida (o mercado informal brasileiro), periférica e dependente das nações hegemônicas (sub-trabalho – evidenciados ao copiarmos os modelos criados pelos países desenvolvidos), quer seja em termos culturais, financeiros ou tecnológicos.

Podemos ainda, levar essa discussão mais adiante, pois o mito da democracia racial deixa um rastro por onde passa, ele leva muito dos afro-descendentes a forjar uma identidade de base negativa, movida pelo discurso imposto de forma hegemônica, onde eles são obrigados a encarar quem os discriminam de forma natural e cordial, já que o Brasil é um país (aprendemos isto na escola) onde não existe racismo e discriminação, o que, muitas vezes gera nesses indivíduos uma ideologia de subordinação abalizada pela identidade negativa e inferior.

Cotidianamente, depositamos sobre as negras e negros brasileiros a culpa pelo seu fracasso escolar, do trabalho, da moral, da família e até mesmo da sua estética corporal, levando-os a frustrarem-se individual e coletivamente, ou as avessas aceitar a condição de inferioridade como normal.

Assim, abrimos o caminho que nos conduzirá aos emaranhados das Ações Afirmativas locais, sem contudo perder de vista o nosso foco principal a fotografia publicitária em torno dessas ações no RN.

Parte 3



Retoque das Ações Afirmativas: Não para a Liberdade?

A palavra liberdade traz, pois, na sua própria história, o seu contrário, isto é, a servidão, tanto quando se trata da política e das relações sociais como quando se fala do indivíduo. Pensada assim, a liberdade comporta sempre um risco de ilusão e fracasso.

Adauto Novaes

3- Retoque das Ações Afirmativas: Vão para a Liberdade?

Esta parte vem possibilitar um novo olhar sobre as ações desencadeadas na Comunidade dos Negros do Riacho, a partir dos objetivos traçados pelo *Projeto Dignidade*, e as diretrizes do Projeto Nacional intitulado Brasil Quilombola¹⁹ (BRASIL, 2004).

É a partir do panorama traçado pelo Governo do Estado divulgado pela mídia local que passamos a observar a comunidade dos Negros do Riacho como produto ou peça publicitária, pois a mesma foi colocada na condição de Laboratório Social no início do desenvolvimento das ações naquele contexto.

3.1- Iluminando Novos Caminhos – Educação

Nesse momento em que o Estado brasileiro se coloca aberto e renuncia sua suposta neutralidade, vislumbra-se a Ação Afirmativa como transformadora. Segundo Santos, E. e Lobato:

[...] nessa nova postura o Estado abandona a sua tradicional posição de neutralidade e de mero espectador dos embates que se travam no campo da convivência entre os homens e passa a atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positivada nos textos constitucionais (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 21).

¹⁹ As políticas públicas do Governo Federal, destinadas as comunidades remanescentes de quilombo, estão em um Programa que se chama: Brasil Quilombola.

É através da Ação Afirmativa, que o Estado se colocará ativo buscando a igualdade substancial para todos, fato que poderá possibilitar o verdadeiro princípio da liberdade tão sonhada por nossos antepassados, e da qual na atualidade nem todos dispõem, levando em consideração os impedimentos políticos, econômicos e sociais enfrentados cotidianamente por uma parcela significativa da população brasileira, a qual permanece condicionada à marginalidade. Octávio Ianni, afirma que:

É bastante reduzida a presença do negro e mulato na escola brasileira. Se tomarmos a percentagem deles no conjunto da população do país, verificamos que aparecem na escola em proporção muito menor que o branco. Isto é verdade para todo o sistema escolar, assim como para cada um dos seus níveis (IANNI, 2004, p. 269).

Dadas as condições de funcionamento das instituições de ensino no Brasil, cabe-nos assinalar que a promoção da igualdade racial deveria assentar a educação como meta estratégica para o alcance da verdadeira igualdade de oportunidades. No entanto, observamos que, mesmo após tomar medidas de promoção da igualdade racial, as políticas públicas de Ação Afirmativa não estão caracterizando a educação como ponto primordial para execução de seus objetivos, fato este que muito vem a empobrecer as ações e os resultados por essas alcançados.

Ao levarmos em consideração os indicativos do Censo de 2000, levantados pelo Observatório Afro-brasileiro, veremos que um número expressivo da população brasileira está colocado fora da rede de ensino, o que provoca um aumento considerável no índice de analfabetismo ou, o aumento da população que pode ser classificada como sendo analfabeta funcional, quadro este que tem uma representatividade significativa da população negra, pois é evidente que o acesso à educação não atinge todos igualmente neste país. Paixão diz:

Se é verdade que 96,5% das crianças brasileiras em idade escolar, entre 7 e 14 anos, tiveram acesso ao sistema de ensino, por outro, essa universalização do acesso não beneficiou igualmente todos os grupos raciais de nossa população. Em 2000, 1,9% das crianças brancas nessa faixa etária estavam fora da escola; entre as crianças negras em idade escolar esse percentual chegava a 3,9% (PAIXÃO, 2006, p. 86).

Esses indicadores mostram que o sistema educacional brasileiro é discriminatório e pouco aberto aos afro-descendentes. Hoje podemos dizer que esse número sofreu algumas mudanças, principalmente se levarmos em consideração as políticas de inclusão e reparação social. No entanto, não podemos atestar que a qualidade do ensino tenha melhorado ou, que haja uma redução significativa da desigualdade no tocante ao aproveitamento escolar da criança branca e da criança negra.

Essa diferença está implicada especialmente na forma de estruturação do currículo de nossas escolas, que durante anos não atentou para os enriquecimentos que a população negra deu à cultura brasileira, fato observado, mesmo após a criação da Lei 10.639/2003, a qual torna obrigatória a inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do Brasil, conforme observado em: (PAIXÃO, 2006); (SANTOS, E.; LOBATO, 2003); (MUNANGA; GOMES, 2006), (BRASIL, 2006a) e (BRASIL, 2005).

Destarte, é evidente que a exclusão social implica também não somente nos termos, mas diretamente na forma como são concebidas as práticas de ensino-aprendizagem no sistema educacional do Brasil, tendo em vista que mesmo após a aprovação e tempo hábil para a implementação desta nos currículos das escolas, conforme a Lei acima citada, ainda hoje, constata-se que alguns estabelecimentos de ensino não a colocaram efetivamente em prática como é o caso da Escola Municipal de Serrote do Melo, que atende as crianças do Riacho, que mesmo adotando em seu currículo estas matérias as tem trabalhado de forma subliminar, conforme poderemos observar a seguir: Ao serem indagadas pela pesquisadora como se trabalha os personagens negros ilustrados nos livros didáticos em sala de aula e a presença negra na história e construção do país as professoras da escola que atende as crianças do Riacho informou que não trabalham esse tema. “Agente nunca trabalhou assim, não existe esse material aqui” (PROFESSORAS, 2006). Foi indagado também como se trabalha o preconceito em sala e na escola, as mesmas informaram: “Aqui não existe isso não” (PROFESSORAS, 2006).

Esse fato vem reforçar o entendimento de que as crianças negras enfrentam cotidianamente problemas e preconceitos de toda sorte, e não percebemos o quanto o sistema no qual estamos inseridos contribui excessivamente para que isso ocorra,

tendo em vista que não nos atemos para a quantidade de crianças que são precocemente absorvidas pelo mercado de trabalho; para a fragilidade de nosso sistema educacional, que não estimula, valoriza ou promove o conhecimento da identidade negra, refletindo na auto-estima dessas crianças; na discriminação, no racismo e no preconceito existente no ambiente escolar, os quais provocam dentre outras coisas o desestímulo e aversão a este espaço, implicando diretamente na redução da permanência dessas crianças na escola, ou até mesmo, quando as perspectivas profissionais são reduzidas visto que resultados financeiros estimulantes são condicionados a uma continuidade na escola. Nesse sentido devemos observar o conceito de educação a fim de não perder de vista as diretrizes que devem atingir a todos os indivíduos, independente de raça, sexo ou religião:

Educação. [...]. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais de personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até à morte (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE MORAL E CIVISMO apud BRANDÃO, 2003, p. 63-64).

Portanto, é importante deixar claro aqui, que não é somente o acesso à educação ou esta sozinha que transformará os indivíduos que por elas passam. Pelo menos em tese, a educação deve propiciar aos que a ela chega um engajamento e o conhecimento do mundo no qual estão inseridos, tornando-o assim mais preparado para o reconhecimento de si como um ser social. Essa mudança permite, através do contato e da aceitação de suas origens, um novo olhar sobre seu meio, o que certamente permitirá fortalecer sua identidade individual e coletiva construída desde seu primeiro núcleo social – a família.

A educação, entendida assim numa acepção mais abrangente, fornecerá as armas necessárias para o entendimento de si, do outro e do espaço no qual estão inseridos, de forma consciente e transformadora, fato este expresso nos Quatro Pilares da Educação, encontrado no Relatório da UNESCO nos seguintes termos: somente quando tiver conhecimento de si mesmo, o indivíduo poderá colocar-se no lugar do outro e compreender as suas reações (DELORS, 2003). As Ações Afirmativas estão aí se propondo a possibilitar esse acesso, segundo Santos, E. “*agir afirmativamente* significa ter consciência desses problemas e tomar decisões coerentes com o imperativo indeclinável de remediá-los” (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 37, grifo dos autores).

Logo, se faz salutar apontar o sistema educacional como fator primordial para as transformações através das Ações Afirmativas, entende-se a escola como o espaço onde temos acesso a novos códigos que nos possibilitará ler o mundo, e através da leitura crítica e politizada, adquirida na escola formal, poder mudar o curso de nossa história. O curioso é que em uma comunidade como a dos Negros do Riacho, esse espaço esteja sendo relegado, tendo em vista que não foi ainda consolidada a escola formal naquela comunidade. Aqui não estamos expressando apenas a falta de uma estrutura física designada escola, mas esta em toda sua dimensão. Logo, recorreremos a Cruz (1990), para entendermos qual a lógica do governo que implanta as Ações Afirmativas no RN; pois apesar do passar dos anos, da mudança de regime político, de siglas partidárias, motivações e interesses políticos, nomes e sobrenomes familiares as reminiscências oligárquicas nos fazem voltar a alguns traços do passado, conforme identificado em Cruz:

Ao estado compete, então, atuar em algumas áreas sociais e manter-se na esfera política e ideológica. Os Maias lançam mão do discurso de promoção social. Novamente o ‘pioneirismo’ é ressuscitado como estratégia política: de um lado, arrecadar fundos para suas ações; e de outro, provocar um certo impacto na massa, desenvolvendo projetos paliativos na área da educação, saúde e da produção artesanal (CRUZ, 1990, p. 91).²⁰

Dadas as devidas diferenças entre os governos de tempo e conjuntura política, econômica e social, não se pode perder de vista as políticas públicas,

²⁰ Os Maias são referidos por Cruz sempre no plural, “[...] pois eles representam um grupo familiar em que três deles revezaram-se no poder de 1974 a 1986” (CRUZ, 1990, p. 86).

gestadas sob o domínio desses governos, impuseram-se e impõem-se ainda hoje muito mais pelo populismo e assistencialismo, do que, pela verdadeira garantia dos direitos sociais reservados a população como: a educação, o trabalho, o salário justo, a saúde, a aposentadoria. Ora, a vigência desses direitos depende da existência de uma máquina administrativa eficiente e promotora da participação da população no acesso à riqueza coletiva, o que foi inviável com os governos anteriores, sobretudo com os Maias que estiveram no poder por duas décadas, daí se explicita a ausência da escola formal na comunidade do Riacho até os dias de hoje, assim percebe-se uma certa semelhança retórica de inovação, promoção social e geração de emprego e renda com o *Projeto Dignidade* divulgado na mídia local, assunto do qual trataremos mais adiante.

Dessa forma, voltamos nosso olhar para os motivos pelos quais a escola formal não foi ainda consolidada no Riacho. A educação naquele contexto, vem há mais de duas décadas sendo relegada, conforme podemos identificar na fala de um membro da comunidade, em conversa com a pesquisadora, assim como, com as professoras das crianças quando questionadas se na comunidade do Riacho não havia crianças suficientes para justificar uma estrutura física para abrigar a escola:

A escola aqui é boa demais, não tenho o que dizer, é pertinho e lá tem comida e brincadeira, eles não vão porque não querem ir. Tem menino aqui que já sabe ler carta, mais não quer ir para a escola. Os daqui mesmo vão porque eu empurro a peia, aí vão [...] (MEMBRO DA COMUNIDADE1, 2006).

Tem sim. Mas aqui é pertinho da escola. Sabe quanto é? É vinte e cinco minutos de menino correndo, eles chegam rápido, não gastam isso tudo não. São uns quinze minutos, mas não querem ir [...] (PROFESSORAS, 2006).

Mais importante que isso, no entanto, é identificarmos também que a escola na comunidade há muito foi reivindicada pelos moradores, e poder observar que naquele espaço já foi sinalizado o entendimento de que a escola é importante e necessária, conforme podemos observar no Projeto de Ação Comunitária, desenvolvido pela Paróquia de Sant'Ana, de Currais Novos/RN, dentro do Programa de Assistência Educacional aos Municípios, sob a coordenação local de Caldas:

Visitando casa por casa, fez-se uma pesquisa para detectar o número de analfabetos. Diagnosticado o problema, fez-se uma reunião onde enfatizou-se mais uma vez, a importância do saber ler e escrever na vida do homem. Alguns dias depois soube-se, com muita alegria, que os negros vieram a cidade solicitar do Prefeito Municipal uma escola para adultos – MOBRAL (CALDAS, 1985, p. 13).

Nessas falas podemos identificar que há mais de duas décadas a escola formal na comunidade do Riacho encontra barreiras para ser implementada. Que barreiras seriam essas? Como já nos referimos a comunidade está localizada no município de Currais Novos, a escola que assiste as crianças da comunidade está situada no sítio Bom Sucesso, a 3 km do espaço geográfico central da comunidade. Conforme já referido em Assunção (1994, p. 8).



Chamamos aqui atenção para a inacessibilidade à escola, tendo em vista que as crianças atravessam a terra escaldante, correndo no meio do tempo, o qual

segundo Assunção significa dizer: “[...] numa terra seca, [...], e coberta por tabuleiro, uma vegetação típica do sertão nordestino” (ASSUNÇÃO, 1994, p. 8), sem contar a irregularidade do terreno e a poeira do lugar desértico e árido.

Segundo as professoras os índices da evasão escolar das crianças da comunidade, é muito alto. Assim nos questionamos: Como poderá as crianças da comunidade dos Negros do Riacho ter interesse em estar freqüentando assiduamente a escola, se está localizada, como já foi citado anteriormente, “[...] a vinte e cinco minutos de menino correndo no meio do mato” (PROFESSORAS, 2006), com um sol escaldante? Como poderá ter essas crianças o prazer de ir à escola se o estímulo é dado pelos empurrões, ou parafraseando um membro da comunidade, *é a peia?*²¹

Entende-se que outros fatores contribuem para a ausência sistemática dos alunos do Riacho em sala de aula, conforme podemos observar na fala a seguir:

Este é um problema que vem de muito longe, falta estímulo por parte da família, eles só vão à escola no dia que eles querem, é um fator histórico, é da cultura deles. Na segunda-feira não tem ninguém daqui, eles não vão, porque os pais vão para a feira de Currais Novos pedir esmolas e os meninos e meninas (os da escola) tem que ficar com os pequenos em casa. Aí na semana também tem os dias deles ir para a rua (Currais Novos) pedir (PROFESSORAS, 2006).

No entanto no documento da Ação Comunitária, citado acima, pode-se perceber que em 1985 a escola já era entendida como uma necessidade básica naquele contexto como expressa Caldas:

Para atender às necessidades básicas do grupo de trabalho e a comunidade em geral, realizou-se uma reunião com o objetivo de promover a organização comunitária, visando a identificação e solução de problemas de forma conjunta.

Após a reunião algumas decisões foram tomadas:

- Construção de um galpão²² para reuniões e funcionamento da escola; [...]²³ (CALDAS, 1985, p. 13).

²¹ Peia – expressão usada para expressar que a criança vai para a escola após ser surrada.

²² Posteriormente esse Galpão passaria a ser o Centro Comunitário ou Centro Social da Comunidade do Riacho.

²³ Na reunião do dia 30/06/1985, foram tomadas as primeiras decisões para a construção do galpão, segundo Caldas (1985, p. 13) “Verificou-se o terreno. Escolheu-se uma parte plana e um local bem ventilado”. Caldas, ainda, chama a atenção para as atividades que viriam a ser realizadas no galpão: “reuniões; festas; pequenos cursos; aulas de catequese; a escola MOBREAL” (Ibid., p. 14).



Fato que nos conduz à busca de hipóteses que poderiam vir à responder a ausência das crianças do Riacho na escola, tendo em vista que já no ano de 1985, os membros da comunidade se colocavam abertos para o funcionamento da escola formal naquele contexto. Esta ausência não estaria posta por não haver uma estrutura física na comunidade destinada ao funcionamento das salas de aula? O fato de se desenvolver no mesmo espaço físico atividades outras como festas (lazer) e cursos de cunho profissionalizantes não colocaria o funcionamento da escola em segundo plano? Estas são questões que poderiam se colocar como ponto de esclarecimento para o distanciamento dos membros da comunidade das salas de aula que funcionam naquele espaço, inicialmente na educação de jovens e adultos conforme podemos observar na fala a seguir: “Aqui à noite têm jovens e adultos, mas a freqüência é do mesmo jeito da escola e olha: é aqui (aponta para o Centro Social). Eles não vêm. São cinqüenta alunos, duas turmas de vinte e cinco. Mais quando eles muito vêm são cinco” (PROFESSORAS, 2006).

Pode-se entender também que o exemplo dos adultos serve de espelho, atingindo as crianças da localidade. Na tentativa de melhor explicitar esta questão, recorreremos a Paixão na tentativa de encontrar um olhar mais abrangente sobre o problema que as crianças, jovens e adultos, negros e negras enfrentam hoje no sistema educacional brasileiro:

Ao fechar os olhos para a realidade singular dos alunos e alunas negros, o sistema de ensino não reconhece que esses enfrentam uma série de problemas especialmente típicos desse grupo: i) a entrada precoce deste grupo no mercado de trabalho; ii) a baixa qualidade do ensino público, onde se concentra a maioria dos estudantes afro-descendentes, que não contribui para promover a construção do conhecimento; iii) imposição de um conteúdo programático que não valoriza o universo dos afro-descendentes e, portanto, não estimula a elevação de sua auto-estima; iv) a presença do racismo e do preconceito em sala de aula e no ambiente escolar, que reduz o estímulo à continuidade dos estudos; v) a falta relativa de bons exemplos no mercado de trabalho que possam sinalizar melhores perspectivas de retorno profissional financeiro mediante o esforço em prol da continuidade dos estudos (PAIXÃO, 2006, p. 87-88).

Mas se os do Riacho também passam por todos esse problemas, o que os mantém matriculados na escola da comunidade? Pelas observações feitas, compreendemos que os pais pressionam as crianças a freqüentarem à escola, pois

este fato assegura aos seus responsáveis a legalidade para o recebimento do auxílio bolsa escola,²⁴ benefício que provém das políticas afirmativas de governo. Conforme podemos observar na fala de um membro da comunidade, em conversa com a pesquisadora: “A escola continua no lugar dela, os meninos daqui não vão lá não, mas continuam matriculados porque Galdino²⁵ disse que se tirar o governo retira o bolsa escola” (MEMBRO DA COMUNIDADE5, 2007).

Entende-se que não se pode tratar a educação de forma tão subliminar, colocando-a como mera justificativa formal para o recebimento dos recursos públicos, bem como não podemos permitir que essas crianças não tenham acesso à educação, é preciso levar a escola a sério, e incentivar essas crianças a freqüentarem a sala de aula sem causar traumas ou condicioná-las a uma freqüência motivada por uma relação mercantilista, mesmo que a escola não seja propulsora de transformações individuais e/ou coletivas daquelas pessoas, o acesso deles à escola é importante por questões de garantias sociais e por essa bem ou mal garantir ainda uma ascensão social, como nos lembra Brandão:

[...] seria útil relembrar que a *escola na comunidade* é uma unidade de *laços, eixos, feixes e redes* de interações entre pessoas e tipos de pessoas bastante mais dinâmico e mais complexo do que uma imagem formal de sua dimensão institucional revela (BRANDÃO, 2002, p. 207, grifos do autor).

Não podemos perder de vista que é nesse espaço privilegiado onde ocorre o acesso aos novos códigos, necessários à leitura do mundo, como também a preparação para o mercado de trabalho em um mundo cada vez mais especializado. Assim pergunta-se: Como as crianças em idade escolar da comunidade Negros do Riacho terão acesso a esses códigos, se a educação formal naquele espaço é vista como meio de sobrevivência e não como fim educativo?

Logo, é pertinente chamar a atenção para o fato de que não são as políticas de assistencialismo, sejam elas, compensatórias, reparatórias ou indenizatórias, elaboradas para efetivar as leis em vigor, que vão forjar sozinhas um novo país, e no

²⁴ Programa de Governo criado em 2001 com a proposta de conceder benefício monetário mensal as famílias que mantivessem suas crianças na escola. Para melhor entendimento visite site do MEC. (www.mec.gov.br/bolsaescola).

²⁵ Antônio Galdino de Souza Neto – Coordenador de Assessoria Técnica da SETHAS, coordenador do *Projeto Dignidade*, desenvolvido na Comunidade do Riacho.

RN especificamente uma nova roupagem para as comunidades negras, em especial a do Riacho, posta como laboratório de implementação dessas políticas. Para tanto, é necessária uma ação conjunta do Estado e da sociedade civil organizada, na tentativa de evoluir e permitir que a segregação em nosso país, não se torne mais uma vez norma para o povo negro, seja a nível nacional, seja local. A educação aplicada da forma devida se constituirá no suporte para o entendimento das mudanças a que somos submetidos e para o crescimento das classes menos favorecidas. No Riacho, especialmente a educação, poderia permitir particularmente às crianças que serão os adultos de amanhã, a (re)tomada de sua consciência política, de ser social, de cidadão, favorecendo o acesso à riqueza coletiva.

É nesse contexto, onde a educação é colocada à margem, que focamos nossa atenção para as propagandas publicitárias divulgadas nos veículos de comunicação do RN, os quais vêm legitimar a Ação Afirmativa de promoção da igualdade racial na comunidade do Riacho, dando-lhes um tom idealista de veracidade e funcionamento, promovendo a divulgação do Governo do Estado enquanto gestor das mudanças oportunizadas através do discurso de reparação social.

A divulgação desse material publicitário poderá promover uma mudança de identidade a partir da visão de mundo daquele povo, especialmente das crianças em idade escolar, passando-lhes uma idéia que muitas vezes não corresponde a sua realidade, levando-os cada vez mais para longe da cidadania, conforme poderemos compreender melhor, na Parte – 3, deste estudo.

Aqui somos levados a fazer uma aproximação da educação com a identidade, no sentido de trazer a problemática da raça negra para dentro da escola. Não se trata aqui de encarar a identidade como uma categoria de estrutura de pessoas fixa, sem que esta passe por um processo de transformação constante. A preocupação aqui posta, se volta para o fato da identidade deste grupo se transformar não pela observação das mudanças provocadas no mundo, e que venham promover alterações em seu contexto, mas sobremaneira numa mudança mediada pela imagem publicitária que trás em si o desejo de atender a uma necessidade posta pelos objetivos a que se destina, como observamos em Tarde, a identidade “é a permanência da pessoa, é a personalidade encarada sob o ponto de vista de sua duração” (TARDE apud SODRÉ, 1999, p. 34). Para ele, a identidade fundamenta-se

na memória e no hábito. Logo, encara-se a identidade como uma construção que reflete um processo de freqüentes transformações, onde tais modificações estão via de regra, associadas a novas referências e a novos olhares sobre a realidade, provocados por novas experiências, fatos e ações que a escola em geral teria como função desenvolver. No caso do Riacho essa função de confrontar a tradição da raça negra com a modernidade ou mesmo a contemporaneidade da existência daquelas crianças se constituiria numa certa medida a garantia de uma reparação histórica e social para fazê-los melhor se colocarem na sociedade atual.

Ao privar os do Riacho de compreenderem o processo que estão vivenciando, coloca-se todos os outros na condição de opressores, em um país que não superou ainda suas raízes escravocratas, neste sentido, observamos o que diz Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma identidade, em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma idade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Se nos propusermos a analisar nossa realidade, veremos que a publicidade numa certa medida impõe seus objetivos como verdades nossas, como desejos de cada um de nós, mesmo que este fato não seja concreto, pois a publicidade cria em cada um de nós o desejo de ser, de ter, de estar de acordo com os seus objetivos, portanto a partir dessa análise pode-se dizer que hoje vivemos uma nova versão da escravidão, a qual não se faz distante em princípios daquela em que está fundada a égide da nação brasileira. Os diferenciais estão postos, mas esta nova versão da escravidão moderna não deixa a desejar quando exclui, diminui ou condiciona o indivíduo a títere de seu objetivo, como está expresso no ideário do *Projeto Dignidade*, quando diz que “o Riacho é um laboratório social”.

PROJETO DIGNIDADE

O PROJETO DIGNIDADE traduz as propostas do Governo do Estado através da SETHAS, de promover reparação social, buscando eliminar todas as formas de preconceitos, discriminação e segregação social e subdesenvolvimento, com a grande tarefa de corrigir as injustiças cometidas contra a população negra no passado, cujas consequências estão presentes nos nossos dias.

Estados apontam a existência de aproximadamente 60 Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Rio Grande do Norte.

Dentre as várias Comunidades visitadas pela SETHAS, uma chamou a atenção, pelas precárias condições de vida. Uma população literalmente morando de favela, sede e por falta de oportunidades. Assim foi identificada a Comunidade Remanescente de Quilombo Negro do Riacho, distante 13 km do centro de Currais Novos.

A Comunidade Negros do Riacho, é eleita como laboratório social, onde os moradores vivem hoje, uma nova perspectiva de vida.

O PROJETO DIGNIDADE após realizar um profundo diagnóstico da realidade daquela população de vida de suas 42 famílias. É um processo de escuta contínua, onde a comunidade explicita suas demandas e elega as prioridades. O Governo assumiu o papel propulsor, levando políticas públicas e ações de cidadania, tendo a população como protagonista de seu próprio projeto de mudanças em níveis emancipatórios.

Algumas áreas visíveis podem ser apontadas como marcas da mudança:

- Conclusão de documentação de 92% da população com o registro de nascimento;
- Vendas da Mulher da SETHAS a Comunidade para alugar agenda de intervenções;
- Encontro da Governadora Wilma de Faria com o segmento Negro do Serviço para escutar suas demandas e buscar compreensão;
- Restauração e adaptação do Centro Social encontrado em ruínas;
- Construção de 15 casas de alvenaria substituído as 15 casas de taipa, motivo de espremedor por parte de seus moradores, pelas condições sub-humanas em que viviam;
- Realização de reformas nas 28 casas de alvenaria, construídas há 20 anos necessitando de melhorias;
- Substituição da Caixa-água, construção de caixa-d'água e instalação de uma caixa de desumidificação, oferecendo água potável para todos;
- Construção de uma arena para as atividades esportivas e culturais da comunidade;
- Construção e instalação de uma unidade de produção e venda de cerâmica (trigo cultural da comunidade e tatar de sobrevivência);
- Oferta de cursos para geração de renda com ênfase no artesanato de cerâmicas;
- Assessoramento na formação da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Negros do Riacho, importante organização social do povo negro, funcionando como interlocução Negro do Riacho/ mundo exterior;
- Incentivo às práticas do esporte como elemento de coesão e difusão de valores da comunidade;
- Organização de grupos de adolescentes e de mulheres, com ações que fomentam o fortalecimento da auto-estima;
- Realização de ações complementares SETHAS/ SEARA/ Recursos Humanos/ CODIMM/ Prefeitura Municipal de Currais Novos;
- Organização e difusão da realidade dos Negros do Riacho, através de exposição fotográfica denominada Restos da Dignidade, em itinerários por vários estados do Rio Grande do Norte.

A Comunidade Negros do Riacho, é eleita como laboratório social

Se formos um pouco mais longe, poderemos também apontar os atuais vestígios da escravidão de nosso tempo que favorecem nossa condição de opressores, o fato de considerarmos a cor da pele como elemento de segregação, na atualidade pode nos levar a refletir e constarmos uma série de estigmas associados a cor negra – a cor da pele, a qual muitas vezes é colocada como valor que define a condição social do indivíduo, como disse Nabuco: “A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a côr preta” [sic] (NABUCO, 1938, p. 22). Essa escravidão moderna a que se referia Nabuco, nos alerta para a segregação do homem escravizado tempos atrás, o qual depositava forçadamente nas mãos do seu senhor toda sua condição de existência e facilmente absorvia a negação de si, aceitando sua diminuição enquanto sujeito, obrigando-se a negar sua identidade, absorvendo calado todas as injúrias a ele atribuídas, fato este que pode ser observado ainda em nossos dias através de palavras que cortam

como lâminas: “Não disse: é negro! Não falei é negro! Quando não faz na entrada, faz é na saída! Não confie em negro que não presta!”

Em nossas experiências cotidianas muitas destas falas estão colocadas naturalmente, segundo Pereira, essas frases estão diariamente dialogando com “[...] questões econômicas, religiosas e políticas, de modo a reduplicá-las em sua própria constituição a partir de uma perspectiva que desqualifica o indivíduo e a coletividade negra” (PEREIRA; GOMES, 2001, p. 108). A essas frases também podem integrar outras formas de racismo cordial diluído nos abecês,²⁶ piadas e letras de músicas que apresentam os conflitos existentes entre negros e brancos no nosso país.

Passemos então a análise específica da Comunidade do Riacho, objeto central deste estudo.

3.2- Luz de Fundo: Projeto Dignidade

O *Projeto Dignidade* vem se colocar como condutor das Políticas de Ações Afirmativas no RN. É com sua inserção na Comunidade dos Negros do Riacho, que o Governo do Estado iniciou o processo de reparação da histórica dívida social aos descendentes dos povos africanos, no Brasil escravizados, aplicando o discurso da reparação, do progresso e do avanço na promoção social, na inserção através do emprego e renda. O *Projeto Dignidade* teve início em fevereiro de 2005, quando a então secretária titular da SETHAS, hoje Deputada Estadual Márcia Maia,²⁷ solicitou a criação de uma equipe multiprofissional a fim de visitar as comunidades negras do RN, com o objetivo de implementar um trabalho voltado para a reparação social, tomando por exemplo outras localidades do país que através de programas do Governo Federal estavam promovendo medidas de promoção social. No RN, a ação social tem no período de 2002 a 2005,²⁸ um grande impulso, chegando a ser colocada como fio condutor do governo. Fato que nos dá elementos para fazer ponte

²⁶ Para compreender os abecês do negro consultar Pereira e Gomes (2001).

²⁷ Filha da ex-prefeita da cidade do Natal, atual governadora do RN – Vilma de Faria, com o ex-governador indicado pelos militares, ex-deputado federal e atualmente deputado estadual – Lavoisier Maia.

²⁸ Em 2002, Márcia Maia foi reeleita Deputada Estadual, licenciou-se neste mandato para assumir a SETHAS.

com governos anteriores do grupo familiar e político, como exemplo, pode-se citar o governo Lavoisier Maia – 1979-1983, sobre o qual Cruz ressalta:

Assim, o governo impopular dos Maias vai penetrando nas áreas mais desfavorecidas da população com uma ação clientelista e assistencialista, reforçando os graus de dependência política da população. Evolui a penetração para o controle de toda a ação comunitária, interferindo, através dos seus agentes colocados na base dos dirigentes desses organismos. Assim, o controle social é exercido sobre a vida da comunidade e suas lideranças políticas (CRUZ, 1990, p. 94).

Nessa perspectiva, dada as diferenças conjunturais, econômicas, políticas e sociais de uma ditadura para uma democracia não encontra-se surpresas, quanto a execução das medidas pautadas pelo Governo Federal, no RN sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Com o objetivo de “[...] promover a igualdade racial [...]” (ASSECOM, 2006c), e “[...] voltado para o resgate da cidadania de habitantes de comunidades descendentes de quilombos” (ASSECOM, 2006d), o Projeto Dignidade foi lançado oficialmente na comunidade dos Negros do Riacho no dia “[...] 14 de maio de 2005, por intermédio da Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social” (JORNAL DA SETHAS, 2005, p. 2).



Na oportunidade foi inaugurado o Centro Social da comunidade, este prédio foi recuperado com o objetivo de funcionamento dos trabalhos a serem realizados pelo Programa Saúde da Família; Programa de alfabetização de crianças, jovens e adultos, conforme podemos constatar em (JORNAL DA SETHAS, 2005).

Anteriormente, fizemos referência a este imóvel. Como podemos observar vinte anos após a sua construção o mesmo ainda abriga um programa de alfabetização, seu funcionamento se dá fundamentado em programas que contemplam a mesma natureza e objetivos de outrora. O referido espaço físico continua funcionando oficialmente como uma unidade cultural de transmissão de conhecimentos, saberes e práticas, assim como de socialização comunitária. O Centro Social da Comunidade do Riacho é um lugar de encontros e desencontros, é neste espaço que a vida da comunidade se define, é uma verdadeira unidade de relacionamentos formais e informais, onde as sociabilidades são travadas. O Centro Comunitário que surgiu em forma de Galpão, em 1985, continua sendo o espaço de referência para os do Riacho, pode-se até antever que o mesmo é tomado como eixo dos outros espaços da comunidade, tal qual aconteceria com a escola caso ela existisse formalmente naquele contexto.

Em 20 de maio de 2005, a Secretária Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, apresenta o *Projeto Dignidade* na 1ª Conferência Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial, que contou com a presença da Ministra Matilde Ribeiro (ASSECOM, 2005b). Nesse evento, a Governadora em seu discurso disse que: “[...] é obrigação dos governos federal, estaduais e municipais ‘resgatar a imensa dívida social com aqueles que estão excluídos’” [sic] (Ibid.).

É válido ressaltar que nas definições e/ou justificativa do *Projeto Dignidade* o Governo do Estado tem a preocupação de deixar claro que antes de serem implementadas as ações no Riacho houve uma análise da situação em que se encontrava a comunidade e com eles foram discutidas as prioridades.²⁹ Assim, o Projeto Dignidade é definido pelo governo: “O Projeto Dignidade não é manifestação de solidariedade; é a garantia de direitos individuais. Nada chegou à comunidade como favor ou ato humanitário. Trata-se de uma política pública de reparação” (PROJETO DIGNIDADE, 2005, p. 13). Em outras palavras continua o documento:

²⁹ Projeto Dignidade (2005), Jornal da SETHAS (2005), RN, Governo do Estado (2005).

O Projeto Dignidade traduz os propósitos do governo do estado através da SETHAS, de promover reparação social, buscando eliminar todas as formas de preconceitos, discriminação e segregação social e sobretudo, com a grande tarefa de corrigir as injustiças cometidas contra a população negra no passado, cujas conseqüências estão presentes nos nossos dias (RN, GOVERNO DO ESTADO, 2005, p. 40).

A complexidade dessas ações são assim colocadas, levando-nos ao entendimento de que a sociedade capitalista na qual estamos inseridos é de classe e excludente, e por isso mesmo abre espaço para a desigualdade social, daí existir espaço para a inclusão social, logo, nos questionamos: em que sentido vai essa reparação? Considerando que “reparar” é mais profundo do que “incluir”. Tanto o é que o próprio projeto expressa que um dos objetivos é eliminar preconceitos historicamente fomentados. A esse respeito um agente do projeto, em conversa com a pesquisadora revela que:

Quando o governo começou a assistir através do Projeto Dignidade a Comunidade dos Negros do Riacho, as pessoas de Currais Novos aumentaram o preconceito e passaram a não mais dá esmolas, diziam: Vilma Maia está te dando tudo, o governo não deixa faltar nada para vocês; vocês não precisam mais da gente. E muitos dos que antes ajudavam as pessoas da Comunidade passaram a ignorá-los (AGENTE DO GOVERNO1, 2006).

Portanto podemos a partir desta fala entender que o Governo ao assumir o papel de impulsionar a Comunidade dos Negros do Riacho, através da ação prática de reparação social, sem antes trabalhar o meio, onde esta comunidade está localizada (Currais Novos), evidenciou a antipatia da população local em relação aos Negros do Riacho, e de certa maneira, mesmo não sendo seu objetivo, acirrou os preconceitos, discriminação e segregação existentes justamente o que este tinha como objetivo banir daquele espaço, logo, fica evidente as contradições a serem trabalhadas.

Assim foi concebido o Projeto Dignidade, que inicialmente teve segundo publicação da SETHAS, “[...] como referência as informações disponibilizadas pelo Centro de Cartografia e Informações Geográficas, da Unidade de Brasília – UNB,

que apontava a existência de 64 comunidades remanescentes de quilombos no Estado” (PROJETO DIGNIDADE, 2005, p. 7).

A responsabilidade do Projeto Dignidade é do Governo do Estado do RN, em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos e apoio do Governo Federal. A execução e coordenação das atividades estabelecidas são da SETHAS, a qual em publicação veiculada diz que a escolha da comunidade dos Negros do Riacho, para execução desse projeto se deu por esta, dentre as várias comunidades visitadas, ter precárias condições de vida. Assim, a Comunidade dos Negros do Riacho, “[...] é eleita como laboratório social” (RN, GOVERNO DO ESTADO, 2005, p. 40).

Os do Riacho – pelas suas condições de vida – foram condicionadas a cobaias para o desenvolvimento de projeto do Governo do Estado. A fala acima citada reflete para nós como a Comunidade é vista pelo governo e seus agentes, indo muito além, colocando a ação e objetivos do *Projeto Dignidade* a uma estratégia política para promover os sujeitos que estão executando as ações na comunidade. Dessa forma vê-se o *Projeto Dignidade* como a prova material de que as Ações de Promoção da Igualdade Racial no RN devem ser retomadas nas perspectivas que são estabelecidas as diretrizes das Ações Afirmativas, como nos chama atenção Santos, E. e Lobato:

Somente a *ação afirmativa*, vale dizer, a atuação transformadora, igualadora pelo e segundo o Direito possibilita a verdade do princípio da igualdade, para se chegar à igualdade que a Constituição Brasileira garante como direito fundamental de todos (SANTOS, E.; LOBATO, 2003, p. 41, grifo do autor).

Destarte, o *Projeto Dignidade* se constitui ação, instrumental ativo, o que significa estar longe de se chegar à igualdade de direito proposta pelas ações afirmativas, este projeto não trás em si a ação transformadora dentro da lógica concebida pelas políticas de afirmação, de reparação e igualdade racial, mas comporta em seu desenvolvimento o ato, que entendemos como o procedimento que permite a utilização de medidas assistencialistas, concebidas a partir de um Plano Operativo Local, que tem as diretrizes estabelecidas no Programa Brasil Quilombola do Governo Federal (BRASIL, 2004), e que são direcionadas à comunidade do Riacho. Não há a nosso entender no *Projeto Dignidade*, um

direcionamento que esteja implícita ou explicitamente voltado para uma ação transformadora de tomada de consciência política e social, igualada ao princípio que venha a possibilitar aos do Riacho o exercício do direito de exercer sua liberdade plena, e o exercício da cidadania tendo em vista que esse povo continua condicionado aos “favores”³⁰ do Governo Estadual num movimento contínuo de indivíduos explorados e escravizados no seu bem maior, a existência.

O Governo do RN estaria inovando em suas ações políticas se o *Projeto Dignidade* tivesse em sua prática a essência e o caráter modernizador enquanto proposta inclusiva. Se o Governo Estadual agregasse a este Projeto, valores que viessem a possibilitar à comunidade do Riacho a superação de sua condição de existência, levando-os a ultrapassar os limites sociais, culturais e educacionais a que estão sujeitos os afro-brasileiros desde a colonização brasileira, quebrando de vez as correntes da escravidão, da dependência econômica, política e social.

É essa possibilidade inesgotável do que também intitulamos escravidão moderna que paira sobre a comunidade do Riacho, quando as ações de reparação sociais lá executadas, é o fio condutor das regras impostas pelo modelo estabelecido pelo governo local, impossibilitando o livre servir da dignidade humana. Como exemplo, podemos constatar que em 26 de setembro de 2005 a comunidade dos Negros do Riacho se encontrava em festa. Ali se fizeram presentes várias autoridades públicas como a governadora Vilma de Faria,³¹ a deputada Márcia Maia, o prefeito de Currais Novos José Lins, outros representantes de órgãos estaduais e municipais de assistência e representantes da sociedade civil. O objetivo foi prestigiar a inauguração³² de uma série de obras realizadas através da execução das ações previstas no *Projeto Dignidade*, conduzida pela governadora Vilma de Faria.³³

³⁰ Grifo da autora, por considerar que as ações até aqui desenvolvidas não ultrapassaram ainda a barreira inicial da ajuda ou assistencialismo, relegando o princípio da autonomia necessária para fortalecer os indivíduos na luta pela sobrevivência com dignidade e respeito.

³¹ Quando nos referimos a governadora Vilma de Faria, optamos pela letra “V”, ao utilizarmos a letra “W” estamos citando a fala de outrem.

³² A postura de inaugurar obras, prática comum aos governos, não afeta a natureza de suas ações, ou políticas públicas, chamamos atenção para o fato destas festas, via de regra, servirem de recorte para a afirmação da realização de ações que são executadas pelo poder público constituído, revestindo suas ações no discurso do favorecimento de bens e serviços (que já são assegurados por lei) à população.

³³ Para melhor entendimento ver: Site oficial do governo – ASSECOM (2005c, 2005d) ou SEMARH (2005).



Segundo publicação da ASSECOM (2005c), as mudanças ali ocorridas contemplaram diversas áreas de habitação, abastecimento de água, produção rural e cultural, as quais foram executadas numa parceria entre o governo do estado e a prefeitura de Currais Novos, e que estão previstas no *Projeto Dignidade* (2005).

Dentro da lógica de política de governo que justifica uma boa administração pública com resultados apresentados a população através de atrações festivas, constituindo promoção individual e/ou coletiva de representantes de governo, e não como uma ação pública que permite o acesso da população aos bens comum numa verdadeira expressão de cidadania. Nessa data em especial, o Governo do Estado em parceria com a prefeitura de Currais Novos, promoveu uma gigantesca ação, onde os direitos sociais foram apresentados como um presente concedido pelos

representantes do estado, personalizando a ação do estado, onde o ápice do *show* foi a concessão da cidadania aos do Riacho, expresso através do acesso a riqueza coletiva configurado nas ações³⁴ de:

- Sistema de abastecimento d'água, instalação de um dessalinizador na comunidade;
- Substituição de cata-vento;
- Reforma do centro social;
- Construção e reforma de casas de taipa para de alvenaria;
- Construção de uma unidade de cerâmica para produção coletiva artesanal;
- Construção de uma arena para desenvolver atividades esportivas e culturais;
- Incentivo às práticas do esporte como elemento de coesão e difusão de valores da comunidade;
- Ofertas de cursos para geração de renda;
- Assessoramento para formação da associação de Desenvolvimento comunitário dos Negros do Riacho;
- Organização de grupos de adolescentes e de mulheres, com ações que fomentam o fortalecimento da auto-estima;
- Emissão de documentos, tais como: registro de nascimento, CPF, título de eleitor e carteira de identidade;
- Organização e difusão da realidade dos Negros do Riacho, através da *Exposição Fotográfica Retratos da Dignidade*.³⁵

³⁴ A divulgação destas ações pode ser encontradas em: ASSECOM (2005c, 2005d); Jornal da SETHAS (2005); RN, Governo do Estado (2005).

³⁵ Estas ações estão contempladas no Programa Brasil Quilombola do Governo Federal (BRASIL, 2004), fato que nos leva a associar este projeto ao projeto desenvolvido em nosso Estado – *Projeto Dignidade*.



Para entretenimento dos presentes foram realizadas apresentações culturais as quais contaram com grupos de Currais Novos, e que se compara com a “política do pão e circo”³⁶ da Roma antiga. Entende-se que atividades como a que se realizou no Riacho, é ao nosso ver a perduração dessa política.

Daí ser necessário chamar atenção para o fato de o Governo do Estado pautar a mídia local, para legitimar os processos no Riacho que contraditoriamente aos objetivos propostos são desencadeadores de exclusão, negligência, (des)construção da identidade local e fragmentação da comunidade, sob o discurso da inovação, desenvolvido pela abertura da comunidade para o mundo, processo esse que desencadeou a quebra na forma como as relações na comunidade eram estabelecidas.

É válido pontuar que considera-se as melhorias realizadas na comunidade através do *Projeto Dignidade* relevantes, o que ressaltamos negativamente nesta

³⁶ “Uma grande massa de pobres recebia alimentos a preços baixos e espetáculos públicos para sua diversão” (FUNARI, 2004, p. 98).

intervenção, trata-se da forma como foram concebidas as ações ali efetivadas, onde observa-se a predominância do desenvolvimento de uma ação ideológica.

Para a luz de nosso entendimento passemos à análise de como estas ações são divulgadas na mídia local, compondo o desenho de uma rede precisa de elementos que justifiquem e assegurem a continuidade dessas ações na forma conduzida pelo estado, sem que se garanta elementos primordiais para a quebra das barreiras que impossibilitam aos do Riacho o alcance a igualdade de direito assegurada a todos indiscriminadamente pela Constituição Federal.

3.3- Focando as Inelutáveis Mudanças no Riacho

Dentre as muitas ações que o governo do RN, através do *Projeto Dignidade* se propôs a desenvolver na comunidade do Riacho, a SETHAS destaca: a criação de emprego e renda.³⁷ Para a efetivação desta proposta a então secretária de estado Márcia Maia, aponta como solução a inclusão dos moradores do Riacho no Programa de Apoio ao Artesanato (PROART), com o objetivo de “[...] qualificá-los nesse ofício e facilitar a comercialização das peças produzidas” (ASSECOM, 2005a). Com esta proposta a secretária afirma: “Não estamos aqui para fazer nenhum favor, ou dar esmolas. Queremos, sim, é colaborar para que vocês tenham seu próprio trabalho e renda” (MÁRCIA MAIA apud ASSECOM, 2005a).

A forma como essa solução, encontrada e sugerida pela deputada Márcia Maia, foi conduzida desencadeou um processo de mudanças que interferiram no saber fazer da comunidade, promovendo um (re)ordenamento, uma (re)significação que marcou decisivamente o saber fazer artesanal, principal atividade da comunidade (cerâmica), provocando uma desordem na economia, interferindo diretamente na manutenção dos métodos tradicionais de subsistência da comunidade e contribuindo para a (des)construção da identidade da população local que, através da arte ceramista garantia seu sustento, conforme podemos constatar na fala de Assunção: “A ‘louça’ já faz parte da história e da própria vida dessas

³⁷ Assunto que não será objeto principal de análise neste estudo.

peessoas. Desde os antigos que se trabalhava no barro, os mais moços vão ajudando e aprendendo com os mais velhos” (ASSUNÇÃO, 1994, p. 49).

Para dar andamento a sua proposta o Governo do Estado se coloca como propulsor de mudanças emancipatórias no Riacho, através de curso de qualificação, diz estar abrindo o caminho para o desenvolvimento econômico e social da comunidade como podemos observar na fala a seguir:

Quanto ao sustento da comunidade, a SETHAS, em parceria com a Prefeitura de Currais Novos, vai iniciar um programa de capacitação para a melhoria da produção de artesanato que hoje é praticada por apenas duas mulheres. **Elas produzem potes, tigelas e outros rústicos utensílios.** Tudo em barro. No programa de capacitação jovens e adultos vão aprender a fazer objetos decorativos e lúdicos (JORNAL DA SETHAS, 2005, p. 2, grifo nosso).

Ao categorizar o utilitário como rústico, está implicado o sentido da uniformidade, este olhar trás uma interpretação da arte local reduzindo-a a uma categoria estética inferior, entendendo o processo artesanal da comunidade como imperfeito e esteticamente sem valor. De utilitário passa para decorativo e lúdico, dirigindo assim a produção das peças. Dessa forma fica evidente que a técnica é observada destituída dos elementos que a compõem, e que são inerentes ao processo artesanal de produção que está impregnado no artesanato produzido nas comunidades tradicionais. Ao absorver as novas técnicas os do Riacho, passam a anular as suas, num verdadeiro processo de quebra da identidade, pois toda peça ao ser produzida, não é simplesmente uma peça, ela é um referencial da comunidade, fato que leva os membros do grupo a se identificar com a peça ao se deparar com ela³⁸, pois ali, estão contidos os seus rituais, os mitos, as representações dos clãs. Conforme pode-se identificar na fala do agente do governo que desenvolve atividade artística para fabricação da cerâmica na comunidade:

³⁸ A questão da técnica está ligada a um processo de produção de bens, os quais via de regra estão vinculados a necessidade de bens utilitários. A identificação do indivíduo com uma peça artesanal fabricada em sua comunidade se dá pelo fato de a iniciação na arte ser iniciada a partir do fazer observar pelas crianças que estão no entorno dos adultos que conversam e produzem suas peças. É nesse momento que se dá a internalização do fazer, pois as crianças brincam do que o adulto faz.

O fazer a louça, é uma coisa que está impregnada no jeito de ser dela, quer dizer, ela há muito tempo faz louça, já aprendeu com os familiares, então ela tem um jeito no corpo dela, a forma que ela senta para fazer o barro, dá o acabamento, tudo já é uma coisa incorporada, a vida, o modo de viver dela... Aí, chego eu, com bonecas, com outras coisas totalmente estranhas da realidade, do jeito dela pegar naquele caco para alisar uma peça, e ela com todo um gestual já incorporado. Eu olhava, e me perguntava: E agora, como é que ia mudar tudo? (AGENTE DO GOVERNO2, 2006).

O sistema produtivo da comunidade, no caso do Riacho, o artesanato, pode até mudar, uma boneca de barro pode até ter a cara da Xuxa, mas o que vai manter a tradição da boneca é o modo como ela será produzida, trabalhada. A técnica continua na prática, e de forma simplória, se dá um pulo qualitativo do antigo para o contemporâneo, utilizando o moderno com a técnica antiga adequados para mercado. O governo acreditava que a comunidade do Riacho ao fazer umas bonecas, ao ampliar seus produtos, ao modificar a estética de suas peças poderia vender mais, no entanto podemos observar na fala abaixo que a forma tradicional numa certa perspectiva se mantém, o que muda é o *designer* das peças, é a variedade, pois agora a cerâmica no Riacho está direcionada para o consumo, como podemos constatar na fala do agente supracitado:

A cerâmica para eles é utilitária, e eu, era um objeto estético. Aí, como eu iria mudar com os valores, com toda essa relação que passa na cabeça deles, de tempo, de valor e relações uns com os outros, o que eles acreditam das coisas? O que seria o valor estético para eles? E eu, só seria isso, estava bem claro, eu seria estética. No que eu estava mostrando eles não viam perspectiva de venda, é tanto que ela (membro da comunidade) disse: 'Olha eu posso até ajudar a fazer mais desde que a loja compre o material depois de pronto', aí foi como a gente conseguiu fazer com que ela fizesse algumas bonequinhas (AGENTE DO GOVERNO2, 2006).

Quando a comunidade sai do artesanal, do tradicional para outro processo de produção com fins de venda pura e simples, está implicada a perda do processo tradicional de produção própria de técnicas originárias e de troca para a subsistência, para processos artesanais mecânicos destituídos de significados, consistindo-se a nosso ver um processo de perda da identidade, porque verticalmente a comunidade é obrigada a perder a identidade, se obrigando a adquirir uma técnica que não domina, mas que vai proporcionar através de estética

outra mais condições de ampliar os negócios, permitindo a comunidade entrar num processo de acumulação de renda. Fato que normalmente gera anseios por progresso individual e coletivo, sobretudo a ampliação do emprego e renda, aqui revelada na fala de um jovem, membro da Comunidade do Riacho, em entrevista à TV a Cabo / Currais Novos:

REPÓRTER1: A simplicidade é retratada através da fotografia dos que fazem a comunidade Negros do Riacho, a Exposição Etno-Fotográfica, vai percorrer todo o Rio Grande do Norte. Estamos aqui ao lado de Joadir da Silva, ele que é morador da comunidade.

Joadir, o que representa essa exposição para você e como você se sente nesse momento, ao ver aqui quarenta fotografias da comunidade?

JOADIR SILVA: Eu tô me sentindo bem, graças à Deus. A comunidade lá dos Negros do Riacho, tá indo muito bem...

Por uma parte nós tamos sem emprego, a água ta indo muito bem, chegou, butaram uma caixa nova [...] [sic] (SILVA, Joadir. 2005).

A partir desse momento, dessas mudanças o que se vai adquirir com a moeda, resultante do artesanato local, passa a ser um símbolo de *status*, implicando em outra mudança, a maximização do processo de produção, que virá a suprir as necessidades que vão sendo criadas, levando a comunidade a um ponto que ela não terá mais como produzir, pois, sua lógica de consumo era de troca, a louça fabricada artesanalmente, os potes, as panelas etc., tudo era comercializado na feira de Currais Novos – RN, segundo Assunção:

Quando a venda da cerâmica na feira é ruim, ou seja, quando não se consegue vender um número suficiente de peças para que, com o dinheiro, se possam comprar determinados produtos alimentares, é feito qualquer tipo de transação comercial, seja vendendo as peças por um preço inferior ao comumente cobrado, ou as trocando diretamente por produtos alimentares, e há até mesmo a opção de oferecer as peças nas residências da cidade. O resultado desta comercialização vai garantir a aquisição de determinados produtos, como açúcar, café, farinha, feijão, osso de boi, bolacha, definidos como necessários ao consumo familiar. Vale salientar que o dinheiro conseguido com a venda da cerâmica não é suficiente para a manutenção da unidade familiar (ASSUNÇÃO, 1994, p. 54).

Quando a lógica da produção passa a ser de comércio pura e simplesmente a comunidade sofre um novo processo de mudança, terá que racionalizar a produção

para atender uma demanda que antes não existia que não havia necessidade de atender, tendo em vistas que o produto produzido visava atender suas necessidades básicas. A arte ceramista, a carvoaria e a agricultura, são atividades que durante anos compunha a base de sustentação econômica no Riacho, porém, com a ação do Governo do Estado naquele contexto, esse sistema foi alterado, para uma melhor compreensão recorremos a Assunção, supracitado, pois a partir de seu estudo poderemos ter uma visão mais ampliada de como por gerações a produção de cerâmica utilitária – a louça como era chamada constituiu-se uma peça importante na base de sustento econômico daquele espaço:

os antigos tinham roçado, mas faziam mais barro, nunca deixaram de fazer. [...].

A 'louça' é uma característica desse povo. Esse barro vem de longe, de antiguidades ... É o mantimento deles, é o rosado deles esse barro. Vem de longe, dos avoos mais veios. Cresci vendo esses barros e com a idade de dez anos já sustentava a casa fazendo barro ... [...] [sic] (MEMBRO DA COMUNIDADE DO RIACHO apud ASSUNÇÃO, 1994, p. 49).

Ainda em Assunção, podemos identificar que outras atividades desenvolvidas na comunidade do Riacho como a produção do carvão,³⁹ e a agricultura são atividades desenvolvidas pelos do Riacho, na busca de sua sustentação. Portanto, a louça, a carvoaria, a agricultura se configurou na tríade de sustentação da base econômica no Riacho durante muitos anos, mas outras atividades também serviam para a manutenção da população local, Assunção, chama atenção para o fato de que:

Além das atividades acima descritas, também faz parte da cultura da comunidade do Riacho a prática da criação de animais, no entanto também existem outros meios alternativos praticados para a subsistência tais como: pedir sobras de comida na cidade, procurar animal morto para comer, realizar festas comunitárias para angariar recursos promovendo comércio de bebidas, recorrer à aposentadoria (ASSUNÇÃO, 1994, p. 60).

³⁹ Produção de Carvão – atividade predominantemente masculina no Riacho, onde os homens realizam sua produção e a sua comercialização, já a arte ceramista, a louça é uma atividade praticada pelas mulheres (ASSUNÇÃO, 1994).

Toda população tradicional é autônoma, contudo, no momento em que a comunidade passa a depender de outro sistema a ordem natural de sua lógica interna se altera, fato observado no Riacho. Com a ação do Governo do Estado, o leque de atividades que possibilita a circulação de dinheiro foi alterada, hoje, a comunidade conta também com outras fontes de renda, a Diária Semanal e o Bolsa Família.⁴⁰ Com isso, a comunidade passa a ter dependência de outros sistemas. “Não estamos dando o peixe, mas ensinando-os a pescar” [sic] (MÁRCIA MAIA apud ASSECOM, 2005d). Quando o estado propõe qualificação para o ofício peculiar a comunidade com o objetivo de comercialização das peças produzidas essa ação passa a se dar numa intervenção verticalizada, independente das relações estabelecidas na comunidade, e do processo de fabricação da cerâmica. Maria Bernadete, Diretora Cultural do Patrimônio Afro-Brasileiro – Fundação Palmares, quando indagada pela pesquisadora sobre a forma que o Governo Federal, pretendia manter a cultura produtiva das comunidades remanescentes de quilombo, respondeu:

São vários recursos, de vários ministérios, que são destinados a estas comunidades tipo: a recuperação dos fazeres e saberes do artesanato. Mas se esse artesanato não está conseguindo ser vendido, então tem ações de capacitações para agregar esses valores comerciais para estas comunidades, o valor cultural é delas, elas já tem (SILVA, L., 2006).

Com essa fala, pode-se inferir que o Governo Federal, dá as diretrizes⁴¹ das ações a ser efetivadas e o Governo do Estado faz seu plano operativo local, para a execução, no entanto chama-se a atenção para um fato que se descortinou ao longo desse processo, e que se configura no imediato das ações no Riacho efetivadas. O imediatismo da ação estadual interfere em uma análise dos impactos e da capacidade de execução do *Projeto Dignidade*, que segundo Márcia Maia, segue

⁴⁰ Conforme podemos verificar na fotografia localizada na parte – I deste estudo, que foi capturada pela pesquisadora no Centro Social da Comunidade.

⁴¹ Em maio de 2005 acontece em Natal-RN, a Primeira Conferência Estadual para a Igualdade Racial, segundo o *site* oficial do Governo do Estado o objetivo desta conferência é: “[...] sensibilizar os governos municipais e estaduais para a adoção de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, que servirá de subsídios para a implantação dos Planos Nacionais e Estaduais de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial conforme iniciativa do governo federal” [sic] (ASSECOM, 2005b).

uma tendência nacional, mas que coloca em dados momentos a linha diretiva do projeto desenvolvido no RN de concepção verticalizada às necessidades locais, expressa nas falas a seguir veiculadas em matéria de responsabilidade da ASSECOM:

Márcia também recomendou a criação de uma entidade associativa que reúna condições de integrar o programa Desenvolvimento Solidário, que atua no combate à pobreza no campo com financiamento de projetos produtivos a associações rurais. [...].

Já na solenidade realizada à tarde, a governadora Wilma de Faria apontou a ação no distrito dos 'Negros do Riacho' como exemplo de empenho da sua gestão no propósito de reduzir as desigualdades sociais. 'Sei que alguns de vocês podem estar descrentes com promessas que outros fizeram e não cumpriram, mas eu asseguro a vocês que faremos o trabalho com o qual estamos nos comprometendo aqui', afirmou ela. O prefeito de Currais Novos, José Lins, agradeceu em nome da comunidade ao 'apoio incondicional' da governadora e da secretária ao trabalho desenvolvido no quilombola (ASSECOM, 2005a).

O estado em seu discurso assume a concepção das ações no Riacho realizadas como suas não explicitando que as diretrizes são do Governo Federal, e que nelas estão contidas o respeito aos padrões culturais existentes. Não somos contra a agregação de valores, mas a transmutação pura e simples não vemos com bons olhos.

O imediatismo sobre o qual nos referimos inicialmente favorece uma interferência no modo de vida local, possibilitando que haja um processo de (des)construção da identidade local, como pode ser observado na fala de Ângela Lins, a seguir: "Vamos ensinar elas a fazerem umas coisas mais bonitas, João Antônio está aqui, veio para ensinar coisas mais novas, mais modernas, para que eles comecem a vender um artesanato que seja mais interessante" (LINS, 2005). Esta fala se confronta quando ouvimos o artista convidado a ministrar curso na comunidade, já mencionado anteriormente: "Tem que haver mais planejamento das ações, coisa consistente, isso que estou fazendo se confunde um pouco com o imediatismo para se fabricar uma imagem. Minha visão é minha experiência com o grupo" (AGENTE DO GOVERNO2, 2006).

É nesse processo de intervenção de concepção imediatista que a dependência do grupo se firma, no Riacho todo o processo de fabricação da

cerâmica foi alterado, desde a procura pelo barro. Com a modificação do processo produtivo, o governo passou a fornecer o barro para a confecção das peças, o que implicou numa interferência do fazer local, os do Riacho já não precisavam procurar o barro como está descrito em Assunção (1994).

Prover as condições de trabalho para atender a demanda imediata o que seria positivo ao fornecer o barro, colocar um torno, fornos e construir um espaço único para produção e venda artesanal torna-se negativo, quando esse processo acelera a perda da identidade; entenda-se que as mudanças foram bruscas, e impactantes para a tradição, a transição não se deu apenas pela substituição de um modo de fabricação de peças, foi esquecido que existia um saber acumulado e que necessitava ser preservado, como manifesto no *site* oficial do governo:

Ela [governadora Vilma de Faria], entregou, também o Centro Social, que vai servir para a produção de cerâmica, praticamente, o único meio de ocupação e renda na comunidade (ASSECOM, 2005d).

Reforçado na reportagem abaixo:

Também estará disponível para o povoado, a partir de amanhã, uma unidade de produção de cerâmica. A unidade foi construída com a proposta de servir de instrumento para a geração de ocupação e renda, uma vez que o distrito é conhecido em Currais Novos pelo seu artesanato. Denominada de Tereza Maria da Conceição, em homenagem a uma das principais ceramistas local já falecida, a unidade de cerâmica é composta de dois fornos tradicionais e sua construção seguiu as sugestões e necessidades dos próprios artesãos de Negros do Riacho (SEMARH, 2005).

Com essas ações os do Riacho perdem o pouco da autonomia que tinham, para produzir e passam a ser dependentes do Estado. Em visita a comunidade a pesquisadora constatou a partir da fala de um membro desta, cercado por outros que:

Hoje não tem mais nada aí (apontando para a estrutura física da Unidade de Cerâmica), D. Ângela, disse que uma carrada de barro é muito cara. Até o torno eles tiraram de lá e levaram para Currais Novos, disseram que tavam precisando por lá [sic] (MEMBRO DA COMUNIDADE5, 2007).

Nessa data, não existia mais a cerâmica, perderam a autonomia de sua produção e da aprendizagem, para se adequar a dependência produtiva, não sem antes resistir a esse sistema. Antes da ação do governo, os fornos eram individuais e quando muito de uso de parentes de primeiro grau, conforme podemos observar em Assunção:

O forno, que é oval, é feito de tijolo sobre o chão, no fundo da casa, na parte anterior ou lateral. Existem dois tipos de uso do forno: o individual e o coletivo. Quem tem o forno em casa, faz uso dele. Quem não tem, aproveita o da casa da irmã ou da mãe, no dia em que se vai queimar 'louça', aproveita-se e se queima tudo junto. Observamos que para cada agrupamento familiar existe um forno usado coletivamente, que também é usado individualmente pelo dono da unidade, [...] (ASSUNÇÃO, 1994, p. 53).

Ao tornar o forno coletivo, um sinal de resistência se evidenciou, o forno foi destruído, um membro da comunidade em conversa com a pesquisadora relatou:

O forno que foi destruído foi porque ele deixava a casa vizinha onde ele foi construído muito quente, além da fumaça quando tava queimando a lenha, a casa ficava quente demais, tinha muita quintura, daí resolvemos tirar o forno dali, porque lá não dava certo [sic] (MEMBRO DA COMUNIDADE2, 2006).

O forno foi destruído a exemplo do processo produtivo fabril, com a inclusão da maquinaria na qual os trabalhadores ingleses destruíram as máquinas recém-incorporadas à produção. Aquele forno representava a dependência a um processo novo e quebra obviamente da tradição, provocando a (des)construção da lógica local que podia ter sido trabalhada passo a passo, quando aquele forno (do qual eles não tem o domínio da lógica de funcionamento) se quebra eles não sabem ajeitar, recuperar. Portanto, a resistência se dá como uma busca para a volta ao modo da

sua tradição, eles conhecem o processo seja bom, seja ruim, eles tem independência, sobre o que e como produzir.

Mas as mudanças se instalaram e os do Riacho não incorporaram as novas técnicas, não houve a apropriação das novas propostas, o que provocou uma desapropriação do que eles tinham identitariamente, que era passado de pai para filho, de mãe para filha, os do Riacho simplesmente perderam essa capacidade e não adquiriram o novo, hoje estão sem nada, nem as condições, ou os parques instrumentos de trabalho que anteriormente eles dispunham,⁴² mesmo o barro não é possível adquirir, pois o dono das terras de onde provinha a matéria-prima fechou as portas para eles.

Paralela a esse processo outra atividade que também influencia diretamente na (des)construção da identidade se descortinava no Riacho. Variadas foram as ações lá efetivadas, buscando a valorização da comunidade. A organização das estruturas físicas das residências dos moradores da comunidade passou no mesmo período por uma (re)estruturação que posteriormente viria a refletir numa mudança nas relações ali existentes, implicada na: “Construção de 16 casas de alvenaria, substituindo as de taipas (construção no mesmo local, respeitando o desenho original da comunidade). Uma casa de taipa permaneceu como memorial” (PROJETO DIGNIDADE, 2005, p. 11). Fato que também foi noticiado pelo Jornal do Seridó (2005, p. 5): “Negros do Riacho deixou de ter casas de taipa. Agora, a única existente no local não passa de um memorial”.

O Governo do Estado tomando mais uma vez como base as diretrizes das políticas voltadas para a promoção da igualdade racial,⁴³ reforma as casas de alvenaria da comunidade e substitui as casas de taipas lá existentes por novas casas de alvenaria. O espaço físico, a forma como a comunidade se organiza, reflete um traço de sua identidade. A estrutura física e sua composição também são atributos dessa composição identitária, com as novas moradias a postura dos membros daquela comunidade, frente à sua forma de ver as suas antigas habitações, em especial as que eram feitas de taipa se modificou.

⁴² Para um entendimento maior das condições de trabalho existentes na comunidade antes das ações de governo ver: Assunção (1994).

⁴³ Contidas no Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2004).



A única casa que permaneceu erguida em taipa na comunidade deixada pelo governo, tinha o propósito de servir como memorial, no entanto não foi passada para os membros da comunidade sua importância e sua finalidade, fato este que resultou na destruição desse espaço por membros da comunidade, conforme podemos observar na fala de um agente do governo que naquele período desenvolvia atividades na comunidade que em conversa com a pesquisadora afirmou: “Os negros justificaram que precisavam da madeira para cozinhar e destruíram o memorial para usar a lenha” (AGENTE DO GOVERNO3, 2006).

Concomitantemente a mudança das estruturas físicas das residências do Riacho outras ações se efetivaram,⁴⁴ estava sendo consolidada a abertura da comunidade que até então vivia no isolamento.

⁴⁴ Nas diretrizes do Plano Nacional Brasil Quilombola (BRASIL, 2004, p. 28) está descrito: “Realização de políticas sociais de maneira articulada e simultânea, garantindo cidadania e desenvolvimento da capacidade de estruturação das comunidades”. Logo podemos dizer que o governo do RN passou a aplicabilidade deste quesito sem a sutileza necessária à uma ação governamental que pretendia “[...] resgatar e preservar a memória de Negros do Riacho, [...]” (ASSECOM, 2005c).

Inauguração de obras transforma Negros do Riacho em alternativa para o turismo

Foto: Mz Galvão



Ministério Público denuncia ex governador Fernando Freire

O Ministério Público ajuizou na última segunda-feira, dia 10, na 5ª Vara da Fazenda Pública, uma ação penal contra o ex-governador Fernando Freire (PP) sob a acusação de falsidade ideológica e peculato (divócio de dinheiro público em benefício próprio ou de terceiro que teriam sido cometidos em agosto de 2001 e dezembro de 2002).

Brasil vai as urnas para opinar sobre a lei do desarmamento

No dia 23 de outubro de 2005, os eleitores brasileiros deverão comparecer às urnas para votar no referendo sobre o desarmamento. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral será a maior consulta popular do mundo: serão 122.042.825 pessoas a opinar sobre a comercialização de armas de fogo no país, referendando ou não, isto é, aprovando ou rejeitando, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826 de 22/12/03).

Colégio Única/Objetivo é o grand campeão geral do JOMEC

O encerramento dos JOMEC's, os Jogos Municipais Esportivos e Culturais, ocorrido no último dia 01, foi de muita comemoração entre a classe estudantil curraisnovense. Durante 9 dias, 27 instituições educacionais curraisnovenses, envolvendo cerca de 2.000 atletas, participaram dos Jogos.

Prefeitura aguarda a entrega de novos veículos adquiridos em pregão presencial

Mais que uma ação social, o Projeto Dignidade do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos vem oferecendo novas oportunidades de trabalho. Depois das benfeitorias inauguradas em 26 de setembro na comunidade Negros do Riacho, o local está se transformando em mais uma alternativa para os turistas que visitam a região Seridó. A entrada da comunidade agora está sinalizada com uma grande placa e uma imitação gigante de uma panela de barro indica a produção cerâmica que existe no local. No centro de produção de cerâmica, inaugurado no dia 26, com o nome de Tereza Maria da Conceição, o turista poderá encontrar uma variedade de peças já prontas.

Mais que uma ação social, o Projeto Dignidade do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos vem oferecendo novas oportunidades de trabalho. Depois das benfeitorias inauguradas em 26 de setembro na comunidade Negros do Riacho, o local está se transformando em mais uma alternativa para os turistas que visitam a região Seridó. A entrada da comunidade agora está sinalizada com uma grande placa e uma imitação gigante de uma panela de barro indica a produção cerâmica que existe no local. No centro de produção de cerâmica, inaugurado no dia 26, com o nome de Tereza Maria da Conceição, o turista poderá encontrar uma variedade de peças já prontas.

Fonte:Jornal do Seridó (2005).

Naquele espaço não havia estradas, o acesso à comunidade era difícil. Como uma das metas de governo era abrir a comunidade para visitação pública, então estava posta a evidência da melhoria do acesso à comunidade, a fim de estimular a visitação pública, para ver o artesanato local, daí advêm também a necessidade da melhoria do artesanato local, assunto já tratado anteriormente.



Ao abrir a comunidade para o mundo o governo expõe a pobreza e as condições sub-humanas a que estes indivíduos estão sujeitos, conforme podemos observar em matéria veiculada no jornal O Poti:

No início do segundo semestre, a comunidade recebeu a visita da presidente de Companheiros das Américas no Estado do Maine, estado-irmão do Rio Grande do Norte, Jeanete Good.

Interessada em conhecer projetos voltados para a promoção racial e de combate à violência, Jeanete Good fez questão de conhecer in loco o trabalho do Projeto Dignidade em Negros do Riacho. Conheceu primeiramente através de projeção multimídia. Depois, foi a Currais Novos onde viu de perto o que o abandono e a miséria produziram na pequena comunidade. Ela disse que o processo de marginalização e abandono só encontram paralelo com a situação das comunidades indígenas dos Estados Unidos (JORNAL DIÁRIO DE NATAL – O POTI, 2005, p. 15).

Ao observar esta fala se infere que o progresso turístico iniciado pelo Governo do Estado do RN, na comunidade do Riacho, se ocupa do bizarro. Qualquer mote para comunicação é tomado por real, cria-se o fato, e logo são idealizadas ações, as quais se pertinentes para uma boa publicidade e/ou manchete de jornal se torna rapidamente publicável. Para nós fica evidente o que anteriormente tratamos do abandono histórico dessa comunidade e a necessidade de parcerias financeiras para impulsionar o *Projeto Dignidade*.

O governo através do discurso da inclusão do Riacho na economia norte-riograndense, torna a comunidade através da Ação Afirmativa numa peça publicitária, cujo *slogan*⁴⁵ da campanha é “governo de todos”, tornando-se mais forte enquanto promotor de mudanças, como está expresso no texto a seguir, publicado no Jornal do Seridó:

Mas do que uma ação social, o Projeto Dignidade do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos vem oferecendo novas oportunidades de trabalho.

Depois das benfeitorias inauguradas em 26 de setembro na comunidade Negros do Riacho, o local está se transformando em mais uma alternativa para os turistas que visitam a região do Seridó. A entrada da comunidade agora está sinalizada com uma grande placa e uma imitação gigante de uma panela de barro⁴⁶ que indica a produção de cerâmica que existe no local. No centro de produção de cerâmica, inaugurado no dia 26, com o nome de Tereza Maria da Conceição, o turista poderá encontrar uma variedade de peças já prontas (JORNAL DO SERIDÓ, 2005, p. 5).

Se é para visitar a comunidade perguntamos: o que está sendo oferecido lá? ver os negros? Visitar a comunidade? O desenvolvimento deles ou ver a pobreza reinante no lugar? Que estado teria a coragem de expor a pobreza “nua e crua” de uma população? Será que vamos repetir aqui no RN o exemplo do Rio de Janeiro, onde se expõe as favelas como exemplo de pobreza para abrandar a ira dos ricos com o exótico, o sofrimento, a dor e a alegria, que contraditoriamente reina no meio

⁴⁵ *Slogan* – Símbolo que identifica uma marca, frase-tema de uma campanha publicitária. (SAMPAIO, 1997).

⁴⁶ A panela de barro que ainda hoje sinaliza a entrada da comunidade do Riacho foi concebida por Assis de Carvalho. Ele informou que em virtude de uma festa de gastronomia que aconteceu em Currais Novos, o mesmo foi incumbido de criar a referida panela, durante o evento foi procurado pela então Secretária de Ação Social do Município, Ângela Lins, a qual solicitou ao mesmo que este cedesse a concepção da panela para sinalizar a entrada do Riacho, o mesmo prestou o serviço ao município de Currais Novos – RN. Portanto, podemos entender que a panela de barro que está sinalizando a entrada da Comunidade não representa esteticamente as panelas produzidas na comunidade.

da pobreza através da música e da dança? Reforçando nossa análise O Poti, do dia, 18 de setembro de 2005, sinalizava qual era a postura dos Negros do Riacho: “Alegres, amáveis, exímios dançarinos de forró e jogadores de futebol, os negros nem de longe denunciam as condições indignas a que viveram submetidos durante um longo tempo” (JORNAL DIÁRIO DE NATAL – O POTI, 2005, p. 15).

Se a abertura da comunidade tencionava mostrar os negros, é muito inoportuno, o seu exotismo não deve ser explorado desta maneira, pois aí estão implicadas questões éticas e morais a serem tratadas, lembramos apenas que Negro é raça humana, e não complexo social, parque temático, para ser mostrado. Ao abrir as portas do Riacho o estado nos leva a observar, a decadência de um povo, que durante décadas vem sendo esquecido pelo próprio estado e apresenta também o resultado das ações públicas no RN voltadas para a reparação da igualdade racial. O estado do RN está assinando a ambivalência da sua proposta governamental. O *site* oficial do governo do estado noticia em maio de 2005 a Primeira Conferência Estadual para a Igualdade Racial, nesta matéria afirma que:

A governadora Wilma de Faria já encaminhou ao presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, ofício informando do seu interesse e empenho em promover ações de promoção da igualdade racial, como as que já vem realizando pela Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) nas comunidades remanescentes de quilombos (ASSECOM, 2005b).

Assim, pelas ações observadas e divulgadas na mídia local, podemos ressaltar que as Ações Afirmativas desenvolvidas no Riacho foram concebidas a partir de um plano operacional local, fundamentado nas diretrizes do Projeto Brasil Quilombola do Governo Federal (BRASIL, 2004), e que este se ateu a ações pontuais definidas no Projeto Nacional para a garantia dos recursos públicos que financiariam as ações a serem desenvolvidas no Riacho.

Nesse sentido a secretária recomendou aos do Riacho para solução de seus problemas a criação de uma Entidade Associativa,⁴⁷ meio pelo qual ocorreria a

⁴⁷ A Associação deve ser efetivada nos moldes do texto constante no anexo IV do Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2004).

“Criação de Comitês Gestores Estaduais visando a participação de Governos estaduais, Municipais, movimento Negro e Associações Quilombolas e a sedimentação local das política” (BRASIL, 2004, p. 29).

integração do Riacho ao Programa Desenvolvimento Solidário,⁴⁸ o qual atua diretamente no combate à pobreza no campo, através de financiamentos de projetos produtivos destinados a associações do campo, e principalmente, por ser através da associação legalmente constituída que a comunidade poderá desfrutar da implementação das políticas afirmativas. Referindo-se a esta sugestão afirma a deputada:

Vamos dar toda a orientação para que vocês criem sua associação. Com ela, vocês não passarão mais pelas dificuldades que enfrentam hoje', incentivou ela, que emendou: 'Não falta à administração da governadora Wilma de Faria vontade de fazer, de cumprir sua missão, podem estar certos disso (MÁRCIA MAIA apud ASSECOM, 2005a).

Desta visão da secretária pode-se inferir que a associação tem caráter político, no sentido de ser o meio que garantirá o financiamento dos projetos. No entanto dois anos após esta fala, observou-se *in loco* uma situação desoladora das condições em que se encontra a comunidade do Riacho. Em desabafo, um membro da comunidade disse a pesquisadora:

Minha filha, a única coisa que nós temos aqui hoje é a água, a gente não tem mais nada, tá difícil até para comer. Para comer aqui, temos que ir para Currais Novos para pedir (mendigar). Aqui mesmo não tem mais nada. Não vem mais ninguém aqui. Aqui eles (do governo) não vêm mais. Assim..., toda semana vem um povo de Galdino mais não fazem mais nada, vem só pra vir. Minha filha, eles não dão mais nada não, até as cestas básicas que davam a gente tá escassa. Não tem mais. A gente não recebe mais nada de ninguém [sic] (MEMBRO DA COMUNIDADE5, 2007).

Pergunta-se: O Riacho não teria se transformado em mais um instrumento exemplar das comunidades que deram e continuam a dar aos governantes o aval para sua legitimidade, arrecadação de fundos e financiamentos públicos? Nessa perspectiva, toma-se as ações ali realizadas nos anos, de 2005 e 2006, como meras estratégias de campanhas publicitárias, pois os do Riacho não passaram de cobaias sociais, como já citado anteriormente. Fato que nos leva a dizer que o quadro em que estas pessoas se encontram hoje, é mais complexo do que o anterior à

⁴⁸ As diretrizes estão em: (BRASIL, 2004).

implantação do *Projeto Dignidade*, onde não havia expectativa, e os sonhos ainda podiam existir, onde as guerras travadas limitavam-se ao *loco*, onde não havia perspectivas de grandes mudanças, mas sobretudo, perduravam seus hábitos, seu cotidiano, sua cultura em um processo dinâmico de afirmação identitária.

No Riacho, o crescimento econômico continua estagnado, é paradoxal, mas não houve mudanças significativas nesse sentido, mesmo com idéias, sugestões e incentivos dos gestores, não se pode atestar uma mudança significativamente positiva, pelo contrário, a inserção do governo, mudou o quadro, destruiu o pouco que lá existe. O governo não conseguiu reverter ou estimular um crescimento positivo, conforme podemos observar na fala a seguir: “Mesmo depois de passar tantos anos de miséria, que se constituiu na formação deles, chega uma ação de fora para dentro, aí fica complicado qualquer processo de mudança” (AGENTE DO GOVERNO2, 2006). Idéia corroborada por outro agente do governo: “As ações que o governo está desenvolvendo aqui vem de cima para baixo” (AGENTE DO GOVERNO1, 2006).

Em abril de 2005, o Governo do Estado do RN e a prefeitura de Currais Novos, anunciavam a criação de uma creche⁴⁹ na comunidade, conforme podemos observar na fala a seguir divulgada no site oficial do Governo do Estado: “A visita também teve a presença da Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social de Currais Novos, Ângela Lins, que anunciou que a Prefeitura construirá uma creche na comunidade” (ASSECOM, 2005a). Posteriormente esta ação seria ratificada na fala da então secretária Ângela Lins em entrevista cedida ao Programa TV Cidade na qual ela ressaltou a construção da creche na comunidade:

Nós vamos também fazer um centro de múltiplo uso, vamos ampliar esse que já existe, vamos fazer também uma cozinha porque nesse lugar vai funcionar também uma creche, para as crianças, aqui elas vão ter duas alimentações, como as crianças da cidade, o jejum e o almoço (LINS, 2005).

⁴⁹ Também contemplada nas diretrizes centrais “Definição de prioridade da qualidade e da democratização do ensino, estendendo-se da Educação Infantil até a Educação Superior, criando mecanismos para a oferta da educação de jovens e adultos, com ênfase ao combate ao analfabetismo” (BRASIL, 2004, p. 33).

Essa realidade não se concretizou, muito embora no dia 04/08/2006, oportunidade em que foi entregue o título de comunidade quilombola pela Fundação Palmares à comunidade tenha se dado nesta também a inauguração de uma creche. O jornal A Notícia a intitula diferentemente dos demais: “Na data, a comunidade também ganhou uma cozinha e uma brinquedoteca” (JORNAL A NOTÍCIA, 2006, p. 3).



Em conversa com a pesquisadora, um membro da comunidade revela que a creche nunca existiu verdadeiramente naquele espaço:

Aqui minha filha, nunca existiu uma creche de verdade, o povo de Natal chegou aqui botaram uns brinquedos ali naquele canto (apontou o local onde funciona o centro comunitário da comunidade) e pronto, depois acabou nunca teve creche aqui, de verdade não (MEMBRO DA COMUNIDADE5, 2007).

Na oportunidade em que ouvimos o relato acima citado muitas eram as crianças, ociosas em meio a secura do Riacho, em horário que deveriam estar ocupadas com atividades social e/ou educativa.



O descaso com a formação daqueles indivíduos reflete bem as intenções do Governo do Estado ao escolher o Riacho como “laboratório social”. Ora, um laboratório sério, requer pessoal qualificado e comprometido com a execução das metas propostas, tendo em vista que ali funcionava um “laboratório social”.

3.4- Nova Fotografia: O Título de Comunidade Quilombola

A primeira definição de quilombo encontrada nos registros colonial e imperial apontam que esta abarcava um número indefinido de situações em um mesmo conceito repressivo, o qual uma reunião de cinco escravos colonial ou três escravos imperial fugidos, formadores ou não de ranchos permanentes acabariam por se configurarem quilombos.⁵⁰ No século XX duas questões se colocam no âmbito dessa discussão: a primeira, diz respeito a visão de quilombo como resistência cultural e a segunda, enquanto resistência política. A primeira em pauta a partir de 1905, quando Nina Rodrigues chega a caracterizar Palmares-AL “[...] como uma forma de persistência da África no Brasil, um retorno a ‘barbárie africana’” (RODRIGUES apud ARRUTI, 2006, p. 72).⁵¹ O autor trata a resistência cultural existente em Palmares de forma pejorativa, pois o mesmo defende a superioridade do homem branco.

A visão de quilombo enquanto resistência política encontra amparo no movimento negro, quando do apogeu da Frente Negra Brasileira.⁵² Essa segunda visão de quilombo não chega a valorização do negro através de um retorno à África, nem traz nesta valorização do homem negro o sentido simbólico positivo, ela contempla um grito do povo negro pela liberdade, associando o Quilombo dos Palmares a capacidade de luta pela liberdade que não foi conquistada com a Lei Áurea.

No final dos anos de 1970 e início de 1980, o conceito de quilombo voltou a fazer parte das discussões nacionais através de temas focados na formação das comunidades negras rurais, bem como através do Movimento Negro atual. O termo quilombo passa a assumir uma convenção simbólica, própria das ações que se desencadearam com as comemorações do centenário da abolição (em 1988), esse

⁵⁰ Para uma leitura mais aprofundada: Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola (ARRUTI, 2006)

⁵¹ Neste período no Brasil se discutia a questão da hegemonia do homem branco, conforme já foi visto na parte – 2, deste estudo.

⁵² Frente Negra Brasileira – fundada em 16/09/1931, durou até 1937, tornando-se partido político em 1936, foi a mais importante entidade de afro-descendentes na primeira metade do século XX no campo sócio-político. Seu surgimento se deu a partir da movimentação ideológica da comunidade negra paulista. Constituiu-se um movimento de caráter nacional com repercussão internacional, através de seus jornais. Francisco Lucrecio, Raul Joviano do Amaral, José Correia Leite (que depois se afastará por motivos ideológicos) e mais alguns, como fundadores. Sua sede localizava-se na R. Liberdade, na capital paulista. Com o Estado Novo o partido político foi extinto. Mais informações: www.terrabrasileira.net e/ou www.quilombohoje.com.br

conceito foi reapropriado pelo Movimento Negro⁵³ e passa a ser encarado como ícone da resistência negra. Nesse momento histórico o conceito de Quilombo⁵⁴ amplia-se incorporando segundo Alecsandro Ratts, “[...] um sentido político e jurídico e passa a ser usado para se referir às comunidades negras rurais e às terras em que viviam” (RATTS apud MUNANGA; GOMES, 2006, p. 74).

Em 1988, a Constituição Brasileira, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, confere aos remanescentes das comunidades de quilombo o direito a propriedade de suas terras nos seguintes termos: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos” (BRASIL, 2006b, p. 171).⁵⁵ O art. 215 da Constituição também contribui para a garantia dos direitos a manutenção da cultura própria das comunidades remanescentes de quilombo. O primeiro dispositivo deste art. determina que ao Estado cabe proteger as manifestações culturais afro-brasileiras (Ibid.). Já o art. 216 considera patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial (nos quais estão incluídos as formas de expressões, bem como os modos de criar, fazer e viver) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Ibid.), dentre os quais se encontram as comunidades negras. Hoje, temos no Brasil mais de duas mil comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, Segundo PETROBRAS (2006, p. 7): “calcula-se que, no Brasil, existam hoje cerca de 2.842 comunidades quilombolas, ou seja, remanescentes dos quilombos”. No RN, hoje, estão

⁵³ O Movimento Negro não tem as mesmas referências e os mesmos moldes da Frente Negra. Para melhor compreensão: (ARRUTI, 2006).

⁵⁴ O conceito de Quilombo contemporâneo pode ser encontrado em: Silva, C. (2004) e/ou Anjos (2006).

⁵⁵ Anjos, ao citar a o art. 68 da Constituição Federal de 1988, chama atenção para o fato de que a referida constituição faz ‘emergir a expressão: remanescentes de quilombos’, no entanto, o autor se coloca contrário a forma da Lei, pois entende que a esta foi incorporada uma noção de território que hoje não mais existe, diz ele: “A demanda social, para abranger uma diversidade de situações particulares das comunidades afro-brasileiras rurais, recebeu uma interpretação restrita, como se a matriz cultural estivesse cristalizada e em processo de desaparecimento. Foi incorporada a noção de remanescente como uma instância territorial que não mais existe e, de quilombo como uma unidade espacial hermética e estática” (ANJOS, 2006, p. 62).

Dessa forma o autor se posiciona contrário a referida Lei, no entanto ao buscá-la para este estudo, está se fazendo uma leitura conjunta com outras Leis em vigor.

registradas cerca de quarenta e quatro comunidades negras rurais, das quais quinze já foram contempladas com os certificados emitidos pela Fundação Palmares.⁵⁶

No geral, essas comunidades representam uma parcela da população brasileira que há gerações estão colocadas à margem do acesso às políticas públicas voltadas para a educação, saúde, habitação e trabalho. Segundo a Ministra Matilde Ribeiro⁵⁷ “Por questões históricas, os quilombolas não tiveram acesso aos direitos constitucionais. Em geral, são pessoas que não sabem ler e escrever nem desfrutam dos bens e serviços que estruturam esse imenso Brasil” (RIBEIRO, M., 2006, p. 9).

Voltado para estas questões, o Governo Federal criou, em 12 de março de 2004, na comunidade remanescente de Kalunga-GO, o Programa Brasil Quilombola,⁵⁸ com o objetivo de “[...] coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil” (BRASIL, 2004, p. 15). No RN, o Governo do Estado em parceria com a Prefeitura de Currais Novos, (fato já mencionado), desenvolve o Projeto Dignidade na comunidade dos Negros do Riacho, o qual tem suas diretrizes fundamentadas no plano nacional (BRASIL, 2004).

É na interpretação conjunta destes dispositivos que uma nova realidade jurídica se descortina: “[...] as terras quilombolas devem ser consideradas como ‘Território cultural Afro-Brasileiro’ (art. 6º Portaria nº 6, de 1º de março de 2004, da Fundação Cultural Palmares) [...]” (BRASIL, 2004, p. 17).

O procedimento para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos do qual trata o art. 68, acima referido, é regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. O Decreto acima citado, ao considerar o disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, classifica como elemento fundamental para a identificação das comunidades quilombolas a autodefinição, efetivado no art. 7º, da Instrução Normativa nº 16 do INCRA, de 24 de março de 2004, que diz: “[...] cada caracterização dos remanescentes das comunidades quilombolas será atestada

⁵⁶ A relação destas comunidades está disponível em: (RN, GOVERNO DO ESTADO, 2007) e/ou no site da Fundação Cultural Palmares (www.palmares.gov.br). A Fundação cultural palmares é autarquia do Ministério da Cultura.

⁵⁷ Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

⁵⁸ Dados mais precisos ver: Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2004).

mediante a autodefinição da comunidade” (BRASIL, 2004, p. 19). No parágrafo 1º está claro que: “Autodefinição será demonstrada por meio de simples declaração escrita da comunidade interessada ou beneficiária, com dados de ancestralidade negra, trajetória histórica, resistência à opressão e costumes” (BRASIL, 2004, p. 19).

Mediante o atendimento de tais prerrogativas, no dia 07 de junho de 2006, o título de Comunidade Remanescente de Quilombo do Riacho foi publicado no Diário Oficial da União. Posteriormente em 04 de agosto de 2006, o referido título foi entregue oficialmente à comunidade do Riacho, por Maria Bernadete Lopes da Silva,⁵⁹ representante da Fundação Palmares,⁶⁰ que em solenidade na própria comunidade entregou a certidão de auto-reconhecimento à Tereza Maria da Conceição, representante da comunidade.



⁵⁹ Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares – órgão vinculado ao Ministério da Cultura. No dia 04 de agosto de 2006, Maria Bernadete, em nome da Fundação Palmares, entregou oficialmente a comunidade dos Negros do Riacho, a certidão de auto-reconhecimento de comunidade quilombola.

⁶⁰ A Comunidade do Riacho está registrada no livro do cadastro geral de nº 6, com registro nº 580, folha 90, nos termos do Decreto nº 4.887, e da Portaria interna da Fundação Cultural Palmares de nº 6 supra mencionado.

Na oportunidade Maria Bernadete, ressaltou a importância do título de Comunidade Quilombola para a comunidade e apontou que a partir daquele momento a comunidade passaria a ter acesso às políticas públicas do Governo Federal, destinadas às comunidades remanescentes de quilombo, contempladas no Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2004).

Quero dizer para vocês que esta certidão não encerra a luta, não significa que está tudo resolvido, mas ela é o registro que diz para vocês que a partir de agora vocês podem acessar todas as políticas públicas existentes no Governo Federal, que tem recorte para comunidade remanescente de quilombo (SILVA, L., 2006a).

Foi com alegria e festa que a comunidade do Riacho foi titulada oficialmente Comunidade Remanescente de Quilombo. A partir desta data a comunidade passou legalmente a estar apta a receber os benefícios advindos dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para as comunidades quilombolas existentes no território brasileiro.

No dia, 25 de julho de 2007 a governadora do RN, Vilma de Faria, ratifica o título de Comunidade Remanescente de Quilombo entregue ao Riacho pela Fundação Palmares, na oportunidade a governadora, doa cestas de alimentos e donativos para a comunidade, conforme podemos observar na matéria seguir:

A governadora também entregou a certidão que reconhece a comunidade dos Negros do Riacho, localizada na Zona Rural de Currais Novos, como remanescente de quilombo. O documento, fornecido pela Fundação Palmares, a maior entidade de promoção da igualdade racial no país, era aguardado com ansiedade pelos moradores. Wilma de Faria também entregou cestas de alimentos e donativos para a comunidade (JORNAL DO SERIDÓ, 2007, p. 4).⁶¹

⁶¹ Podemos também encontrar notícias referente a ratificação do título de comunidade quilombola dada pela governadora Vilma de Faria (ASSECOM, 2007a) com a seguinte manchete: “Governadora cumpre agenda nas regiões do Seridó e Oeste”, ainda em ASSECOM (2007b), com outra chamada: “Comunidade remanescente de Quilombo recebe a governadora”, e em ASSECOM (2007c): “Vilma anuncia ampliação da adutora que abastece Currais Novos”.

Em entrevista concedida à pesquisadora, Maria Bernadete Lopes da Silva – representante da Fundação Cultural Palmares e que anteriormente entregou oficialmente à comunidade o referido título se posiciona sobre o fato:

Eu acho muito estranho, porque quando a gente veio à Currais Novos, lá na comunidade Negros do Riacho e entregamos esta certidão estávamos com a presença do governo do Rio Grande do Norte. E quando aparece uma notícia dessas, na página oficial do governo dizendo que a certidão foi entregue um ano depois, e a comunidade aguardava ansiosamente não dá para entender. Eu fico pensando ou que: quem recebeu na comunidade não repassou para a associação e os outros moradores não sabiam, ou que: de fato o governo do Rio Grande do Norte cometeu um equívoco (SILVA, L., 2007).

Maria Bernadete socializa seu sentimento verbalmente o qual, ao ser melhor observado toma um sentido político-social mais abrangente expresso em sua voz através de questionamentos que refletem como no RN, o Estado, nega instituições como a Fundação Palmares a fim de manter uma visão fragmentada das ações de promoção da igualdade racial promovida pelo Governo Federal.

Parte 4



Linguagem Publicitária (Des) Construindo Identidades

A apresentação do discurso do novo passa, necessariamente, pela via utópica, uma vez que se trata de confrontar uma realidade dada com outra que se abre para os projetos de transformação. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso de elaboração da nova imagem do negro brasileiro se sustenta com argumentos de tendência utópica. Em seu conjunto, esses argumentos dizem respeito a duas faces de raciocínio que se complementam: a negação do *status quo* e a construção de outra imagem para o negro

Edimilson de Almeida Pereira e Núbia pereira de Magalhães Gomes

4- Linguagem Publicitária (Des)Construindo Identidades

Serão enfocados neste momento aspectos de imagens sobre o projeto desenvolvido na comunidade dos Negros do Riacho, em especial das fotografias que constituem a *Exposição Etno-Fotográfica Retratos da Dignidade*, nos deteremos em especial nos efeitos desta, na (des)construção da identidade, ou melhor, na busca da uniformidade racial.

A leitura das imagens fotográficas contará com uma análise técnica culminando com a relação entre as questões da (des)construção da identidade e suas conseqüências. Abordaremos também as implicações na educação como instrumento que poderá vir a trabalhar as imagens em sala de aula – em especial com as crianças em idade escolar – a fim de possibilitar-lhes uma nova leitura de seu mundo, a apropriação da identidade tradicional e a que se encontra em construção.

4.1 – Negros do Riacho: Nas Lentes do Estado

As diretrizes do Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2004) garantem através da ação cultural, a preservação e a valorização das comunidades negras rurais e/ou remanescentes de quilombos, conservando o acesso à terra, que fundamenta as práticas culturais e manejo do meio ambiente, procurando atender às disposições do preceito constitucional, como já tratamos anteriormente.

Para atender a esta prerrogativa o Governo do Estado do RN, lança a *Exposição Etno-fotográfica Retratos da Dignidade*,⁶² conforme pode ser observado na fala a seguir:

No âmbito cultural, há a proposta de resgatar e preservar a memória de Negros do Riacho, com a exposição 'Retratos da Dignidade', que iniciará pelo próprio povoado, mas que posteriormente vai percorrer diversas cidades do Estado (ASSECOM, 2005c)

Em 26/09/2005 a Assecom, noticia que a Governadora Vilma de Faria esteve na Comunidade dos Negros do Riacho, para a abertura da exposição no local: "Wilma de Faria [...] abriu a exposição fotográfica Retratos da Dignidade, acervo do antes, durante e depois da intervenção do governo do Estado na localidade e a arte ceramista" (ASSECOM, 2005d).⁶³

A referida exposição é composta por 40 fotografias, do fotógrafo: Manoel Bezerra,⁶⁴ a organização desta é de responsabilidade da SETHAS. Segundo publicação da SEMARH, essas fotografias "[...] ilustram o cotidiano do distrito e também de peças artesanais e de cerâmicas produzidas por seus habitantes" (SEMARH, 2005).

Após o tempo de permanência na comunidade, a exposição percorreu várias cidades do RN, dentre elas: Currais Novos, Caicó, Assu, Natal, Acari, Santa Cruz, Nova Cruz e Macaíba, com o intuito de divulgar a comunidade e as ações de governo naquele contexto realizadas.

⁶² Pode ser encontradas também notícias sobre a *Exposição Etno-Fotográfica Retratos da Dignidade* em: (ASSECOM, 2006h, 2005e, 2005f, 2006a, 2006b, 2006d, 2006e, 2006f, 2006g) e (FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 2006).

⁶³ A exposição não conta com fotografias da comunidade capturadas em anos anteriores, o registro apresentado tem recorte no período da ação governamental – o antes, durante e depois – é relativo ao início e ao processo da intervenção política *in loco*.

⁶⁴ Muito embora não tenha sido encontrada nenhuma referência, nesta exposição também se encontra fotografias de Laurivan de Souza (fotógrafo oficial do Governo do Estado). Esta informação foi obtida pela pesquisadora através do referido fotógrafo.

Para Antônio Galdino, a exposição tem caráter pedagógico e político:

Esta exposição tem uma função pedagógica forte, porque ela levanta a auto-estima. Depois tem uma função política, porque nós estamos dando uma visibilidade a uma comunidade até então esquecida, até então invisível em termos de dados estatísticos (SOUZA NETO, 2005).

Esta é a visão do técnico da secretaria que está desenvolvendo o processo na comunidade, no entanto a partir da observação das fotografias da exposição, se pode fazer uma leitura destas como um instrumento publicitário das ações de governo.

Ao analisar as imagens que a compõem nota-se que há uma incidência de elementos publicitários em sua produção, fato que nos leva a tentar entender quais foram os mecanismos para a concepção, produção e captação destas imagens.



Inicialmente fomos tomados pelo sentido que aparece à superfície da imagem, como se a fotografia observada, por si mesma, revelasse os valores e as linhas de comportamento dos indivíduos do Riacho. Assim, fica evidente que sem uma análise da imagem os elementos postos na fotografia são aceitos como fatos naturais, como se verdadeiramente registrassem a realidade dos indivíduos da comunidade ali representada. Sua divulgação, numa certa medida impõe um modelo, e busca a convivência do público que a visita, como se os do Riacho estivessem destinados a assumir essas formas de representações colocadas pelos ideólogos do estado, fato este que nos leva a identificar um traço político-ideológico na concepção desta exposição, pois nela está impressa a intencionalidade de divulgação do Governo do Estado, conforme podemos identificar no texto que compõe o *folder*⁶⁵ de divulgação da referida exposição assinado por Maria da Conceição Guilherme Coelho.⁶⁶

O tempo, o grande senhor, nos mostra a necessidade de reescrevermos alguns capítulos da história. É o que pretendemos aqui, com esta exposição. Ela é uma nova história que a nossa cultura deve registrar e guardar.

A governadora Professora Wilma de Faria e a Deputada Márcia Maia, ao assumirem o compromisso com a efetivação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, resgatam o passado como fonte de conhecimento para o presente, exemplo que deve ser seguido por todos os governantes (COELHO, 2005).

Portanto, é necessário que não nos esqueçamos de que a captação da imagem fotográfica, a concepção da exposição, sua ambientação, a disposição das imagens, tudo é fruto de uma concepção ideológica, que se associa a função estética estimulando em cada um de nós emoções distintas das mensagens verbais. Essa elaboração ideológica se apresenta em todos os estágios de concepção da imagem fotográfica, que vai do recorte do fotógrafo a pose de quem é fotografado, numa verdadeira representação de si. Barthes nos alerta para o fato de que:

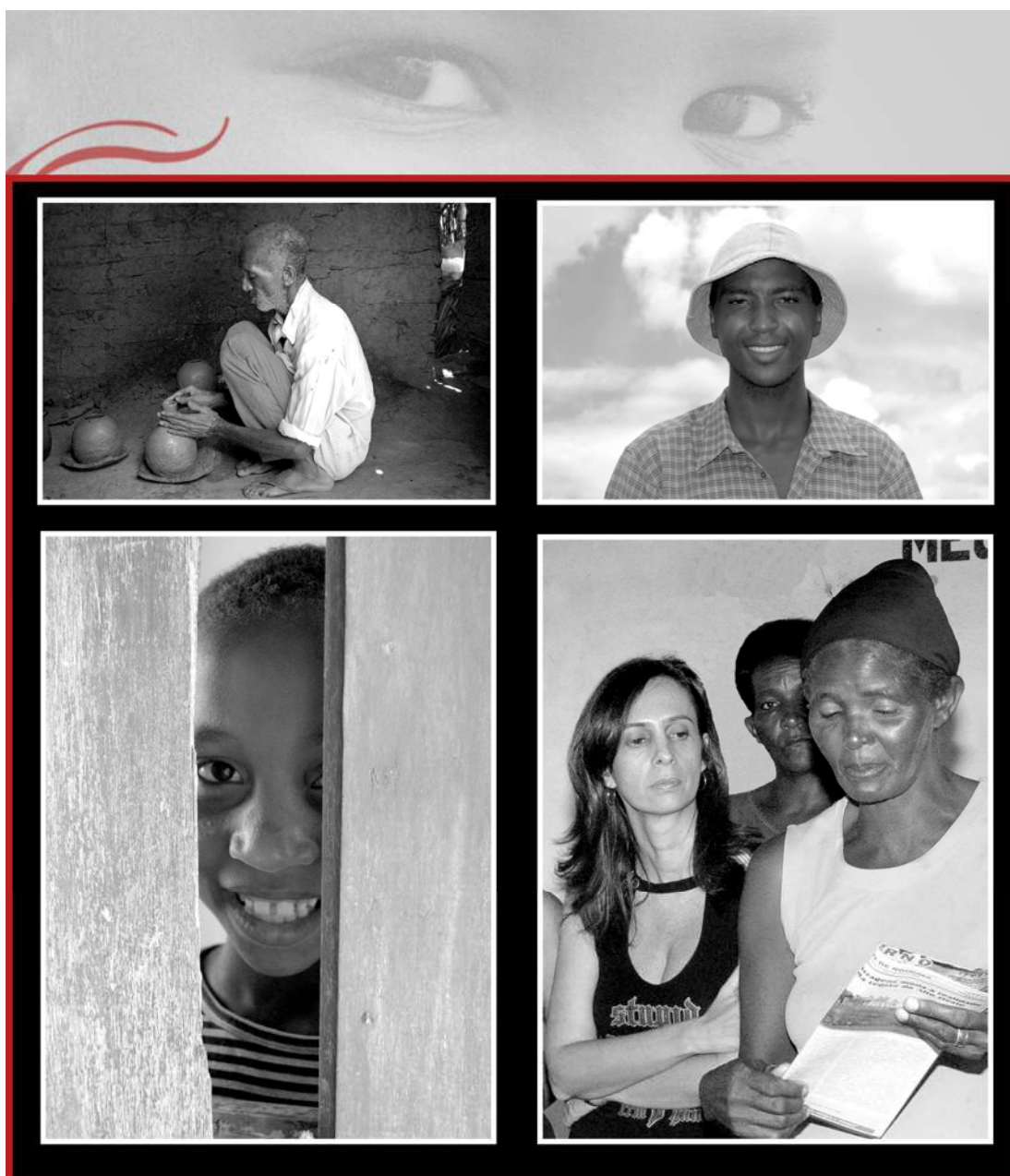
[...] a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a 'posar', fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem. Essa transformação é ativa: sinto que a Fotografia cria meu corpo ou o mortifica, a seu bel-prazer [...] (BARTHES, 1984, p. 22).

⁶⁵ *Folder* – folheto publicitário de uma única folha, contendo ou não dobras. (SAMPAIO, 1997).

⁶⁶ Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Então, pode-se inferir que a *Exposição Etno-Fotográfica Retratos da Dignidade*, produz um novo olhar sobre o Riacho e os seus personagens. O interesse de divulgação do *Projeto Dignidade*, demonstrado ao longo deste estudo, se materializa em produto quando observamos a exposição, pois estas mais do que detalhes técnicos para recortar uma bela imagem dos Negros do Riacho, revela implicitamente uma tentativa de construir um sentido de igualdade racial no RN.

Ao contrário das fotografias de personagens negros que habitualmente temos acesso em nosso país, os negros do Riacho mesmo registrados em seu contexto podem ser observados numa perspectiva privilegiada.



Configurando-se imagens publicitárias, pois o fotógrafo lança mão das imagens de reportagens jornalísticas e as aplica a imagem publicitária, uma vez que estas incorporam naturalmente a representação de traços da realidade desviando nossa atenção de seu caráter construído e escolhido. No entanto, podemos apresentar cenas de personagens da mesma comunidade sem o trato técnico, apresentado nas fotos acima.



Assim, é pertinente observarmos que o valor simbólico da imagem está implicado na possibilidade de transformação do real e não apenas a mera reprodução da realidade. Barthes nos chama a atenção para o fato de que: “Certos

detalhes poderiam me ‘ferir’. Se não o fazem é sem dúvida porque foram colocados lá intencionalmente pelo fotógrafo” (BARTHES, 1984, p. 75).

Os do Riacho se tornaram alvo das lentes dos fotógrafos que os retrataram, um buscando técnicas que possibilitam um grau de subjetividade que ilumina a fotografia quando exposta, pois estas sugerem que os do Riacho estejam desempenhando suas atividades cotidianas e tem características de fotografias publicitárias, as quais apresentam à sociedade a realidade que o governo do RN fabrica, eximindo-se da responsabilidade peculiar ao Estado, aliada ao discurso da integração social da comunidade ao contexto da sociedade. Estas imagens estão cheias de intencionalidades, expressas também na fala a seguir:

Esta exposição é um resgate que o governo do estado faz, mostrando pro RN, o povo importante que contribuiu para construir este estado, para fortalecer a sua economia, e que existe uma dívida social e que tem de ser assumida por todos, o governo faz sua parte e essa exposição, tem fotos aqui que é auto-explicativa, ela clama, ela denuncia, são imagens que passam delicadeza, outras imagens elas passam susto, cobrança (SOUZA NETO, 2005).

O contra-ponto destas imagens se apresentam no trabalho fotográfico da pesquisadora, no qual se identifica elementos da vida cotidiana da comunidade sem o aporte técnico usado pelo fotógrafo do governo. A técnica usada pela pesquisadora se assemelha à fotojornalismo.⁶⁷

São as nuances sugeridas pelos fotógrafos, a partir da escolha dos recursos que serão utilizados na captação da imagem fotográfica que estabelece um sentido, um olhar da sociedade sobre o Riacho. E nesse olhar estão postos os desafios de entendimento da imagem, pois a primeira vista as fotografias da *Exposição Retratos da Dignidade*, retém encoberta muito mais do que as intenções publicitárias, nelas estão a compreensão do real da comunidade, envolta num mundo criado para atender a um objetivo, que se descortina ao se defrontar com um olhar mais atento ou com ideologias que não são necessariamente idênticas a de

⁶⁷ “O fotojornalismo, em essência, pode ser dividido em duas categorias: a foto é o registro em um momento único, seja ele previsto ou espontâneo, digno de manchetes na imprensa ou corriqueiros; ou é elemento de uma série, destinada a formar uma história. Em ambos os casos, encontra-se uma vasta gama de possibilidades, desde uma missão jornalística até um retrato formal não-pré-meditado” (BUSSELLE, 1979, p. 165).

Ver também: (ZUANETTI, 2004).

quem a capturou, Henri Van Lier alerta: “A foto pode ser uma prova instrutiva e irrefutável. É tão evidente que não é preciso insistir nisso. Mas, ao mesmo tempo, ocorre com freqüência que não se sabe bem o que ela prova” (LIER apud DUBOIS, 1993, p. 84).

Dessa forma, olhar a *Exposição Retratos da Dignidade*, não é somente olhar a mudança que o governo diz ter provocado na comunidade, mas ver além. E é nessa extensão do olhar que se pode compreender a ação do governo naquela comunidade, pois na plasticidade destas imagens estão registradas uma realidade possível para o Riacho, mas não a realidade presente na comunidade, pois a superficialidade vigiadas dessas fotografias convoca-nos para um mundo de fantasias.

Não é o caso de apresentar a comunidade para a sociedade de forma dolorida, sub-humana, trata-se de vê-los livres do aprisionamento étnico e cultural a que estão entregues desde a vinda de seus antepassados para o Brasil, buscando fazer uma relação direta entre o discurso e a prática do Governo do Estado.

Quando o Estado ao dizer que “a exposição virá a resgatar e preservar a memória de Negros do Riacho”, ele através de seus técnicos se coloca no senso comum, pois, o resgate da arte, da história e da cultura de um povo, somente pode ser viabilizada através de duas linhas de investigação. A primeira, compreende a dos signos materiais onde se encontram as formas do registro iconográfico (a fotografia, o desenho, o filme), e a segunda, o discurso, que tem por base o registro de depoimentos de indivíduos que apresentem uma maior vivência na comunidade, ou no campo de estudos. Zuanetti (2004, p. 17) chama atenção para o fato que: “Nós, fotógrafos, lidamos com coisas que estão continuamente desaparecendo e, uma vez desaparecidas, não há mecanismo no mundo capaz de fazê-las voltar. Não podemos revelar ou copiar a memória”. Portanto, tomando a *Exposição Etno-fotográfica Retratos da Dignidade*, por base infere-se que para alcançar o objetivo desejado de resgate e preservação da memória local, conforme descrito nas intenções das publicações que obtivemos, seria necessário utilizar a fotografia como um tipo de captação da realidade local mais próxima da realidade, ou seja, utilizando as técnicas do fotojornalismo, cuja plasticidade da fotografia publicitária⁶⁸ não

⁶⁸ “Trata-se, assim, de fotografias que ‘naturalizam’ a representação, uma vez que se apresentam como imagens figurativas, traços registrados da própria realidade, fazendo com que se esqueça seu caráter construído e escolhido” (JOLY, 1996, p. 93).

estivessem tão presentes, pois a fotografia traz em si efeitos visuais daquilo que representam.

Ao propor um enunciado, a fotografia ultrapassa o registro do evento ou objeto, tornando-se documento, no qual estão claras as informações sobre o assunto ou a situação que se deseja resgatar ou reconstituir. No entanto a fotografia, por si só, não é pesquisa. Ela cumpre nesse universo (o da pesquisa) uma importante etapa, a imagem pela imagem, conforme se apresenta na exposição, supracitada, deve ser substituída, a fim de permitir o resgate histórico do grupo em evidência através de seu contexto.

Ao enquadrar os do Riacho no quadro fotográfico, se introduz um sentido ao recorte escolhido através do olhar do fotógrafo: “Cada fotógrafo privilegia e fixa um aspecto do que vê de acordo com sua intenção [...]. Aliás, é por isso que se diz que nenhuma foto é inocente ou isenta, ela sempre carrega a intenção, a visão de mundo do fotógrafo” (ZUANETTI, 2004, p. 12). Com relação ao tema Kossoy vai além, e chama atenção para o fato ao dizer que esta prática envolve:

[...] o *fotógrafo*, que registra – e cria – o tema; o *cliente* ou o *contratante*, que lhe confia a missão de retratar ou documentar; a *casa publicadora* [...], que a utiliza segundo determinada orientação editorial; os *diferentes receptores* [...], que a vêem – seja em sua forma original, seja impressa – e reagem de formas totalmente diversas [...] (KOSSOY, 2001, p. 106, grifos do autor).

No Riacho as imagens chegaram a provocar reações inclusive nas crianças: Quando a pesquisadora indagou as crianças (coletivamente) como elas se viam e viam a comunidade retratada nas fotografias⁶⁹ publicadas pelo governo teve a seguinte resposta: “É a gente, mais não é a gente que está naqueles retratos” (MEMBRO DA COMUNIDADE4, 2006). Essa fala nos faz refletir sobre uma questão inerente na fotografia, que é o fato de nos vermos a partir do olhar de quem nos olha. A *Exposição Fotográfica Retratos da Dignidade* sensibilizou pessoas que não são da comunidade, mas que executam atividades diretamente naquele contexto, em conversa com a pesquisadora um agente do governo relatou: “Olhamos para aquelas fotografias, e sei lá. São eles, mas não são. Eu não sei explicar, mas é outra

⁶⁹ Na oportunidade estava com um exemplar de divulgação do *Projeto Dignidade*.

realidade” (AGENTE DO GOVERNO⁴, 2006). O ponto de vista apresentado adquire uma importância singular, pois nele encontra-se o entendimento de que as fotografias que retratam os do Riacho e seu contexto trazem traços semelhantes aos que encontramos nas fotografias publicitárias exprimindo uma gama de subjetividades que interferem diretamente no reconhecimento do contexto do Riacho.

4.2- Fixando a Identidade ou Uniformidade Racial?

A cobertura da mídia traz em si uma ação de responsabilidade social. As abordagens de temas como as relações étnicas, requerem maior aprofundamento, uma nova configuração. Logo, destaca-se a necessidade de se trabalhar a informação com responsabilidade, levando em consideração o impacto que a informação gera na sociedade. Medeiros chama a atenção para o fato: “É importante observar como os meios de comunicação atualmente dão à informação, a notícia, o fato como evento ou acidente tornando-se uma expressão muito maior do que o contexto em que estão inseridas” (MEDEIROS, I.; COELHO, 2007, p. 11).

Nessa fala fica evidenciada a importância no trato com a mensagem para que esta não ultrapasse a linha tênue que separa a informação precisa do sensacionalismo, para tanto é necessário dispensar uma atenção especial acerca da postura que o profissional da mídia deve assumir ao ser pautado para cobrir as minorias⁷⁰ – como os negros. Pois, as matérias jornalísticas que vão chegar ao público através dos veículos de comunicação têm uma ligação direta com a formação de quem as absorve, via de regra os jornalistas chegam a reforçar os estereótipos utilizados pelos grupos dominantes. Conforme aponta Ferreira: “Muitas matérias jornalísticas reforçam estereótipos, mesmo quando pareçam compactuar com a luta do negro” (FERREIRA, A., 2003, p. 223).

Numa certa medida estes profissionais mantém os discursos tradicionais e conservadores, tal qual no período em que o país andava as voltas com a questão

⁷⁰ Ao abordar o termo minorias estou me reportando ao conceito sociológico, onde estão incluídos todos os grupos com pouca ou nenhuma representação social e política, independente de quantidade, tal qual Ferreira (2003).

da teoria do embranquecimento, anteriormente abordada neste estudo. Como exemplo, citaremos a seguir a transcrição do áudio de uma matéria exibida no Programa TV Cidade, da TV a Cabo de Curais Novos, com objetivo de divulgar o *Projeto Dignidade*:

O interessante aqui também, é que a comunidade cresce viu. A cada dia tá crescendo, **a gente já nota aqui que a pele tá mudando de cor**. Olhe esse bebê aqui, o cabelo ó do jeito que tá, tá mudando... Tá vendo? **Eu falei que a pele tá mudando de cor, e também o cabelo, olha essa aqui ó, já tá branca ó, o cabelo tá amarelo, he, he, he, amarelo, é isso aí** (REPÓRTER2, 2005, grifos nosso).

Essa fala nos remete a questões de: ética moral, social e política. Ao levantar esta temática trazemos à tona a questão da aparência estética e, por conseguinte a questão da identidade negra. Gomes⁷¹ sinaliza que existe: “Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele” (GOMES, 2003, p. 137). A autora diz:

Na escravidão o tipo de cabelo e a tonalidade de pele serviam de critérios de classificação do escravo e da escrava no interior do sistema escravista, ajudando a definir a sua distribuição nos trabalhos do eito, nos afazeres domésticos no interior da casa-grande e nas atividades de ganho. Assim, na relação senhor-escravo esses dois elementos passaram a ser usados como os principais definidores de um padrão estético em relação aos negros (GOMES, 2003, p. 138).

Evidentemente o julgamento dos afro-descendentes pela aparência vem de longe, fato este que vem acarretando desvantagens para o negro na luta pela inserção social e melhores oportunidades no campo do trabalho, reforçando a idéia de que no Brasil, a cor da pele é marca simbólica da superioridade do homem branco (assunto já abordado anteriormente), como uma distinção social.

Monteiro Lobato, criou em 1926,⁷² uma história de ficção científica, intitulada: “O Presidente Negro e o Choque das Raças”, nesta um cientista branco ciente de que ‘todo negro deseja ter o cabelo liso’ cria um produto alisante para cabelo, o qual ao ser usado esteriliza o indivíduo. Dando continuidade a obra, um ‘raio louro’

⁷¹ Nilma Lino Gomes: é Professora Doutora do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

⁷² Para melhor entendimento ler: Sodré (1999).

branqueia a pele e aloira os cabelos do personagem, mesmo assim, algo permanece negro e tem de ser eliminado, pois somente o efeito superior da mente branca poderia vir a salvar o problema negro dos Estados Unidos.

Como podemos observar cabelo e cor da pele são categorias que marcam em nosso país a superioridade imaginária do homem branco sobre o negro, Gomes ressalta:

O cabelo e a cor da pele são vistos como categorias que, em alguns momentos, ajudam a definir quem é negro e quem é branco no Brasil e, em outros, revelam a ambigüidade do racismo brasileiro e o efeito encobridor dos conflitos raciais aqui existentes, os quais podem ser considerados como conseqüências da não-integração do negro na sociedade brasileira após a abolição e do mito da democracia racial (GOMES, 2003, p. 138).

Logo, observa-se que as cores das pessoas definem no Brasil as posições que estas devem assumir; e que o cabelo é tido como um traço da diferença racial tema bastante complexo que fomenta contradições em nossa sociedade, pois no nosso cotidiano não percebemos que ao citarmos atributos genéticos muitas vezes estamos afirmando nossa postura racista frente aos afro-brasileiros, tendo em vista que as relações estabelecidas em nosso país ao longo dos anos torna natural e despercebidas atitudes de racismo. Com relação ao tema Kobena afirma:

[...], no Brasil foi construído, ao longo da história, um sistema classificatório relacionado com as cores das pessoas. O cabelo, transformado pela cultura como o sinal mais 'evidente' da diferença racial – o que demonstra o seu inegável valor simbólico - soma-se à cor, para reforçar ideologias raciais. Nesse processo as cores 'branca' e 'preta' são tomadas como representantes de uma visão fundamental do valor humano – 'superioridade' / 'inferioridade'. As diferenças em relação ao valor estético – 'bonito' / 'feio' – passam a ter um conteúdo político e ideológico e são utilizadas pelo racismo para dividir o mundo em duas partes opostas no julgamento do valor do ser humano (KOBENA apud GOMES, 2003, p. 148).

Assim, percebe-se como se desencadeia uma das formas de estruturação da desigualdade social no Brasil, pois ficou evidente que em nosso país cor e cabelo são referenciais de desigualdade, o resultado dessa ação é uma transformação de

concepção estereotipada até mesmo no mundo da ficção, favorecendo todo um imaginário que permeia as relações entre brancos e negros no território brasileiro.⁷³

Essas transformações têm ligações diretas com o papel que a mídia representa, e os mecanismos que esta utiliza para apresentar uma imagem do ser negro na sociedade brasileira. Numa certa medida a mídia é responsável no processo de construção e de desconstrução de identidades, pois através dela perpassa uma representação do afro-descendente deformada e estereotipada que alcança uma grande massa da população a qual por vezes chega a difundir o racismo, mesmo que indireta e inconscientemente, conforme atesta Wieviorka:

As mídias, [...] exprimindo ou traduzindo fenômenos que provêm da sociedade em geral, fora de sua capacidade de intervenção, elas asseguram, mais inconscientemente que deliberadamente, a reprodução das relações sociais nas quais o racismo encontra seu lugar (WIEVIORKA, 2007, p. 118).

Portanto é pertinente afirmar que estas representações produzidas pela mídia influem diretamente na construção da imagem que o branco tem do negro e até mesmo tem uma grande influência na imagem que os negros fazem de si mesmos, conforme aponta Souza:

A cor da pele e as características fenotípicas acabam operando como referências que associam de forma inseparáveis raça e condição social, o que leva ao afro-descendente a introjeção de um julgamento de inferioridade, não somente quanto ao aspecto racial, mas também em relação às condições socioeconômicas, implicando o favorecimento de uma concentração racial de renda, de prestígio social e de poder por parte do grupo dominante (SOUZA apud FERREIRA, F., 2004, p. 41-42).

A disseminação desses valores estéticos como símbolo de inferioridade, tem encontrado aporte na publicidade,⁷⁴ a qual oferece uma ruptura a partir da lógica do

⁷³ Para uma melhor compreensão do assunto: Araújo (2000).

⁷⁴ Nos últimos cinco anos, tenho observado que algumas campanhas publicitárias veiculadas em rede nacional têm como objetivo alcançar o público negro, leva-se em consideração que esta abordagem esteja acontecendo pela constatação que os negros e negras brasileiros tenham quebrado barreiras e tenham se tornado consumidores em potencial.

consumo de produtos que diz possibilitar mudanças. Os negros e negras que procuram um novo padrão estético, acreditam que por meio dos produtos dispostos para o consumo possam ultrapassar as fronteiras sociais que enfrentam cotidianamente.

4.3 – Escrevendo com Imagens: (Re)Construindo Identidades

A fotografia pode ser entendida como fator preponderante no processo de construção da identidade do indivíduo e de grupos sociais. Inegáveis e gigantescas são as proporções que alcançam uma simples imagem fotográfica, seja ela no campo da informação, da educação, da ciência e de nossa vida pessoal. No processo de transformação econômica, social e cultural que surgiu com a Revolução Industrial, Kossoy aponta a fotografia como uma das mais importantes invenções desse contexto, diz ele: “A fotografia, [...], teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística” (KOSSOY, 2001, p. 25).

Fato é que mesmo quando se entrega às superficialidades, as imagens que chegam até nós, através dos meios de comunicação, provocam profundas mudanças em todas as dimensões da nossa vida, colaborando, sem dúvida, para modificar nosso olhar sobre o mundo que nos cerca e que vai além de nossas fronteiras geográficas, conforme nos chama atenção mais uma vez Kossoy: “O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua *imagem fotográfica*. O mundo tornou-se, assim, *portátil e ilustrado*” (KOSSOY, 2001, p. 27, grifos do autor). Todos passaram a ter acesso às imagens produzidas mundo a fora com a popularização da máquina fotográfica.

Assim nosso mundo passou a ser constituído de imagens. Por todos os lados, somos bombardeados por figuras que compõem nosso arquivo imagético subjetivo, facilitando a nossa compreensão das mensagens configuradas na linguagem da palavra escrita ou falada. A imagem fotográfica estática ou em movimento, acompanhada da linguagem verbal ou escrita, tem contribuído sobremaneira para a

diminuição das distâncias, entre povos e culturas, assim como para o fortalecimento do modelo urbano.⁷⁵

Os meios de comunicação a utilizam amplamente para dar credibilidade a suas informações. A Educação, em sua instância formativa, se utiliza das imagens visuais como um recurso de ensino capaz de desvendar as mensagens que por ela são repassadas. A Ciência também a empreende num sentido utilitário lançando mão das imagens no registro de seu desenvolvimento. A Antropologia busca sistematicamente produzir imagens fotográficas / videográficas, fazendo uso desses registros e destacando o seu valor documental. Como salienta Barthes (1984): espécie de prova do “estar lá”. Já as fotografias presentes em nosso cotidiano, além de compor nosso álbum de família, potencializam a revelação de nossa identidade, enquanto integrantes de um determinado grupo social.

Portanto, cabe-nos chamar a atenção para o fato de que através da fotografia podemos nos reconhecer e para tanto se faz salutar a busca de algo que fomente nas crianças em idade escolar da Comunidade do Riacho, o reconhecimento de si, de sua identidade, pois estas tem acesso às suas imagens veiculadas na mídia, mas não existe naquele espaço um trabalho pontual, sistemático ou informal que utilize esses recursos como material didático, levando-os a compreensão do processo em seu contexto desencadeado. Para isso acredita-se que não há nada melhor do que utilizar a fotografia como suporte para levá-los a serem observados e observadores de seu contexto, de sua identidade formando-se, da realidade que os cerca. Kubrusly diz que: “É muito difícil – quase impossível – nos vermos como vemos outras pessoas, ou como as outras pessoas nos vêem” (KUBRUSLY, 2003, p. 44).

Nesse ponto a fotografia, em especial, aparece como um instrumento multiplicador da representação de si, tanto num plano pessoal como social, dando ao indivíduo a possibilidade de se ver, e de ser visto em meio a suas raízes culturais, possibilitando assim, que com o crescimento desenfreado que estamos vivendo, esse homem em formação possa crescer, evoluir, comunicar-se plenamente em meio a tantas tecnologias que utilizam as imagens para se fazer presente nas suas dimensões mais profundas, deixando de lado o mundo que o exclui, com sua superficialidade alienante ou autoritária e adotando um novo

⁷⁵ Para melhor entendimento: Recursos tecnológicos: a imagem e as mudanças no processo de trabalho - UFRN (MEDEIROS, I.; COELHO, 2007).

processo de aprendizagem o qual será marcado pelo dinamismo, inovação e poder de comunicação inusitados.

Assim, diante de tantas mudanças observadas no Riacho, não estaremos secundarizando um aspecto importante – a educação. Já que é através dela que podemos identificar os elementos condutores ao entendimento de todo o legado social e cultural edificado pelo homem ao longo de sua historiografia.

Acredita-se que ao incentivar as crianças do Riacho em idade escolar a compreender através da imagem fotográfica o seu meio, fomentar-se-á neles a buscar condições mais dignas de existência, levando-os a inserir-se efetivamente no âmbito do reconhecimento social, educacional e humano, consoante está assegurado por lei na Constituição Federal. Freire diz que:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a 'outredade' do 'não eu', ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*.

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a *assunção* de nós por nós mesmos. É isso que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo (FREIRE, 1996, p. 41-42, grifos do autor).

Portanto, a fotografia deve ser entendida como um elemento construtivo na formação do homem, por tudo que ela representa enquanto elemento essencial para o reconhecimento de seu universo, de sua identidade cultural, de sua dimensão individual, e do grupo ao qual pertence, propiciando o reconhecimento de sua existência, de sua identidade, de seu mundo.

Portanto cabe um tratamento pedagógico no contexto escolar direcionado a absorção das imagens pelas crianças que a freqüentam, não somente pelo valor que a imagem fotográfica recebe dos meios, mas por sua importância enquanto elemento formador, e transmissor de informações, inclusive sobre a nossa

identidade. Mas, é preciso observar a forma como nós educadores, tratamos as imagens fotográficas, ilustrativas e televisivas em sala de aula,⁷⁶ e como estas são absorvidas pelos nossos educandos, visto que, o grande consumo de imagens na educação infantil é determinado pela mídia, que as apresenta em forma de programas televisivos como elementos da cultura, sinônimo da qualidade e atualidade dos temas ali impressos. No Riacho, em especial as crianças absorvem muitas imagens do seu entorno, a TV naquele espaço ainda é considerado um objeto de luxo, tendo em vista que apenas uma residência conta com tal tecnologia.

No Riacho as imagens fotográficas e videográficas da comunidade publicadas através da mídia local – TV, jornais não foram trabalhadas em sala de aula, bem como na própria comunidade, para dar as crianças daquele contexto e que por vezes estavam em primeiro plano nas referida imagens o entendimento do processo que vivenciavam. A professora quando indagada pela pesquisadora afirmou ter levado apenas o material publicitário (PROJETO DIGNIDADE, 2005) para sala de aula, já que os alunos estavam curiosos, disse ela:

PROFESSORAS: O resultado foi bom, eles tinham curiosidade de saber o que estava escrito, muitos não eram alfabetizados, aí eles ficaram com curiosidade, aí agente trabalhou a revista.

PESQUISADORA: Trabalharam como?

PROFESSORAS: Mostrando eles.

PESQUISADORA: Que avaliação vocês fizeram desta atividade?
(Pesquisadora)

PROFESSORAS: Como assim?

PESQUISADORA: Qual foi o resultado alcançado com esta atividade?
(Pesquisadora)

PROFESSORAS: Eles se sentiram muito valorizados. Agente disse assim a eles: Que eles estavam passando em outros países com aquela revista. Ficaram muito felizes de ficarem conhecidos noutros lugares.

PESQUISADORA: E depois vocês levaram mais algum material com publicação da comunidade?

PROFESSORAS: Não, porque agente nunca trabalhou com isso, com foto, com jornal etc (PROFESSORAS, 2006).

Pode então a fotografia publicitária veiculada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que tem personagens da comunidade Negros do Riacho, ser um recurso utilizado em sala de aula para fortalecimento da identidade de cada uma

⁷⁶ Na Parte – 3, item: 3.1 deste estudo percebemos pela fala da professora que atende as crianças em idade escolar da comunidade do Riacho, que pouco se trabalha conscientemente as ilustrações em sala de aula.

delas, pois ao dirigirmos o olhar de nossos educandos (em sala de aula) devemos tentar viabilizar um novo olhar sobre essa mediação e sobre sua própria condição de existência enquanto receptores de uma cultura que muitas vezes se sobrepõe à sua cultura, como já vimos neste estudo, já que o consumo desses elementos/imagens tem uma importância muito grande na sociedade, de acordo com o foco do tema e o valor de cada elemento de criação que chega ao público, consumidor final da mensagem ou das mensagens transmitidas.

Nesse ponto, entendendo que a leitura de imagens em sala de aula, dará a nossos alunos suporte para compreender melhor os temas abordados em sala, já que as imagens associada ao texto, favorecem uma abertura diferenciada para assimilação do conteúdo. Neste sentido diz Cruz:

[...] um texto escrito sem ilustrações é mais um dentre tantos outros, um texto ilustrado nunca jamais é igual a outro, e aí não privilegiamos nenhuma linguagem, elas simplesmente cumprem um papel no processo de compreensão do mundo no qual vivemos de forma mais ou menos atrativas. Uma frase sem sentido pode adquiri-lo se associada a uma imagem, e esta sem palavras pode não transmitir aquilo que precisamente se quer dizer, assim, vistas separadamente elas adquirem linguagem própria, restrita, limitada por imposição do próprio recurso utilizado, somente associadas, adquirem poder de permitir ao leitor compreender com maior precisão aquilo que se quer informar (CRUZ, 2003, p. 7).

Portanto é evidente que uma educação dinâmica, com métodos pedagógicos adaptados ao aluno que, hoje chega à escola com uma leitura de mundo midiaticizada e, informatizada que se propõe transformadora, tornando-se um ambiente salutar para o educando é importante, pois é neste espaço que o mesmo encontrará os elementos necessários para a sua formação, e em especial para as crianças do Riacho que aos poucos estão tendo acesso às tecnologias de comunicação e que estão diariamente em contato com crianças que tem acesso aos meios.

Mas é ainda em sua primeira infância que a criança tem acesso à escola, considerado seu segundo núcleo, e por demais importante. É ali que esta tem acesso a novos códigos que, lhe possibilitará ler o mundo. Códigos esses que, as acompanhará em todos os outros momentos de sua formação. Mas aqui, façamos uma ressalva: esses novos códigos ou, símbolos letrados, lingüísticos, visuais, auditivos se trabalhados a partir do real, possibilitará sua leitura com compreensão

do mundo, o que certamente, permitirá aos indivíduos se reconhecerem como integrados ou, participantes de um processo social. Identificamos que já no século XIX, Joan Amós Comênio apresentou elementos que apontam para a importância do uso da imagem e da fotografia no processo educativo, como podemos observar:

Por exemplo: associe-se sempre o ouvido à vista, a língua à mão; ou seja, não apenas se narre aquilo que se quer fazer aprender, para que chegue aos ouvidos, mas represente-se também graficamente, para que se imprima na imaginação por intermédio dos olhos. Os estudantes, por sua vez, devem aprender, ao mesmo tempo, a expor as idéias com a língua e a exprimi-las por meio de gestos, de modo que se não dê por terminado o estudo de nenhuma matéria, senão depois de ela estar suficientemente impressa nos ouvidos, nos olhos, na inteligência e na memória. Com este objectivo, será bom que todas as coisas, que costumam ser estudadas em determinada classe, sejam representadas graficamente nas paredes da sala de aula: quer se trate de teoremas e de regras, quer se trate de imagens e de baixo-relevos da disciplina que se está a estudar. Com efeito, se isto se fizer, é enorme a ajuda que pode dar, para produzir as mencionadas impressões [sic] (COMÊNIO, 1957, p. 245-246).

Então cabe a escola, o desenvolvimento de um processo educativo através de meios alternativos como as imagens, sejam elas fotográficas, videográficas, cinematográficas ou gráficas, o qual permitirá ao educando despertar a possibilidade, a curiosidade, o interesse por si mesmo, por sua cultura, pela sua história, pelas suas raízes.

A leitura das imagens, incorporadas ao processo educativo, acredita-se, dará à escola mais uma possibilidade de desenvolver nos indivíduos em formação, a curiosidade de se conhecer, de se encontrar, de se fazer conhecedor, e transformador do meio em que vive. Acredita-se em uma educação dinâmica, com métodos pedagógicos adaptados ao aluno que, hoje chega à escola com uma leitura de mundo mediatizada, e informatizada, a qual leva-o a buscar na escola elementos que, complementem seu aprendizado, obtido através dos meios acima citados.

A escola pode se adaptar e, enfrentar este novo desafio, que é amparar as crianças da era digital e midiática, a partir da ampliação dos seus métodos pedagógicos tornando-se um ambiente salutar para o educando, pois será neste espaço que o aluno encontrará os elementos necessários para a sua formação, sem necessariamente abandonar “seu mundo”, aquele construído diariamente em frente à TV, aos jogos eletrônicos e a vedete do momento o computador.

Uma proposta pedagógica lúdica, na qual poderão ser utilizadas imagens fotográficas do contexto onde estão inseridos os educandos, a fim de dar suporte aos textos trabalhados em sala de aula, numa tentativa de trazer para o espaço da escola, elementos de seu meio, fortalecendo a relação do educando com o espaço histórico e geográfico no qual está inserido, seria uma forma de proporcionar as crianças uma leitura de seu mundo mais completa, conforme diz Freire, já citado anteriormente:

[...] não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo 'leitura do mundo' que precede sempre a 'leitura da palavra' (FREIRE, 1996, p. 81).

A escola não tem que levar o educando a pensar a educação como um fardo, ela pode favorecer o aprendizado aproveitando os recursos técnicos, e tecnológicos que hoje estão fortemente direcionados para a flexibilização da educação informal, que pode, muito bem ser incorporados, e adaptados aos métodos tradicionais da escola, permitindo aos alunos uma ampliação, e enriquecimento cultural, possibilitando que esteja apto a viver em um mundo em constante transformação, aprendendo desde sua primeira infância a “viver juntos”, desenvolvendo o conhecimento acerca dos outros, da sua história, tradições e espiritualidade, como bem aponta o Relatório da Unesco, para o século XXI já em curso ou como se referia Comênio:

As próprias matérias de ensino atraem a juventude, se são ministradas de modo adaptado à sua capacidade e com maior clareza, e se são intermeadas com qualquer gracejo ou, ao menos, com qualquer coisa menos séria que as lições, mas sempre agradável. Com efeito, é a isto que se chama juntar o útil ao agradável [sic] (COMÊNIO, 1957, p. 235).

Pois, nossa percepção de mundo se dá inicialmente através de nosso olhar sobre, o meio que nos cerca, Dubois nos chama atenção nos seguintes termos: “[...] nossa memória só é feita de fotografias” (DUBOIS, 1993, p. 314); assim, é

verdadeiramente significativo estudar a fotografia como, “uma janela que abre o olhar para o mundo” contribuindo diretamente para a construção da identidade individual e coletiva do indivíduo e de seu grupo, partindo do seu olhar, da visão do mundo que o cerca, possibilitando assim, uma melhor leitura visual de sua imagem e de seu meio, como sugere Freire:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração às condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece à importância dos ‘conhecimentos de experiência feitos’ com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo [...] (FREIRE, 1996, p. 64).

Assim, vemos o quanto é importante mostrar aos nossos educandos os caminhos para que eles valorizem sua existência, suas raízes, suas crenças e sua identidade, mas sabemos que o primeiro passo, é fomentar em especial, nas crianças em idade escolar, o desejo de atuar nesse processo, e a fotografia, acreditamos, poderá com toda a magia que a envolve ser um recurso expressivo para desenvolver esta manifestação. Humberto diz:

A fotografia transcende seu valor como registro. Composta de visões de vida, ela revela nossos mundos íntimos em suas belezas e perversões. Põe à mostra nossa sensibilidade ou rudeza, revela nossos mistérios e segredos, zelosamente acobertados (HUMBERTO, 2000, p. 101).

Portanto é necessário ficarmos atentos aos nossos educandos, aos seus olhares, que absorvem mensagens visuais distribuídas “despretensiosamente” pela mídia que chegam e se instalam dentro do universo cultural de cada um, impondo-se, impossibilitando-o com sua beleza, que eles tenham ao menos um olhar sobre si mesmo. Acreditamos que, a escola ao trabalhar a inserção das imagens em seu meio de forma crítica junto ao educando possibilitará esse novo olhar, tornando-o observador de seu próprio eu, através da imagem fixa em papel, levando-os a quebrar valores estabelecidos, e que fazem parte de uma realidade muitas vezes geográfica e ideologicamente intransponível, já que a mídia em si tem uma

tendência de banalização das imagens através das mensagens por ela divulgada. Como nos alerta Costa:

Os indivíduos, além de serem levados a ver o mundo com as lentes do espetáculo, são incentivados a se tornar um de seus participantes pela imitação do estilo de vida dos personagens da moda. A imitação, contudo, não pode ir longe. A maioria nem pode ostentar as riquezas, o poder político, os dotes artísticos ou a formação intelectual dos famosos, nem tampouco fazer parte da rede de influências que os mantém na mídia (COSTA, 2004, p. 230).

Concluindo esse pensamento, podemos entender que: pode então, o registro fotográfico do real de nossa escola, de nosso educando, de sua família, de seu meio social e do lugar onde mora, ser um meio, ou contraponto às imagens de um outro mundo, que lhes chegam cotidianamente através da mídia. Se juntos nos empenharmos em uma discussão conjunta com nossos educandos, poderemos estar livres de nos identificarmos com os professores citados por Freire, que mencionavam:

Há dez anos ensino nesta escola. Jamais conheci nada de sua redondeza além das ruas que lhes dão acesso. Agora, ao ver esta exposição de fotografias que nos revelam um pouco de seu contexto, me convenço de quão precária deve ter sido a minha tarefa formadora durante todos estes anos (FREIRE, 1996, p. 136-137).

Ora, a fotografia entendida como fator preponderante no processo de construção da identidade do indivíduo e, de grupos sociais se constitui em elemento central para ser trabalhado na escola e nos fazer refletir sobre o universo em que estamos inseridos, visto que, a nossa formação enquanto educadores deveria como diz Freire:

[...] insistir na constituição deste saber necessário é que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham (FREIRE, 1996, p. 137).

Assim, entende-se que a fotografia, poderá possibilitar uma visão mais abrangente e crítica da realidade social, em que estão inseridos nossos educandos. Partindo do conhecimento real de seu meio, nossas crianças poderão lutar por condições mais dignas de existência inserindo-se efetivamente no âmbito do reconhecimento social, para que isso aconteça a fotografia não deve ser colocada no ambiente escolar apenas como uma fonte histórica ou meramente ilustrativa. Ao educarmos o olhar das crianças na escola a partir da imagem fotográfica, estaremos favorecendo a estas uma nova perspectiva de desenvolvimento dentro de sua cultura, valorizando suas manifestações artísticas e culturais, nas quais estão fincadas as bases de sua identidade, que está sendo diluída a todo momento, seja pela intervenção midiática, política ou social. Esta diluição de sua cultura e por conseguinte de sua identidade se dá, pela falta da construção de seu conhecimento através das bases educacionais, que lhes possibilitaria ter conhecimento dos saberes necessários para, a decodificação das mensagens textuais e visuais a que tem acesso.

A escola, ao articular uma proposta pedagógica, no sentido de se contrapor ao olhar até então mecanicamente trabalhado, de maneira informal através de diferentes formas midiáticas, sobremaneira da TV, coloca-se para o grupo onde está inserida como possibilidades de mudanças, levando a comunidade em que atua a identificar quais os caminhos que apontarão o conhecimento, e como a leitura crítica, dirigida da imagem fotográfica se mostrará benéfica para o crescimento das crianças com as quais ela atua. Sem perder de vista as intenções dos meios de comunicação que no momento atual dão à informação, à notícia, o fato como evento ou acidente de forma dinâmica e precisa. Evidentemente, compreendemos que a mídia não se propõe a ser instrumento educacional, ou mesmo a educar, ela tem como objetivo primordial oferecer aos que a ela tem acesso entretenimento, no entanto é necessário sabermos que ela – a mídia – é um suporte técnico em potencial para uso educacional, enquanto instrumento de mediação técnica, e suporte de difusão da informação, portanto, constitui-se para nós educadores uma fonte inesgotável de recursos pedagógicos, um meio intermediário de expressão capaz de transmitir mensagens e de fácil absorção para nosso educando. Ao utilizarmos os recursos visuais em sala de aula ou no contexto escolar é necessário

que tenhamos a compreensão de que estas mensagens se bem utilizadas poderão vir a ser um forte aliado no processo ensino/aprendizagem, Popkewitz destaca que:

Entender que o olho não apenas vê, mas é socialmente disciplinado pela ordem, divisão e 'criação' das possibilidades da organização do mundo e do sentido da identidade individual. Ao questionar como os olhos vêem, é possível questionar também como os sistemas de idéias 'tornam' realidade o que é visto, pensado e sentido. Tais perguntas sobre a razão – ou seja, a construção social da razão (e as relações de poder embutidas nesta) – são os princípios pelos quais o agente 'vê' e age para efetuar uma mudança (POPKEWITZ apud FISCHMAN, 2004, p. 119).

Logo, se faz necessário o entendimento de que os meios de comunicação se utilizam do maior número possível de representação visual, dentre os oficiais, a *fotografia*, seja ela estática ou em movimento, para lançar ao público, muitos ícones criados pela mídia moderna, e portanto devemos enquanto educadores estar atentos para as imagens que consumimos e que nossos educandos consumem, pois estas interferem em nosso mundo, conforme diz Costa, supra citado: “O espetáculo reordena o mundo como um desfile de imagens que determina o que merece atenção ou admiração” (COSTA, 2004, p. 228). Idéia corroborada por Guran (2003, p. 1) “[...] a fotografia atua determinantemente na formação das mentalidades, ou seja, no processo de construção permanente das novas identidades sociais, em outras palavras, naquilo que somos socialmente”, ou ainda como se refere Cruz já citada anteriormente:

Da indústria à medicina; das redações dos jornais, revistas, televisão; do mundo virtual à sala de aula, as imagens compõem um universo fantástico de comunicação, de criação, revelação ou ocultação de visões de mundo. Contribui sobremaneira para a formação de opiniões, mudanças de valores, hábitos e atitudes (CRUZ, 2003, p. 2).

Nesse quadro, precisamos ressaltar a importância que tem a cultura, pois é esta que nos dá a dimensão da nossa identidade, daí ser necessário tratá-la como um bem precioso, seja no campo individual seja coletivo, pois ela age diretamente na formação do homem, oferecendo-lhes possibilidades de sair do anonimato, do

isolamento, e ser incluído em um dos mais importantes pré-requisitos para a transformação social que constitui a cidadania.

4.4 – Negros do Riacho: Retratos em Preto e Branco

Neste estudo, buscamos apresentar a fotografia como uma narrativa visual. Utilizamos a palavra escrita e a fotografia como recursos que se complementam num revezamento de mensagens que oferecem ao leitor possibilidades de uma leitura circular. Uma dirigindo o olhar para a outra, a fotografia, nos permitiu o entendimento da palavra escrita, esteve presente ao longo do caminho como um reforço da narrativa verbal atestando a veracidade da informação, o texto por sua vez foi enriquecido pelo suporte fotográfico, as linguagens visuais e verbais se fundiram em determinados momentos complementando-se, possibilitando o melhor entendimento da mensagem que buscávamos passar.

Não utilizamos o recurso da legenda nas fotografias, para provocar no leitor uma leitura das imagens a partir da especificidade de cada uma. Confrontamos numa certa medida fotos do governo e fotografias nossas para provocar sensações que nos remetem a reflexões das intenções das imagens.

As fotografias das quais lançamos mão nesse estudo tiveram a função de instrumento de pesquisa, assim reservamos este espaço para apresentar “a escrita com a luz” reforçando nosso entendimento de que as fotografias das ações realizadas no Riacho e divulgadas na mídia local, se configuram como elementos de um planejamento publicitário das ações de governo, para reafirmarmos nossa posição apresentamos um recorte do olhar que temos sobre a comunidade dos Negros do Riacho, lembrando que não utilizamos recursos que compõem a fotografia publicitária, e ressaltando que para se fotografar a cena, obrigatoriamente a pesquisadora, teve de “estar lá” registrando a comunidade no tempo e no espaço.

Retratos da Migração: Negros do Riacho

Identidade - Educação - Trabalho



Retratos da Infância: Negros do Riacho

Infância - Educação - Trabalho



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho
Saúde • Educação • Trabalho



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho
Saúde - Educação - Trabalho

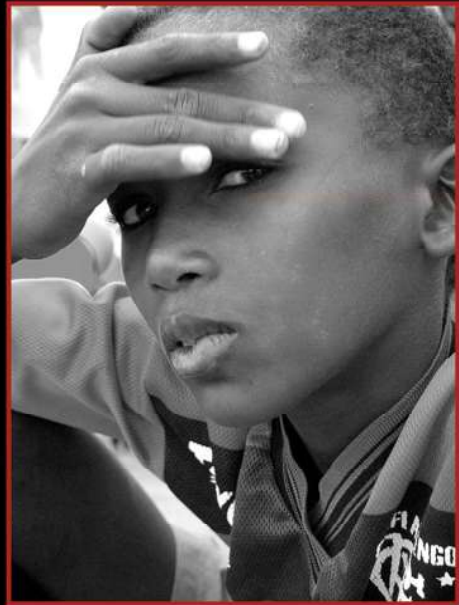


Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

Alfabetização - Educação - Tecnologia



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho
— identidade • educação • tecnologia —



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

saúde • educação • tecnologia



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

saúde • educação • tecnologia



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho
saúde • educação • tecnologia



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

Identidade • Educação • Tecnologia



Parte 5



Um Último Olhar...

5- UM ÚLTIMO OLHAR...

(possibilidades de novas imagens)

Ao fim deste estudo muitas outras possibilidades de olhar se formaram. Respostas finais, definitivas não temos, a fotografia que esperávamos registrar como ponto final se perdeu ao longo das imagens que buscamos, contudo, entendemos que romper com práticas como as que observamos ao longo deste estudo é assegurar soluções, com vistas ao crescimento da população, especialmente se for construído um trabalho voltado para as crianças em idade escolar, as quais necessitam de encaminhamentos que possibilite seu desenvolvimento psico-social, possibilitando-lhes o acesso gratuito aos bens de cultura e de educação, de conformidade com sua identidade. Observamos que nada impede que o Governo do Estado do RN e a Prefeitura Municipal de Currais Novos, assumam uma nova postura e avancem na continuidade de suas ações, levando aos do Riacho pontes entre educação, cultura, esporte, lazer e economia numa verdadeira ação de cidadania.

Observamos que as condições criadas no Riacho pelo Governo do Estado do RN, de mudanças e melhorias das suas condições se coloca dentro de ações voltadas para a modernidade e a inserção da comunidade em um processo de mudanças físicas e ambientais, socioeducativas e culturais. Infelizmente as ações da forma como foram desenvolvidas naquele contexto poderão trazer conseqüências negativas na formação étnica, moral, estética e ética da população que ali habita, sobretudo para as crianças e os jovens.

A ruptura a que os do Riacho foram submetidos se alastra cotidianamente, o processo não tem volta, as expectativas foram criadas e posteriormente lhes foi negada a capacidade de transgredir as barreiras de seu mundo, as portas do Riacho foram abertas, mas de lá não lhes foi permitido sair, somente havia a permissão da entrada, de visitas para comprar artesanato que se idealizou ser possível fazer dentro de padrões estéticos modernos que agradasse ao turista. Idéia comercial que

não vingou, visto que o autoritarismo da proposta enrijeceu os espíritos de quem as recebeu. Quebrar o forno foi a resposta para as expectativas não correspondidas.

Infelizmente, constatamos que aos do Riacho, pouco a pouco foi negado o direito a dignidade, pois esta esteve o tempo inteiro submetida a estrutura política partidária contraditoriamente ao exposto no *Projeto Dignidade*. Entretanto, acreditamos que um crescimento fincado em bases educacionais formais e informais traria o fortalecimento de sua unidade ampliando suas possibilidades de reversão da inércia a que foram historicamente submetidos. As propostas governamentais contemplaram intenções e ações públicas geradoras de emprego e renda capaz de fazê-los superar as condições de vida ali existente, no entanto os do Riacho ao passo que alimentavam o sonho de transgredir as barreiras historicamente edificadas se submetiam as crenças de sua negatividade, corroborada cotidianamente pela condição sub-humana a que estão submetidos.

Conforme observamos as qualidades negativas pessoais e/ou coletiva, estiveram o tempo inteiro reforçando o preconceito da população, favorecendo que os do Riacho os internalizassem, muitas vezes atribuindo a si mesmos as dificuldades e as condições a que estão submetidos como consequência das suas incompetências. Este fato é de suma importância para a formação da identidade das crianças e/ou para a dos jovens, pois ela deveria a nosso entender ser de alguma forma trabalhada por agentes formadores quer na escola formal ou não, buscando a consciência crítica que viesse permitir as crianças entenderem a importância de seu contexto, sua negritude, inferindo nos do Riacho o sentido de identidade étnica, no sentido de prepará-las para o enfrentamento de situações adversas que reforcem o preconceito que, com certeza encontrarão pela vida.

A idéia de avanço, de progresso que o governo propôs desenvolver no Riacho, se resumiu nas imagens, nos produtos da mídia, concebidos para divulgação das ações ali realizadas, transformando intenções em fatos e publicadas como poder de barganha política. Fato que nos levou a refletir sobre o papel da mídia e sua articulação com o poder, concretamente os do Riacho foram impedidos de alçarem vôo, adentraram cada vez mais na apatia e no imobilismo ao qual foram submetidos, dele saindo somente para um ensaio das melhorias de condições de existência, mas com datas marcadas para o início e o final de sua permanência, tempo este compreendido na durabilidade do *Projeto Dignidade*. O Estado foi ao

nosso ver ambivalente na sua proposta democrática de igualdade racial e na forma como promoveu no Riacho a embriagues igualitária. Esta marcha nem de longe chegou perto de igualar, defender ou mesmo incentivar os valores culturais dos membros da comunidade, pelo contrário causou efeitos destrutivos, conforme apontamos neste estudo que se constituiriam na morte da esperança e da dignidade, a qual foi tão fervorosamente sendo colocada como prioridade, e mostrada como produto efetivo da ação governamental formalizadas através dos *Retratos da Dignidade*.

Dignidade, título do projeto que ali identificamos ter sido desencadeador de um processo de (des)construção da identidade, levando a comunidade a tornar-se produto da mídia. Como explicar o desalento, a ausência de democracia em um estado dito moderno, mas que nega esta condição através de ações permeadas de ingerências, as quais travancaram o crescimento impondo sua imensurável impossibilidade de mudanças? Quais as conseqüências que trarão esta postura totalitária e intransigente que impede o crescimento humano? Ficou claro ao longo deste estudo que não há crescimento para um estado que não permite o avanço do povo, como um contra-senso as portas da dignidade do Riacho, se fecharam pouco a pouco mascaradas pelas obras que o governo tentou implementar naquele contexto.

O mais estranho é que há a possibilidade de mudanças para os do Riacho, contudo é pertinente ressaltar que qualquer mudança somente é viável a partir da execução positiva das Ações Afirmativas, a qual poderia vir a sinalizar o caminho para a autonomia dos indivíduos e dos grupos sociais submetidos a processos antidemocrático, em que a pobreza, o desemprego e a má formação configuram-se como regras para a permanência de sistema políticos.

Entendendo-se que são três os elementos que trabalhados podem desconstruir uma cultura, identificamos neste estudo que no Riacho estes estão presentes. Inicialmente apontamos a língua, que concentra todo o referencial mítico de (re)construção de um grupo, o isolamento lingüístico vem ao longo da história se processando com o negro no Brasil, desde sua captura na África, conforme diz Munanga ao explicar porque os traficantes europeus ao comprarem um negro africano mudavam seu nome: “[...] davam-lhe um nome cristão como uma das tentativas de esvaziar o africano da sua cultura, como uma tentativa de fragmentar

sua identidade” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 85), essa prática se faz presente também no Riacho.

Os dois outros elementos são o espaço físico e o sistema produtivo, no Riacho identificam-se que são dois os condutores da (des)construção da identidade local. O espaço físico, no Riacho foi um dos elementos afetados pelas propostas do *Projeto Dignidade*. A abertura da comunidade para o mundo, a exposição da comunidade para visitação, a mudança da estrutura das casas, tudo considera-se positivo, desde que se tivesse o cuidado de se manter a originalidade do lugar e não a sua transmuta o em uma comunidade qualquer. As melhorias ali realizadas poderiam ter se desencadeado tendo como suporte a educa o para dar aos indivíduos daquele contexto o entendimento do processo naquele espaço desenvolvido. Da forma como foi realizada provocou uma (re)ordena o do espaço, gerando mudanças no modo de pensar e ver as antigas casas ali existentes, um trator passou sobre o passado, a tradi o e o que se colocou no lugar? um “Memorial” deixado pelo governo na comunidade, que logo virou cinzas.

Segundo informa es obtidas com um membro da comunidade: “a casa foi destruída, porque não tinha madeira seca para cozinhar, já que a chuva tinha molhado, assim o ‘memorial’ foi destruído para se usar a lenha” (MEMBRO DA COMUNIDADE3, 2006).

Na (des)constru o da identidade de um grupo temos também o sistema produtivo, no Riacho esse sistema era familiar, e foi alterado para o comunitário, este modelo permitiu que o processo de (des)constru o da identidade, se operasse naquele contexto provocando a dependência. Hoje, não há praticamente nada no Riacho, eles já nem ao menos conseguem produzir a cerâmica, que faziam embrionariamente. O governo destruiu, quando propôs a transforma o da produ o e não forneceu a estrutura possível. O saber fazer da comunidade foi (re)significado e a nova forma de produ o não se impôs, não houve apropria o do novo método pelos do Riacho, fato que acarretou na destru o do saber fazer tradicional, causando dentre outros fatores negativos a desapropria o do que eles tinham identitariamente, que era passado de pai para filho, de mãe para filha, infelizmente fomos testemunhas de que essa capacidade ficou perdida no espaço e no tempo, registrada na memória de alguns.

No curso desse processo os do Riacho viram suas vidas mudar, e hoje eles continuam a esperar por uma nova imagem, a imagem da cidadania, da dignidade. Nesse processo suas vidas social e pessoal, foram alteradas, sua cultura, e em especial, a sua identidade foi (des)construída, e nada de novo, inelutável seu olhar na direção de um mundo melhor. O *Projeto Dignidade* não conduziu os do Riacho a um crescimento digno ou mínimo. Eles pousaram para as lentes da máquina fotográfica, como barganha política e em troca receberam um punhado de comida ou mesmo uma pequena mostra de recursos advindo da riqueza comum da qual deveria por direito ter acesso.

O modelo de uma condição imagética desceu sobre eles arbitrariamente e autoritariamente, influenciada pelas ações estabelecidas pela publicidade, direcionando a opinião da população norte-riograndense num sentido pré-estabelecido pelo “Governo de Todos”, em busca da legitimação de seu poder. Nesse sentido Sant’Anna adverte:

Tal como no sonho, a propaganda contribui para fazer-nos viver uma outra vida, uma vida por procuração. Toda a habilidade da propaganda consiste em fazer-nos acreditar que o estadista, o chefe de partido, o governo nos representam e não somente defendem nossos interesses, mas também endossam nossas paixões, nossos cuidados, nossas esperanças. O chefe não é verdadeiramente reconhecido como tal se o súdito não tiver o sentimento (ilusório, pouco importa) que ele o compreende, que adivinha o que vai fazer, que agiria tal como ele (SANT’ANNA, 1998, p. 56).

Dessa forma está evidenciado que foi pertinente abordarmos e interpretarmos o significado das divulgações das ações de governo na comunidade do Riacho desenvolvidas. Buscamos através da interpretação das imagens divulgadas nos veículos de comunicação local (jornais, rádios e TV), entender o significado da opinião de uma mensagem elaborada com o fim de formar um conceito a cerca de um produto, pois fomos nesse processo impressionados pela sutileza da propaganda e da publicidade que sugeriu, sugestionou e alcançou seu objetivo através da imagem fotográfica enriquecida com a mensagem verbal.

Para que os do Riacho tenham um entendimento da mudanças em seu contexto efetivadas, acreditamos ser importante a contribuição da educação formal naquele espaço, o caminho está posto, nosso olhar vagueia pela possibilidade da

extensão da cidadania aos do Riacho, possibilitando a dignidade e a liberdade de existir. Com este olhar sobre o Riacho pensamos estar contribuindo para aprofundar a discussão que estabelecemos entre a identidade, a educação e a imagem fotográfica nas ações de governo desenvolvidas na comunidade dos Negros do Riacho, já que, as imagens das quais fizemos a análise, revelam uma interferência e/ou direcionamento do ponto de vista da comunicação. Chegando muitas vezes a provocar um certo constrangimento quanto à visão que os moradores da comunidade têm de si mesmos, travestindo-os através da plasticidade dos recursos e textos publicitários, ficando evidente a descaracterização destes. Fato este, que impossibilita aos mesmos se manifestarem quanto a sua posição identitária. Ficou ao longo do percurso evidenciada a discriminação no sentido de enquadrá-los imagetivamente em um universo adverso a sua realidade.

No caminho seguido, por vezes enveredamos por trilhas diversas que convergiram para um ponto comum o qual consistiu no ponto principal deste estudo, configurado na análise da propaganda de governo estabelecida a partir da divulgação do *Projeto Dignidade* e em especial nas fotografias que compõem a *Exposição Etno-Fotográfica Retratos da Dignidade* as quais trazem em si elementos possíveis de identificar a (des)construção da identidade, em especial a das crianças em idade escolar da referida comunidade. Foi lendo através destas imagens que pensamos ter contribuído para a busca da dignidade. Como diz Munanga (1986, p. 26): “Bem divulgado, o retrato degradante acaba por ser aceito pelo negro, e contribuirá para torná-lo realidade e, portanto, uma mitificação”.

Em vista desses fatos, torna-se relevante uma leitura que denuncie a permeabilidade ideológica da representação da dignidade, construída na junção de imagens e textos que impõem a condição de absoluta passividade dos Negros do Riacho, frente à forma como as Ações Afirmativas são desencadeadas naquele contexto através do *Projeto Dignidade*.

Assim, sentimo-nos a vontade para concluir que no Riacho, não há verdadeiramente a presença de grandes ou mesmo pequenas realizações voltadas para o desenvolvimento dos membros da comunidade. E que os recursos destinados a projetos voltados para a promoção da igualdade racial, pelo menos os destinados àquela comunidade são deficitários. Não há educação, emprego e renda,

portanto, não há o exercício de cidadania, porque não são dadas as condições necessárias para que os mesmos possam se auto-afirmar e viver dignamente.

Nesse sentido, espera-se que este estudo possa incentivar no Rio Grande do Norte uma discussão sobre a política de Ações Afirmativas acerca de seu encaminhamento e desdobramentos, buscando efetivar condições Reais de melhoria das populações quilombolas existentes em nosso estado.

Referências



REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo (Pesq.). **Quilombolas**: Tradições e cultura da resistência. André Cipriano (Fot.). São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOIMTEMPO, 2000.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).

ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Os Negros do Riacho**: estratégias de sobrevivência e identidade social. Natal: UFRN/CCHLA, 1994. (Coleção Humanas Letras/Cooperativa Cultural).

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUER, Martin W.; Gaskell, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEJAMIM, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós**: história e cultura afro-brasileira. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2004.

BERND, Zilé. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, s.d. (Coleção Primeiros Passos, 209).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

_____. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, v. 20).

BUSSELLE, Michael. **Tudo sobre fotografia.** 11. reimpr. da 1. ed. Rio de Janeiro: Thomson – Pioneira, 1979.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais.** Tradução Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (v. 1).

CHIAVENATTO, Julio José. **O negro no Brasil – da senzala à Guerra do Paraguai.** 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COELHO, Maria da Conceição Guilherme. **Folder explicativo da exposição etno-fotográfica: retratos da dignidade: Manuel Bezerra.** Natal, RN: SETHAS, Governo do Estado do RN, 2005.

COMÊNIO, João Amós. **Didática magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos.** Tradução e notas Joaquim Ferreira Gomes. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CRUZ, Vilma Vitor. **Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte: realidade ou mito? (1960-1984).** 1990. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN. Departamento de Educação, 1990.

_____. Educar o olhar é preciso. In **Módulo fotografia.** Juazeiro, BA: UNEB, 2003. (Texto escrito para o Curso de Especialização no Ensino de Comunicação).

CUNHA-HENCKEL, Rosa. **Tráfego de palavras: africanismos de origem banto na obra de José Lins do Rego.** Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 2005.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente.** Tradução Guilherme Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. **Manifestos midiológicos**. Tradução Guilherme Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autentica, 2006. (Leitura, Escrita e Oralidade).

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2003.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Maria Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Série Ofício de Arte e Forma).

DURAND, Gilbert. **O imaginário**: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução Renée Eve Levié. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de decodificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. 2. impr. São Paulo: Editora Ática, 2001. (Série Fundamentos, v. 66).

ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia do século XIX**. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004. (Texto George Ermakoff. Versão para o inglês Carlos Luís Brow Scavarda. Projeto gráfico Victor Burton e Angelo Allevato Bottino)

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. Tradução Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986. (Coleção Educação Contemporânea).

FERREIRA, Ricardo Alxino. A desconstrução do estereótipo nos meios de comunicação. In BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

FERREIRA, Franklin Ricardo. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FISCHMAN, E. Gustavo. Reflexões sobre imagens, cultura visual e pesquisa educacional. In CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando a História).

GARCIA, Regina Leite. **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de monografia, dissertação e tese**: inclui exercício prático e normas de referências, citações e notas de rodapé – NBRs 14724/10520/6023-20002. São Paulo: Avercamp, 2004.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. João Pessoa: Manufatura, 2002.

GONZÁLEZ, José Antonio Moreira; ARILLO, Jesús Robledano. **O conteúdo da imagem**. Tradução Leilah Santiago Bufrem. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2003.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco**: o passado escravista que não passou. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. (Livre Pensar, v. 4).

GRACINDO, Regina Vinhaes; LOUREIRO, Carlos Frederico B.; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; ALVARENGA, Márcia Soares de; RIBEIRO, Marlene; SILVA, Rosa Helena Dias da (Org.). **Educação como exercício da diversidade**: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Liber Livro Ed, 2007. (v. 1).

_____. **Educação como exercício da diversidade**: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Liber Livro Ed, 2007. (v. 2).

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Loyola. 1993.

HUMBERTO, Luis. **Fotografia, a poética do banal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. ed. rev. e ampl. São Paulo: brasiliense, 2004.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: comentadas para trabalhos científicos. 2. ed. 4. tir. Curitiba: Juruá, 2006.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Ofício da Arte e Forma).

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidades políticas entre o moderno e o pós-moderno. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUBRUSLY, Cláudio Araújo. **O que é fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos, v. 82).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, v. 250).

MARÉS, Carlos Frederico. Liberdade e outros direitos. In NOVAES, Adauto (Org.). **O avesso da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. crítica da economia política: livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (2v.)

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça**: Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção Políticas da Cor).

MEDEIROS, Maria Iglê; COELHO, Maria das Graças Pinto. A imagem na escola: o olhar que seduz. In: COLÓQUIO NACIONAL DA AFIRSE – SECÇÃO BRASILEIRA, 4., 2007, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2007. p. 1-13. (Anais em fase de elaboração).

MENEZES, Margareth Régia Lára; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de. **Referências documentárias**. 4. ed. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

MIRANDA, Claudia; AGUIAR, Francisco Lopes de; PIERRO, Maria Clara di (Org.). **Bibliografia básica sobre relações raciais e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000.

MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

_____. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para Entender).

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática S.A., 1986.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1938.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NETO CABRAL, Antônio (Org.). **Política educacional**: desafios e tendências. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). **O avesso da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações raciais e educação**: novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Políticas da Cor).

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico**: técnicas de redação e de pesquisa científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Políticas da Cor).

_____. **Manifesto anti-racista**: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006. (Coleção Políticas da Cor).

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Ardis da imagem**: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Belo Horizonte: Mazza Edições, Ed. PUCMinas, 2001.

PETROBRAS. Apresentação. In ANJOS, Rafael Sanzio Araújo (Pesq.). **Quilombolas**: Tradições e cultura da resistência. André Cipriano (Fot.). São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PROJETO DIGNIDADE. Currais Novos, RN, 2005. (Peça publicitária de divulgação do Projeto Dignidade).

RIBEIRO, Matilde. Apresentação. In ANJOS, Rafael Sanzio Araújo (Pesq.). **Quilombolas**: Tradições e cultura da resistência. André Cipriano (Fot.). São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec; Editora Senac São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z**: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. Rio de Janeiro: Campos, ABR, 1997.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. 7. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1998.

SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil**: a trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos, v. 7).

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, v. 110).

SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Org.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Políticas da Cor).

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luis Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Daniele Dorotéia Rocha da. **Políticas públicas de atendimento a criança**: desafios da ação articulada no Projeto Belém Criança (2001-2004). 2007. f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes quilombolas** – uma poética brasileira. Salvador: EDUFBA: ILÊ AIYÊ, 2004.

SILVA, Martiniano José da. **Racismo à brasileira**: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Anita, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **A verdade seduzida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TARDY, Michel. **O professor e as imagens**. Tradução Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

TEXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **Subsídios para o estudo da história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal, RN: Sebo Vermelho Edições, 2005.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. Tradução Fany Kon. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Debates, v. 308).

ZUANETTI, Rose. **Fotógrafo**: o olhar e o trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Programa Brasil quilombola**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Política da Promoção da Igualdade Racial – SERPIR, 2004.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, DF, 2005.

_____. Lei Darcy Ribeiro (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006a.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006b.

CALDAS, Maria Dalva (Coord.). **Projeto de ação comunitária.** Natal, RN: Programa de Assistência Educacional aos Municípios – PAEM; Currais Novos, RN: Paróquia de Sant’ana, 1985.

GARCIA, Marco Aurélio (Coord.). **Lula Presidente.** Programa de Governo: 2007 / 2010. Brasília, 2007.

RN, GOVERNO DO ESTADO. **Relatório de gestão:** 2003-2005. Natal, RN: Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, 2005.

_____. **Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – RN:** 2007 a 2011. Natal/RN: Secretaria de Justiça e Cidadania Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – CORPPIR, 2007.

ENTREVISTAS

AGENTE DO GOVERNO1. **Conversa informal sobre a visão do(a) entrevistado(a) sobre a ação do Governo na Comunidade.** Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

AGENTE DO GOVERNO2. **Conversa informal sobre a visão do(a) entrevistado(a), sobre a sua atuação e a ação do Governo na Comunidade.** Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

AGENTE DO GOVERNO3. Conversa informal sobre a visão do(a) entrevistado(a) acerca da ação do Governo na Comunidade e as imagens fotográficas apresentadas. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

AGENTE DO GOVERNO4. Conversa informal sobre a visão do(a) entrevistado(a) sobre a ação do Governo na Comunidade e as imagens fotográficas apresentadas. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

MEMBRO DA COMUNIDADE1. Conversa informal sobre o antes da ação do Governo e o momento atual na Comunidade, as expectativas geradas, as mudanças efetivadas e a ausência da escola formal no local. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

MEMBRO DA COMUNIDADE2. Conversa informal sobre como se deu a mudança no processo de trabalho o antes da ação do Governo e o momento atual na Comunidade, as expectativas geradas e as mudanças efetivadas no local. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

MEMBRO DA COMUNIDADE3. Conversa informal sobre o antes da ação do Governo e o momento atual na Comunidade, as expectativas geradas e as mudanças efetivadas no local. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

MEMBRO DA COMUNIDADE4. Conversa informal sobre o antes da ação do Governo e o momento atual na Comunidade, as expectativas geradas e as mudanças efetivadas no local e as imagens fotográficas. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

MEMBRO DA COMUNIDADE5. Conversa informal sobre o antes da ação do Governo, o momento atual na Comunidade, as expectativas geradas, as mudanças efetivadas no local e a ausência da escola formal na comunidade. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2007. 1 fita cassete(60 min.).

PROFESSORAS. Conversa informal sobre a importância da escola formal no contexto da Comunidade dos Negros do Riacho. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete (60 min.).

SILVA, Lopes Maria Bernadete. **Discurso de entrega do título de Comunidade Quilombola aos Negros do Riacho**. Gravação: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.). Gravado em: 04/08/2006.

SILVA, Lopes Maria Bernadete. **Entrevista acerca da importância do título de comunidade quilombola e seus benefícios para a Comunidade dos Negros do Riacho**. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2006. 1 fita cassete(60 min.).

SILVA, Lopes Maria Bernadete. **Entrevista acerca da ratificação do título de comunidade quilombola pela governadora Vilma de Faria**. Entrevistadora: Maria Iglê de Medeiros. Comunidade dos Negros do Riacho, 2007. 1 gravação MP3(5 min.).

PERIÓDICOS - JORNAIS

Comunidade de Currais Novos reconhecida como remanescente de Quilombo: Negros do Riacho foi primeira comunidade beneficiada pelo Dignidade. **Jornal A Notícia**, Currais Novos, p. 9, 16 a 31 ago. 2006, CIDADES.

Comunidade negros do Riacho recebe reconhecimento. **Jornal do Seridó**, Currais Novos, RN, p. 4, 25 jun. a 13 jul. 2006, Caderno GERAL. Ano 2, n. 26.

Dignidade para Negros do Riacho: Currais Novos remanescentes de quilombolas, os Negros do Riacho recebem programa que visa melhorar condições de vida. **Jornal Diário de Natal – O Poti**, Natal, RN, p. 15, 18 set. 2005. Caderno CIDADES.

Famílias de Currais Novos são beneficiadas pelo “Casa da gente” do Governo do Estado. **Jornal do Seridó**, Currais Novos, RN, p. 4, set. 2005. Caderno GERAL. Ano 1, n. 11

Inauguração de obras transforma Negros do Riacho em alternativa para o turismo: mais que uma ação social, o Projeto Dignidade do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Currais Novos vem oferecendo novas oportunidades de trabalho. **Jornal do Seridó**, Currais Novos, RN, p. 5, 12 out. 2005. Caderno CIDADES. Ano 1, n. 12.

Negros do Riacho são assistidos com mais uma ação de cidadania. **Jornal do Seridó**, Currais Novos, RN, p. 4, set. 2005. Caderno GERAL. Ano 1, n. 10.

Negros do Riacho são oficialmente remanescentes de quilombo: representantes da Fundação Cultural Palmares entregam a certidão de Auto-Reconhecimento à comunidade Negros do Riacho. **Jornal do Seridó**, Currais Novos, RN, p. 5, 1 a 16 ago. 2006. Caderno GERAL. Ano 2, n. 29.

Negros do Riacho são reconhecidos: comunidade quilombola do município de Currais Novos agora poderá ser beneficiada por políticas públicas. **Tribuna do Norte**, Natal, RN, p. 7, 5 ago. 2006. Caderno NATAL.

Remanescentes de quilombos reconhecidos no RN: entrega do documento será feito às 16h, mas uma audiência foi realizada pela manhã, com entidades em defesa dos negros do Estado – NEGROS DO RIACHO. **O Jornal de Hoje**, Natal, RN, p. 8, 4 ago. 2006. Caderno Cidades.

SETHAS. Projeto leva dignidade à comunidade de negros do Riacho. **Jornal da SETHAS**, Natal, RN, jun., 2005. p. 2.

Wilma anuncia ampliação da adutora que abastece Currais Novos: o prefeito Zé Lins acompanhou a governadora na solenidade de entrega do certificado de Auto-Reconhecimento aos Negros do Riacho. **Jornal do Seridó**, Currais Novos, RN, p. 4, 5 a 20 ago. 2007. Caderno Geral. Ano 3.

MATERIAL ESPECIAL - VÍDEOS

LINS, Ângela Maria Alves de Barros. Matéria exibida na TV a Cabo. Currais Novos, RN, 2005. (1 DVD cedido pela emissora).

REPÓRTER2. Matéria exibida na TV a Cabo. Currais Novos, RN, 2005. (1 DVD cedido pela emissora).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Idealização e realização: Isa Grinspum Ferraz. 2000. 2 DVDs.

SOUZA NETO. Antônio Galdino de. Matéria exibida na TV a Cabo. Currais Novos, RN, 2005. (1 DVD cedido pela emissora).

SILVA, Joadir. Matéria exibida na TV a Cabo. Currais Novos, RN, 2005. (1 DVD cedido pela emissora).

SITES

ASSECOM. **Comunidades negras também serão beneficiadas pelo “Casa da Gente”**: governadora Wilma de Faria e secretária Márcia maia entregaram os primeiros cheques para reforma. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 5 abr. 2005a.

_____. **Governadora abre conferência estadual para igualdade racial**. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2005b.

_____. **Projeto dignidade chega a comunidade quilombola em Currais Novos**. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2005c.

_____. **Projeto leva dignidade à comunidade quilombola em Currais Novos**: governadora foi recebida com festa pelos moradores da comunidade Negros do Riacho, remanescente de quilombos, a 12 quilômetros de Currais Novos. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2005d.

_____. **“Retratos da Dignidade” chega ao Palácio da Cultura**. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2005e.

_____. **Exposição “Retratos da Dignidade” é instalada em Assu**. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2005f.

_____. **Comunidade Negros do Riacho reconhecida como remanescente de Quilombo**. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2006a.

_____. **Comunidade de Currais Novos reconhecida como remanescente de Quilombo**. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2006b.

_____. **Ações do Governo do Estado se destacam na luta pela igualdade social:** representantes da Fundação Cultural Palmares estão no RN para entregar a certidão de Auto-Reconhecimento a comunidade Negros do Riacho. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2006c.

_____. **Exposição “Retratos da Dignidade” chega a Santa Cruz.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2006d.

_____. **Exposição “Retratos da Dignidade” chega a Nova Cruz.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2006e.

_____. **Exposição “Retratos da Dignidade” será aberta em Macaíba.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2006f.

_____. **Exposição “Retratos da Dignidade” prossegue até sábado em Macaíba.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2006g.

_____. **Exposição “Retratos da Dignidade” continua em Macaíba.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2006h.

_____. **Comunidade remanescente de Quilombo recebe a governadora.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2007a.

_____. **Governadora cumpre agenda nas regiões Seridó e Oeste.** Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2007b.

_____. **Wilma anuncia ampliação da adutora que abastece Currais Novos:** anúncio foi feito durante assinatura de concessão do Proadi para empresa Tomaz Salustino. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2007c.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **“Retratos da Dignidade” chega em Santa Cruz.** Disponível em: <<http://www.fja.rn.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

GURAN, Milton. **Ensaio:** Globalização e fotografia: o perigo do “olhar global”. Disponível em: <http://www.photos.uol.com.br/materia.asp?id_materia=2125>. Acesso em: 6 dez. 2006.

IBGE. **O Brasil do final do século**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

SEMARH. **Governo do estado entrega casas e outros benefícios à comunidade quilombola**. Disponível em: <<http://www.semarh.rn.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2005.

REVISÃO DE LINGUAGEM:

Adriana Rodrigues Gomes
e-mail: adrikkarg@yahoo.com

REVISÃO TÉCNICA:

Andréia Kelly Araújo da Silva
e-mail: andreiakelly@gmail.com

PROJETO GRÁFICO:

Maria Iglê de Medeiros e Anderson Santos

DIREÇÃO DE ARTE:

Maria Iglê de Medeiros
e-mail: igle@hotmail.com

TRATAMENTO DE IMAGENS, EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA E FINALIZAÇÃO:

Anderson Santos
anderson.foto.com@gmail.com
fone: (84) 8869 - 1776

Retratos da Dignidade: Negros do Riacho
Identidade - Educação - Fotografia

RN - GOVERNO DO ESTADO - Fotografia Cedida, Natal, RN
Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS

Referências Iconográficas:



JORNAL DO SERIDÓ - Fotografia Cedida, Currais Novos, RN.



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

Identidade - Educação - Fotografia

PARÓQUIA DE SANTANA - Fotografia Cedida, Currais Novos, RN



MEDEIROS, Maria Iglé - Comunidade dos Negros do Riacho, Currais Novos, RN - 2006.
Camera Modelo: EVOLT - 300 - Captura Digital



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

Identidade - Educação - Fotografia

MEDEIROS, Maria Iglê - Comunidade dos Negros do Riacho, Currais Novos, RN - 2006.
 Câmera Modelo: EVOLT - 300 - Captura Digital.



MEDEIROS, Maria Iglê - Comunidade dos Negros do Riacho, Currais Novos, RN - 2006.
 Câmera Modelo: EVOLT - 300 - Captura Digital (Fotografias Manipuladas Digitalmente)



Retratos da Dignidade: Negros do Riacho

Identidade - Educação - Fotografia

MEDEIROS, Mana Igê. - Comunidade dos Negros do Riacho, Currais Novos, RN - 2007.
Câmera Modelo: EVOLT - 300 - Captura Digital.



Anexos



ANEXOS

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
MODELO – 1 (DESTINADA ÀS CRIANÇAS DO RIACHO).**

1. Você gosta de fotografia? Por quê?
2. Você gosta de se ver nas fotografias? Sim Não
3. Como você se vê na fotografia?
4. Você se acha bonito na fotografia?
5. Há diferenças entre essas fotografias?⁷⁷ Sim (quais?) Não
6. Você tem foto em casa? Sim Não

⁷⁷ (Nesta atividade mostraremos às crianças do Riacho (em sala de aula) algumas fotografias e material publicitário utilizado pelo Governo do Estado, bem como fotografias capturadas pela pesquisadora).

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

MODELO – 2 (DESTINADA ÀS PESSOAS DA COMUNIDADE. O RECORTE SERÁ DE 06 PESSOAS. SENDO QUE 03 RESPONDE PELA COMUNIDADE E 03 RESPONDE PELA ASSOCIAÇÃO, REPRESENTANDO A COMUNIDADE OFICIALMENTE).

1. Desde quando os Negros do Riacho habitam essa terra?
2. Que avaliação você faz da comunidade?
3. Você se lembra de quantos grupos já passaram pelo Riacho e desenvolveram projetos?
4. Se sim: Quais projetos foram esses? Quem os desenvolveu? (qual órgão ou instituição)
5. Que avaliação você faz desses projetos?
6. Como você avalia a intervenção do Governo do Estado nesta comunidade?
7. Vocês têm acesso ao material publicado nos jornais, revistas, sites e TV?
8. Como você se vê retratado nas fotos de responsabilidade do Governo do Estado? (nesse momento entregar uma foto para eles)
9. Você gosta de se ver retratado nos jornais, revistas, sites e TV? Por quê? Como você se sente?
10. Você se reconhece descendente de quilombo?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS**MODELO – 3 (DESTINADA AOS AGENTES DO GOVERNO: Márcia Maia, Antônio Galdino e Fernando Antônio)⁷⁸**

1. Qual a origem do Projeto Dignidade?
2. Como as ações foram e estão sendo desenvolvidas?
3. Qual a importância dessa ação para a comunidade?
4. Qual o papel e a importância da educação nesse projeto?
5. Quais os recursos disponíveis para a educação?
6. Qual a importância dessa política para o Estado como um todo?

⁷⁸ As entrevistas não foram viáveis os referidos representantes do governo não puderam nos atender alegando agenda cheia, mesmo a pesquisadora levando ofício da Universidade.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS**MODELO – 4 (DESTINADA AO PREFEITO DE CURRAIS NOVOS JOZÉ LINS E A SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL ÂNGELA LINS).**

1. Qual a importância do Projeto Dignidade para o município? E para a Comunidade?
2. Quais foram as motivações para o engajamento do município e da secretária de ação social neste projeto?
3. Que observações você faz depois dessa intervenção?
4. Como você ver a comunidade antes e depois da intervenção do governo?
5. Qual a importância da educação nesse projeto? Quais as ações que estão sendo desenvolvidas na área educacional a partir desta intervenção?
6. Após 04/08/2008 data em que oficialmente a comunidade recebeu da Fundação Palmares o título de Comunidade Quilombola, o que mudou?
7. Como a comunidade recebeu o Projeto Dignidade e qual o engajamento deles no Projeto?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS**MODELO – 5** (DESTINADA À MARIA BERNANDETE LOPES DA SILVA – REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO PALMARES EM 04/08/2006).

1. Como a senhora descreve este momento de políticas afirmativas de governo para o fortalecimento da identidade da população quilombola?
2. Como a senhora vê a emergência de superação dos atrasos históricos de inserção/inclusão dos Quilombos na realidade brasileira?
3. Qual a importância da entrega do título de Comunidade Quilombola para as políticas afirmativas nesta comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

MODELO – 6 (DESTINADA A MARIA BERNANDETE LOPES DA SILVA – REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO PALMARES EM 2007 REFERENTE A RATIFICAÇÃO DO TÍTULO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA PELA GOVERNADORA VILMA DE FARIA).

1. Como a senhora vê a ratificação do título de Comunidade Quilombola feito pela governadora Vilma de Faria, um ano após a entrega oficial do título pela Fundação Palmares?



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da
Assistência Social – SETHAS
Assessoria Técnica



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que a aluna MARIA IGLÊ DE MEDEIROS, estudante do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, sob a matrícula nº. 200680455, está autorizada a fazer uso das imagens cedidas por esta Secretaria denominada SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SETHAS, nas seguintes situações: Estudos e pesquisas, em atividades sem fins lucrativos e com os devidos créditos de propriedade, de com a Lei de Direitos Autorais, nº. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Ficando expressamente proibido o uso das imagens sem a prévia autorização da referida entidade, para quaisquer outros fins.

Natal/ RN, 02 de abril de 2008.


Manoel Eustáquio de Barros
Coordenador da Assessoria Técnica – em exercício

Jornal do Seridó

ONDE A REGIÃO É NOTÍCIA

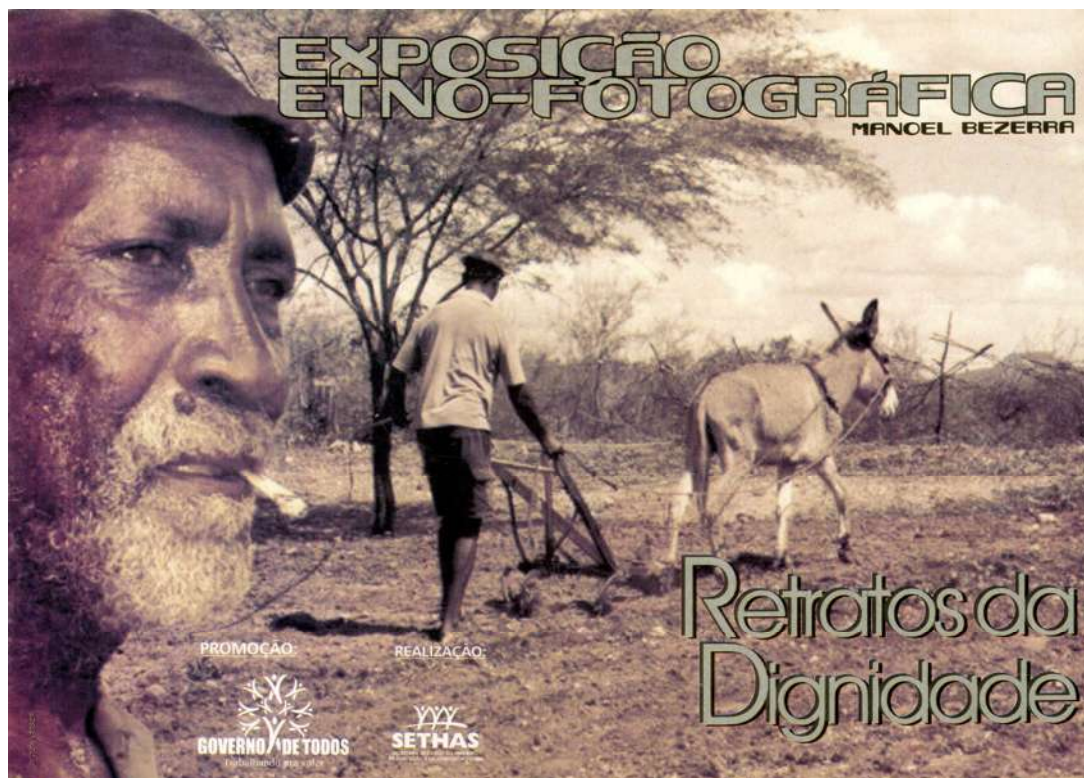
Av. Getúlio Vargas, 1342 – Manoel Salustino
Currais Novos – 84-3412-0040
jornaldoserido@uol.com.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que a aluna Maria Iglê de Medeiros, estudante do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, sob a matrícula nº 200680455, está autorizada a fazer uso das imagens cedidas por esta empresa jornalística denominada JORNAL DO SERIDÓ LTDA., CNPJ 07.249.318/0001-50, nas seguintes situações: ESTUDOS E PESQUISAS, EM ATIVIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E COM OS DEVIDOS CRÉDITOS DE PROPRIEDADE, de acordo com a Lei de Direitos Autorais, nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Ficando expressamente proibido o uso das imagens sem a prévia autorização da referida entidade, para quaisquer outros fins.

Currais Novos, 05 de agosto de 2006.


Mazilton de Lucena Galvão
Sócio Gerente
CPF: 025.451.344-14
JORNAL DO SERIDÓ LTDA



EXPOSIÇÃO ETNO-FOTOGRAFICA RETRATOS DA DIGNIDADE MANOEL BEZERRA

Quando a lente do fotógrafo captura determinada imagem, automaticamente, o olhar deste artista permanece guardado na fotografia revelada.

O olhar fotográfico de Manoel Bezerra sobre os Negros do Riacho guardará, em definitivo, uma nova forma de percebê-los.

As imagens perpetuadas em retratos em branco e preto mostram a vida de uma comunidade pelo que lhe é mais singular, o seu cotidiano. A beleza contida na simplicidade do ser. A maneira de caminhar, de sentar, de falar, de trabalhar, de divertir-se, atos tão simples inerentes ao seu cotidiano é o que os distingue, o que os torna singulares no cenário da cidade.

As belas linhas dos rostos, as silhuetas longilíneas dos corpos aliadas as atividades corriqueiras da vida da comunidade do Bonsucesso dos Negros do Riacho, e que foi artisticamente capturada pela lente angular do fotógrafo Manoel Bezerra constituem a essência desta exposição. Um novo olhar, um outro olhar sobre algo que nos é familiar.

Ao reunirmos estas fotografias e apresentá-las ao público, identificamos e singularizamos uma parcela da sociedade curraisnovense. Os Negros do Riacho, parte da história local, dos primórdios da ocupação do território seridoense: vaqueiros, escravos, homens e mulheres do sertão.

Identidade: Sentimento de permanência e pertencimento. Registro e memória, ações do fotógrafo-historiador. Com esta exposição materializamos a memória de um povo e de um lugar. Esta é uma maneira de agradecer-lhes pela sua presença na história do nosso lugar, tornando-os visíveis, únicos nas fotografias apresentadas.

O tempo, o grande senhor, nos mostra a necessidade de reescrevermos alguns capítulos da história. É o que pretendemos aqui, com esta exposição. Ela é uma nova história que a nossa cultura deve registrar e guardar.

Secretaria Municipal de Cultura, ao assumirem o compromisso com a efetivação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, resgatam o passado como fonte de conhecimento para o presente, exemplo que deve ser seguido por todos os governantes.

Maria da Conceição Guilherme Coelho
Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FICHA TÉCNICA: Concepção e Organização: Prof. Antonio Galdino - Ambientação: Arquiteto Claudinê Lima - Arte: Wagner Rodrigues - Fotos: Fotógrafo Historiador: Manoel Bezerra

A Governadora Professora Wilma Maria de Faria e a Deputada Márcia Maia



Com nossos cumprimentos, receba
exemplar do Projeto DIGNIDADE em execução
no Município de Currais Novos.

Maio de 2006.

Fernando Antonio Bezerra
Secretário da SETHAS

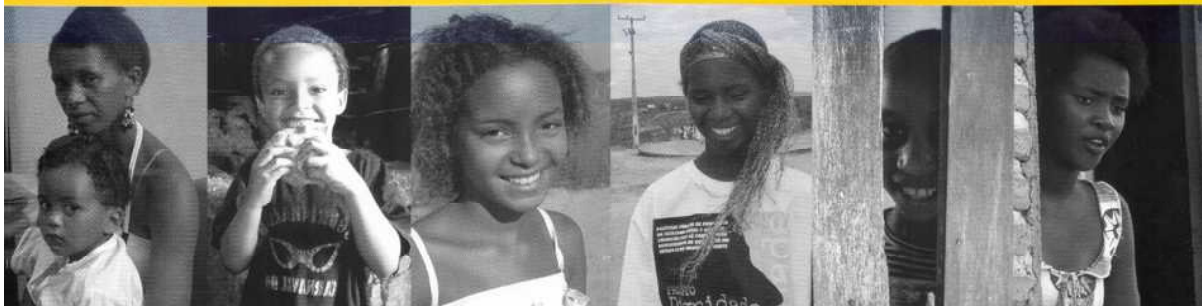
PROJETO

Dignidade

NEGROS DO RIACHO
CURRAIS NOVOS-RN | BRASIL



**“NINGUÉM NASCE ODIANDO OUTRA PESSOA PELA COR DE SUA PELE,
POR SUA ORIGEM OU AINDA POR SUA RELIGIÃO.**



**PARA ODIAR, AS PESSOAS PRECISAM APRENDER;
E, SE PODEM APRENDER A ODIAR, PODEM SER ENSinADAS A AMAR.”**

NELSON MANDELA

“No one is born hating another person because of the colour of his skin, or his background, or his religion. People must learn to hate, and if they can learn to hate, they can be taught to love...”

Nelson Mandela



REFLEXÃO

A história dos Negros do Riacho precisa ser recontada sob outra ótica. A ótica da cidadania. Basta de tratá-los como pobres, cotejados, incapazes, preguiçosos, vitimizadas, enfim; numa clara demonstração de preconceito racial.

Os Negros do Riacho são cidadãos de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais garantidos constitucionalmente.

Fizemos a primeira etapa, levando políticas estruturantes como moradia, água e unidade de produção de cerâmica. Tudo sob a inspiração, sob o olhar cuidadoso e qualificado da governadora, professora Wilma de Faria.

Fizemos uma diminuição no estado de miséria absoluta, de abandono, de negligência em que encontramos, em fevereiro de 2005, as 42 famílias que habitam a comunidade de Negros do Riacho.

Mas ainda falta mais, muito mais.

Precisamos reunir outras forças, somar esforços. São bem vindos os empresários, os comerciantes, os agentes bancários, as igrejas, os artistas, os intelectuais, os os professores e os estudantes.

Estão todos convidados a contribuir para a emancipação deste povo. Em vez de esmola, ofereçam oportunidade de trabalho e renda.

O problema da fome, da pobreza não diz respeito apenas ao Poder Público. Combater as desigualdades diz respeito ao conjunto da sociedade. Todos estão convocados a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos Negros do Riacho.

Contando com moradia digna, acesso aos serviços básicos e tendo oportunidade de trabalhar e gerar sua própria renda, os Negros do Riacho terão aquilo que não se pode negar nem tirar de qualquer ser humano: dignidade.

Reflection

The history of the “Blacks of the Stream” needs to be re-written under another points of view. By the angle of the citizenship. It is enough to treat them as poor, incapable, sluggish, at last, in a clear demonstration of racial prejudice. The “Blacks of the Stream” are citizens of social rights, economic, cultural politicians and guaranteed constitutionally. We made the first stage, taking basics politics as housing, water and unit of ceramics production. Everything under the inspiration, under the careful and qualified look of the governor, teacher Wilma de Faria. We made a reduction in the state of absolute misery of abandonment, of recklessness where we find, in February of 2005, the 42 families who inhabit the community of Blacks of the Stream.

But this is not enough. We need to congregates other forces, to add efforts. The entrepreneurs are welcome. And the traders, the banking agents, the churches, the artists, the intellectuals, the professors and the students.

They are all guests to contribute for the emancipation of this people. Instead of alms, they offer a chance of work and income. The problem of the hunger and the poverty does not belong just to the Authorities. To fight the inequalities it belongs to the set of the society. All are convoked to contribute for the improvement the Blacks of the Stream's life quality.

Counting on worthy housing, access to the basic services and having chance to work and to generate its proper income, the Blacks of the Stream will have what if I cannot deny nor take off of any human being: dignity.

PROJETO DIGNIDADE

PROJECT DIGNITY



Política de Promoção da Igualdade Social e Ações de Cidadania para as Comunidades Remanescentes de Quilombos



Politics of Promotion of the Social Equality and Action of Citizenship for the Remaining Communities of Quilombos.

A DESCOBERTA

O Projeto Dignidade começou em fevereiro de 2005. Seguindo uma tendência nacional de promover a reparação social junto à população negra do País, a então secretária titular da SETHAS (SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL), deputada Márcia Maia, determinou a formação de uma equipe multiprofissional para visitar as comunidades negras do Rio Grande do Norte. O trabalho teve como referência as informações disponibilizadas pelo Centro de Cartografia e Informações Geográficas, da Unidade de Brasília UNB, que apontava a existência de 64 comunidades remanescentes de quilombos no Estado.

Dentre as várias comunidades visitadas nos municípios de Ceará Mirim, Touros, Extremoz, Macaíba, Bom Jesus, Parelhas e Currais Novos, uma chamou atenção pelas precárias condições de vida dos seus habitantes. Distantes 13 quilômetros da sede do município de Currais Novos, a comunidade estava morrendo de fome e de sede e sem ter oportunidades.

O diagnóstico foi apresentado à secretária Márcia Maia que o transmitiu à governadora Wilma de Faria. Esta determinou, de imediato, uma ação social na comunidade, ressaltando que toda e qualquer ação governamental em Negros do Riacho somente deveria se efetivar após ouvir os habitantes. Assim começou a intervenção social lenta, gradual e em parceria com várias secretarias do Governo do Estado. A Prefeitura Municipal de Currais Novos, por intermédio da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, garantiu todo o apoio e se fez presente em todas as etapas.

THE DISCOVERY

The Project Dignity started in February of 2005. Following a national trend to promote the social repairing to the black population of the Country, the titular Secretary of the SETHAS (STATE SECRETARY OF THE WORK, OF THE HABITATION AND THE SOCIAL ASSISTANCE), Márcia Maia, member of the house of representatives, she determined the creation of a multiprofessional team to visit the Rio Grande do Norte's blacks communities. The work had as reference the information yielded for the Center of Cartography and Geographic Information, of the University of Brasília, UNB, that it pointed the existence of 64 remaining communities of quilombos in the State.

Amongst the some communities visited in the cities of Ceará-Mirim, Touros, Extremoz, Macaíba, Bom Jesus, Parelhas and Currais Novos, one attracted attention for the precarious conditions life of its inhabitants. Distant 13 kilometers of the city of Currais Novos, the community was dying of hunger and thirst and not having chances. The diagnosis was presented to Secretary Márcia Maia who transmitted to Governor Wilma de Faria. She determined, immediately, a social action in the community, standing out that all and any governmental action in Blacks of the Stream would only have after to be accomplished to hear the inhabitants.

Thus the slow social intervention started, gradual and in partnership with some secretariats of the Government of the State. The Municipal City hall of Currais Novos, through the City Department of the Work, of the Habitation and the Social Assistance, it guaranteed the support all and made itself present in all stages.



MARCAS DA MUDANÇA

Iniciado o processo de visitas e reuniões com a comunidade, os moradores de Negros do Riacho passaram a discutir suas prioridades e expressar suas reivindicações. Este processo contou com a participação da então secretária Márcia Maia, numa demonstração do compromisso institucional com a melhoria da qualidade de vida daquela população.

As prioridades foram determinadas pelos moradores. Iniciou-se então o processo de melhorias, que resultou, numa primeira, nos seguintes ações:

Promoção do Dia da Cidadania, quando todos os jovens e adultos foram levados para a Central do Cidadão de Curralis Novos e ali puderam obter documentos básicos, como a carteira de identidade;

Reforma do Centro Social local, com estrutura para funcionar durante o dia com o serviço de atendimento médico e à noite como local de reuniões de jovens e adultos. Nos finais de semana, o local é usado para atividades comunitárias;

Terraplanagem de terreno usado como campo de futebol;

Entrega de material esportivo (uniformes e chuteiras), uma antiga aspiração dos jovens que têm no futebol a única forma de lazer;

Substituição do catavento, perfuração de poços e implantação de um dessalinizador para fornecimento de água potável a toda a comunidade;

Construção de uma unidade de produção de cerâmica e implantação de uma espécie de show-room para a venda dos produtos no próprio local;

Parceria com o Sebrae para oferta de curso de treinamento, com objetivo de aperfeiçoar as peças produzidas, mantendo-se os traços locais e introduzindo novos modelos de acordo com o mercado

Entrega de um pequeno parque de diversões para as crianças

MARKS OF CHANGE

Having beginning the process of visits and meetings with the community, the inhabitants of Blacks of the Stream had started to argue their priorities and and express their claim. This process counted on the participation of then Secretary Márcia Maia, in a demonstration of the institutional commitment with the improvement of the quality of life of that population.

The priorities had been determined by the inhabitants. The process of improvements was initiated then, that it resulted, in a first one, in the following actions:

Creation of the Day of the Citizenship, when all young and adults had been taken to the Central office of the Citizen of Curralis Novos and there they had been able to get basic documents, as the identity card;

The Reformation of the local Social Center, with structure to function during the day with the service of medical attendance and at night as local reunions of adults and young. On the weekends, the place is used for communitarian activities;

Adjustments in soccer field;

Delivery of material of sports, one old aspiration of the young that has in the soccer the only form of leisure;

Substitution of the weather vane, perforation of wells and implantation of a machine that removes salt of the water, providing drinking and good water to all the community;

Construction of a unit of ceramics production and implantation of a kind of show-room to commercialize the products in the proper place;

Partnership with SEBRAE for offers of training course, with objective to perfect the produced parts, remaining the local traces and introducing new models in accordance with the market's needs;

Construction of a playground for the children;



Construction of place for the practices of sports, meetings and parties of the community;
Construction of 16 masonry houses, substituting the ones made of adobe and the wood (construction in the same place, respecting the original drawing of the community). An old house remained as memorial.
The Reformation of 27 old masonry houses, through the State Program of Habitation "Casa da Gente", of the Government of the State.

Construção de arena para a prática de esportes, reuniões e festas da comunidade

Construção de 16 casas de alvenaria, substituindo as de taipa (construção no mesmo local, respeitando o desenho original da comunidade). Uma casa de taipa permaneceu como memorial

Reforma de 27 casas antigas de alvenaria, através do Programa Estadual de Habitação Casa da Gente, do Governo do Estado



RETOMANDO O CAMINHO

Ocupando uma área de 3,6 hectares no sítio Bonsucesso, distante 13 quilômetros de Currais Novos e 180 quilômetros de Natal, a comunidade de Negros do Riacho, formada a partir do final do século 19, viveu sempre à margem da sociedade, em processo permanente de exclusão.

O Projeto Dignidade dá início, de forma concreta, a um processo de reparação desta longa e histórica dívida social. Tudo está e continuará sendo feito sem paternalismos. O processo de desenvolvimento e a conquista da autonomia devem ser assumidos e conduzidos pela própria comunidade. Os habitantes de Negros do Riacho devem assumir o seu papel de protagonistas do próprio destino.

O Projeto Dignidade não é manifestação de solidariedade; é a garantia de direitos individuais. Nada chegou à comunidade como favor ou ato humanitário. Trata-se de uma política pública de reparação.

A comunidade conta, agora, com moradias dignas, água potável, unidade de produção, espaço para lazer, além de acesso aos serviços de saúde e educação.

Em setembro de 2005, um fato histórico: a criação da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Negros do Riacho.

O processo de emancipação está apenas começando.

RETAKEING THE WAY

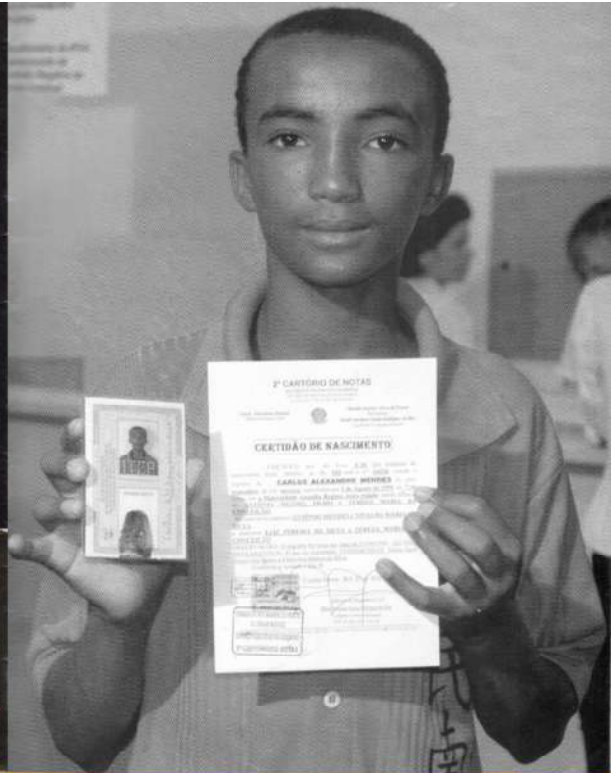
Occupying an area of 3,6 hectares in the "Bonsucesso" small farm, distant 13 kilometers of Currais Novos and 180 kilometers of Natal, the community "Blacks of the Stream", formed from the end of century 19, it always lived to the edge of the society, in permanent process of exclusion.

The Project Dignity gives beginning, of concrete form, to a process of repairing of this long and historical social debt. Everything is and will continue being done without paternalisms. The process of development and the conquest of the autonomy must be assumed and be lead by the proper community. The inhabitants of "Blacks of the Stream must assume its role of protagonists of the proper destination.

The Project Dignity is not manifestation of solidarity; it is the guarantee of individual rights. Nothing it arrived at the community as favor or humanitarian act. One is about one public politics of repairing.

The community counts, now, with worthy housings, drinking waters, unit of production, space for diversion, beyond access to the services of health and education. In September of 2005, a historical fact: the creation of the Association of Communitarian Development of the "Blacks of the Stream".

The emancipation process is only starting.



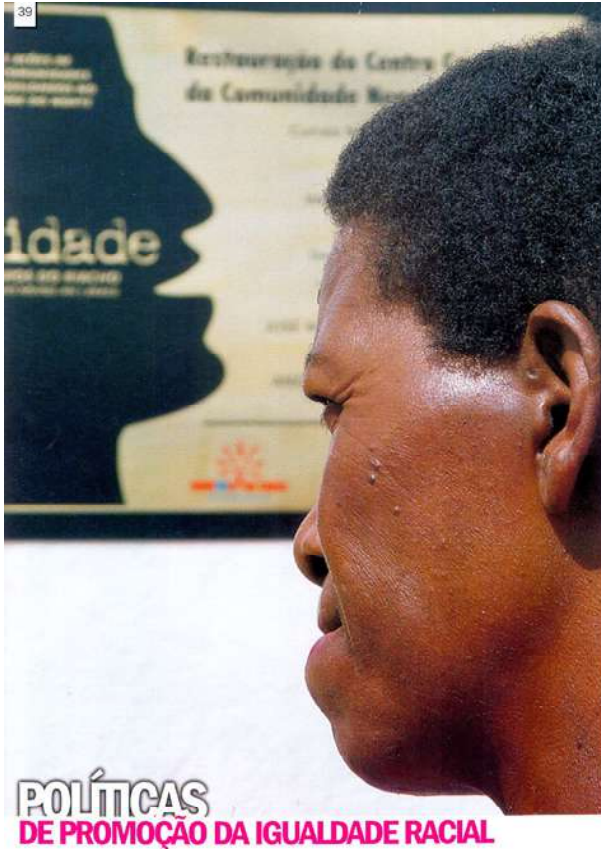
Publicação de responsabilidade da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado do Trabalho, do Trabalho, do Trabalho e da Assistência Social - SETRAS
 Edição: Gerson de Castro - Arte: Paulo Góes. Fotos: Laurivam de Souza e Manoel Bezerra
 Coordenação do Projeto Dignidade: Antônio Galvão de Souza Neto
 www.setras.m.gov.br e-mail: setras@m.gov.br



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2003-2005





POÍTICAS
DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL



PROJETO DIGNIDADE

O PROJETO DIGNIDADE traduz os propósitos do Governo do Estado através da SETHAS, de promover reparação social, buscando eliminar todas as formas de preconceitos, discriminação e segregação social e sobretudo, com a grande tarefa de corrigir as injustiças cometidas contra a população negra no passado, cujas consequências estão presentes nos nossos dias.

Estudos apontam a existência de aproximadamente 60 Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Rio Grande do Norte.

Dentre as várias Comunidades visitadas pela SETHAS, uma chamou a atenção, pelas precárias condições de vida. Uma população literalmente morrendo de fome, sede e por falta de oportunidades. Assim foi identificada a

Comunidade Remanescente de Quilombo Negro do Riacho, distante 13 km do centro de Currais Novos.

A Comunidade Negro do Riacho, é eleita como laboratório social, onde os 182 moradores vivem hoje, uma nova perspectiva de vida.

O PROJETO DIGNIDADE após realizar um profundo diagnóstico da realidade daquela população efetua mudanças substanciais na qualidade de vida de suas 42 famílias. É um processo de escuta contínuo, onde a comunidade explicita suas demandas e elige as prioridades. O Governo assume o papel propulsor, levando políticas públicas e ações de cidadania, tendo a população como protagonista de seu próprio projeto de mudanças em níveis emancipatórios.

Algumas ações visíveis podem ser apontadas como marcas da mudança:

- Concessão de documentos civis (97% da população sequer dispunha de registro de nascimento);
- Visitas da tria da SETHAS à Comunidade para discutir agenda de intervenções;
- Encontros da Governadora Wilma de Faria com o segmento Negro do Seridó para escutar suas demandas e assumir compromissos;
- Restauração e adaptação do Centro Social encontrado em ruínas;
- Construção de 15 casas de alvenaria substituindo as 15 casas de taipa, motivo de apreensão por parte de seus moradores, pelas condições sub-humanas em que viviam;
- Realização de reformas nas 28 casas de alvenaria, construídas há 20 anos necessitando de melhorias;
- Substituição de Cota vento, construção de calhas d'água e instalação de uma usina de dessalinização, oferecendo água potável para todos;
- Construção de uma arena para as atividades esportiva e culturais da comunidade;
- Construção e instalação de uma unidade de produção e venda de cerâmica (traço cultural da comunidade e fator de sobrevivência);
- Oferta de cursos para geração de renda com ênfase no artesanato de cerâmica;
- Assessoramento na formação da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Negros do Riacho, importante organização social do povo negro, funcionando como interlocução Negro do Riacho/ mundo exterior;
- Incentivo às práticas do esporte como elemento de coesão e difusão de valores da comunidade;
- Organização de grupos de adolescentes e de mulheres, com ações que fomentam o fortalecimento da auto-estima;
- Realização de ações complementares SETHAS/ SEARA/ Recursos Hídricos/ CODIMM/ Prefeitura Municipal de Currais Novos;
- Organização e difusão da realidade dos Negros do Riacho, através de exposição fotográfica denominada Retratos da Dignidade, em itinerância por várias cidades do Rio Grande do Norte





Outras Comunidades Remanescentes de Quilombos existentes nas diferentes regiões do Estado, também serão contempladas pelo Projeto Dignidade.

O Governo Wilma de Faria é o primeiro governo do Rio Grande do Norte, a assumir o compromisso histórico de incorporar ao seu projeto de gestão, a Promoção da Igualdade Racial das populações Remanescentes de

Quilombo, e um dos poucos do país, a enfrentar a dívida social que o Brasil tem para com o povo negro superando a violação, até então, de seus direitos como cidadãos, como brasileiros.

Até o presente momento foi investido R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas ações desenvolvidas na comunidade Negros do Riacho, recursos estes, exclusivamente do Governo do Estado.



PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL AOS MUNICÍPIOS
PAEM - NATAL - RN
PARÓQUIA DE SANT'ANA
CURRAIS NOVOS - RN

PROJETO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

CURRAIS NOVOS - 1985



EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenadora:

Maria Dalva Caldas

Componentes:

Angela Maria Pereira

Edneide Pinheiro Galvão

Suely Pinheiro de Andrade

1. OBJETIVOS:

1.1. GERAIS

- . Caracterizar os problemas fundamentais dos "Negros do Riacho".
- . Buscar soluções para os problemas diagnosticados como prioritários.

1.2. ESPECÍFICOS:

- . Constatar as condições que a comunidade "Riacho dos Angicos" dispõe, com relação à saúde e educação.
 - . Promover a organização comunitária, visando a identificação e solução de problemas de forma conjunta.
-
-
-
-

2. A POPULAÇÃO NEGRA

Para entendermos a situação atual da população negra no Brasil é preciso recorrer à sua história, que não foi uma história qualquer, mas sim uma história de muito sofrimento, de muita exploração e de muita injustiça.

O negro emigrou da África para o Brasil, mas sua forma de emigração não foi por vontade própria e sim uma deportação forçada. Pode-se dizer que quase todas as emigrações são forçadas e assim também os emigrantes europeus que aqui chegaram no fim do século passado, também emigraram forçados pelo desemprego, pela fome.

O que diferencia a emigração européia da africana é que a maioria dos europeus que emigraram fizeram-no para tentar melhorar de vida. Com os negros deu-se justamente o inverso. Na maioria eram livres e foram caçados como bicho do mato para se tornarem escravos. Se tinha alguma esperança na África, aqui era para perder todo e qualquer pensamento concernente à mudança e melhora de suas vidas.

Vê-se que os negros não emigraram por vontade própria mas foram obrigados, depois de caçados e vendidos. Aqui, encontraram como acolhida um regime de trabalho escravo, não por alguns anos, mas por toda a vida; não só para si, mas para os filhos que os sucederão. Viviam num regime onde todos tinham inúmeros deveres porém nenhum direito.

Há muita discussão sobre o número de escravos que entraram no Brasil durante os três séculos e meio que durou o tráfico escravo.

Na tabela abaixo apresenta-se uma demonstração do tráfico negro.

Fonte: Bergman, Michel, Nasce um povo, Vozes, 1977.

ANOS	NÚMERO EM MILHARES	MÉDIA ANUAL
1501/1600	50,0	500
1601/1700	560,0	5.600
1701/1810	1.891,0	17.194
1811/1850	1.145,4	28.635
T O T A L	31.646,4	10.425

O que se pode verificar pelas médias anuais é que o número de escravos que entrava no Brasil aumentava em cada século, tornando-se o tráfico uma atividade cada vez mais importante.

Nos séculos XVI e XVII os escravos vieram, principalmente, para o litoral nordestino de Salvador até a Paraíba, com maiores concentrações na Bahia e em Pernambuco, onde se encontrava o maior número de engenhos de açúcar.

No século XIX, período em que entrava o maior número de escravos por ano, o principal responsável por essa situação foi o café. A zona que mais importou escravos foi a do vale do Paraíba.

Com a interrupção do tráfico, justamente no período de plena expansão, tornou-se aguda a falta de mão-de-obra. Assim, além do deslocamento de escravos da África para o Brasil, houve no final da escravidão, entre os anos de 1850 e 1888, um importante deslocamento de escravos do Nordeste para o Sul do Brasil, nas regiões onde se plantava o café.

2.1. A população negra no Rio Grande do Norte

Não tivemos importação direta da África. O mercado vendedor era Pernambuco. O único africano puro que chegou a Natal, Paulo Africano, pescador, dançador de zambê e tocador de flauta, dizia ter desembarcado em Sarinhaém. Faleceu, em Natal, a 23 de abril de 1805.

Os escravos eram comprados nos engenhos pernambucanos. Escolhiam-se os mais novos. A reserva norte-rio-grandense era pequena. Terra de capitais minúsculos, não havia ambiente para maiores aquisições. Os negros eram poucos nessa província.

O elemento negro não foi decisivo ou dispensável no trabalho da agricultura ou pecuária.

Em discurso de 1º de setembro de 1848, Cassimiro José de Moraes Sarmiento, deputado pelo Rio Grande do Norte e ex-presidente afirma que o trabalho do escravo não é necessário.

No Rio Grande do Norte há poucos escravos. Quase toda a agricultura é feita por braços livres.

2.2. A população negra em Currais Novos

Segundo artigos publicados em periódicos deste Estado, a origem do grupo é de formação bem remota. Vieram de Pernambuco, depois de eliminada a escravidão (Lei Áurea de 1888).

A partir dessa libertação foi-se fixando o negro, nas pequenas comunidades rurais.

Os primeiros negros que chegaram à região apossaram-se das terras em que vivem até hoje seus descendentes e atuais habitantes. Tornaram-se posseiros de um diâmetro de terra de aproximadamente seis quilômetros, onde a terra é trabalhada por todos aqueles que pertencem à comunidade.

a. Organização

A denominação "Negros do Riacho" é dada aos habitantes da margem de um riacho, município de Currais Novos, neste Estado, distante 13 quilômetros da cidade.

b) Localização

O sítio Riacho dos Angicos, vulgamente chamado "Negros do Riacho", localizado a 13 quilômetros da cidade de Currais Novos, é habitado por um grupo de negros aproximadamente cento e quarenta e duas pessoas, descendentes de escravos. A presença do grupo nesta pequena comunidade rural, deve-se por procura de espaço para sua

sobrevivência, consequência de sua "liberdade" e o modo diferente de produção.

Após a libertação dos escravos, os negros fugiam e localizavam-se em pequenas aldeias e meios rurais, para se organizarem e sobreviverem livremente.

2.3. Os habitantes e a vida da comunidade

Suas casas são armadas com pau de aveloz ou jurema, rebocadas com barro, cobertas de palha. Uma minoria é coberta de telhas (anexo).

Cada uma das casas é habitada por pessoas ligadas entre si por laços de parentesco, pai, mãe e filhos solteiros. Os filhos, quando casam, passam a residir em outra casa, porém sem sair de sua comunidade, constituindo um trabalho separado. É através do acasalamento que se forma uma nova família, um novo grupo de trabalho.

Com relação às atividades cotidianas dos membros da unidade familiar, existe uma divisão de tarefas que corresponde à separação por sexo e por idade dos diferentes membros.

Das tarefas desenvolvidas, muitas vezes são excluídos os doentes e as crianças pequenas.

As mulheres mais velhas, por terem mais conhecimento e prática, coordenam os trabalhos. As demais, como também as crianças, são seus ajudantes. São responsáveis pelo trabalho da cerâmica, que aproveitam a água do riacho e a terra, de onde tiram a argila para modelar diversos utensílios domésticos, tais como: potes, pratos, alguidares, etc...

As principais atividades econômicas são a cerâmica e o carvão.

Os homens, na sua maioria, possuem um temperamento explosivo. São ríspidos e grosseiros. São acomodados. Quase todos são sustentados pelas mulheres. Alguns chegam até a obrigá-las a pedir esmolas na cidade para ajudar na alimentação da semana.

As casas são mal-feitas e mal-acabadas. Não sabem fazer. Os antepassados é que construíam com mais eficácia.

Gostam da pinga. às vezes deixam de comprar o alimento para comprar uma garrafa de cana.

Conversando com uma negra ela acrescentou:

"Os nossos antepassados não bebiam muito. Mas hoje é só o que sabem fazer. Resultado: a fome ataca, a bebida enfraquece, estraga a cabeça e desgasta o homem. Muitas vezes a comida do dia é cana e água".

É importante frisar que as mulheres também bebem. Nos finais de semana, geralmente, estão todos bêbados.

A alimentação, quando aparece, é o feijão, jerimum, repadura e farinha.

É comum para a comunidade, a poligamia. O homem, geralmente tem várias mulheres e às vezes são irmãs. As mulheres normalmente, assumem o trabalho da cerâmica para o sustento da família. O homem quando não trabalha como diarista fora de sua comunidade, vive às custas de suas mulheres. Alguns chegam a bater nas mulheres quando não encontram alguma coisa para comer. Há homens que pedem para a mulher não tomar banho.

As crianças cuidam de seus irmãos menores ou ajudam as mães nos trabalhos domésticos. Algumas estudam. Suas diversões é brincar de toca, esconde-esconde, etc...

Suas roupas são as mais simples possíveis, especialmente as mulheres mais idosas. As jovens já usam colares bem coloridos e pulseiras. Não têm o hábito de lavar roupa, quando as mesmas estão sujas, vestem pelo avesso.

2.4. Religião

A religião predominantes é a católica. O Santo preferido é São João. E é por esta razão que os pais registram seus filhos neste mês, embora tenham nascido em outro.

Acreditam profundamente que tudo que acontece é porque Deus quer. Ele criou tudo e é por isso que acontece única e exclusivamente aquilo que ele quer.

Deus é nosso Pai do Céu e da Terra. É Ele quem governa o mun-

do. Só chove se Deus quiser. Só trabalha se Deus quiser.

Em um bate-papo, uma negra dizia:

"- Mia fia, só vem chuva se Deus quiser. Sem o cunseimento dele não chove. Todos tem que ser abaixo de Deus".

2.5. Suas principais festas

Os antepassados festejavam o dia de São Sebastião nos dias 20 e 21 de janeiro. Tinha novena e convidados vindo do Serrote do Melo e concentravam-se em uma residência. Reuniam-se muitas pessoas e havia um grande leilão acompanhado de um animadíssimo forró.

Dando continuidade à festa, havia o toque de "pife", batuque de caixa e zabumba.

Brincavam até duas horas da manhã. Após esse ritmo musical, começava o baile até amanhecer.

Festa de Reis - 06 de janeiro

Os primeiros negros que chegaram a essa localidade festejavam o dia de Reis.

Essa comemoração desenvolvia-se assim:

Inicialmente, apresentava-se uma melodia com o acompanhamento de vários instrumentos: zabumba, pandeiro, cavaquinho, triângulo e violão. Em seguida, chegavam os mestres com as damas (em número de 12) todas bem trajadas. Havia a apresentação dos reis que chegavam aproximadamente às 12 horas, começando assim o baile. Reis e damas dançavam.

Quando terminava o "baile dos reis", todos iam dançar com o acompanhamento da sanfona.

Há trinta anos que existe essa comemoração.

Uma das festas mais animadas é a de São João. É a festa que ainda se comemora. É uma comemoração simples acompanhada por um tocador de sanfona. A bebida predileta é cana. Quando é ano de inverno, servem algumas comidas de milho verde tais como: pamonha, canjica e milho assado.

2.6. De que vivem

A maior parte das terras na qual vivem os Negros do Riacho é inaproveitável, visto ser uma terra seca onde não há vegetação, pois predominante é o tabuleiro.

Quando o ano é bom de inverno planta-se o jerimum, milho e feijão. Nas áreas mais próximas do leito do riacho, a terra úmida é aproveitada para a fabricação de diversos utensílios de cerâmica.

A fabricação da cerâmica é uma tarefa específica das mulheres, contando com o apoio de seus filhos menores.

O processo de fabricação da cerâmica é constituído de três fases: preparação, acabamento e queimada.

Na fase de preparação a argila é trabalhada juntamente com a água para, logo em seguida, ser colocada sobre um recipiente, também feito em argila, que dará a forma pretendida. Na segunda fase, é dado o acabamento ou alisamento da peça com o apoio de um pedaço de sabugo ou telha, e posta a secar. Terminada esta fase, a peça é levada ao forno para queimar. Estão dá-se por concluído o processo de fabricação da cerâmica.

Toda cerâmica fabricada é levada para as feiras realizadas em Currais Novos e Lagoa Nova. Levam as peças às feiras sobre as cabeças ou em costas de jumentos. Nas feiras existem locais destinados a este tipo de produto, "a louça" como é chamado, onde todos se reúnem formando um só grupo. Geralmente, no final da feira há uma briga entre eles. Uns brigam porque estão bêbados, outros porque não conseguiram vender nada. E assim, normalmente acabam sendo presos. Mais tarde os outros vão tentar conversar com o delegado que só libera no outro dia.

Chegando à feira, o homem que não vende carvão dispersa-se ou para conversar com os conhecidos ou para beber aguardente, ficando as mulheres responsáveis pela comercialização do produto.

Com o dinheiro recebido pela venda das peças de cerâmica, compra-se alguns produtos para o consumo alimentar.

Normalmente não conseguem vender quase nada, pois os produtos que são vendidos quase não são consumidos pela população devido a industrialização. Ninguém usa panela de barro. Pote, pouca gente. Assim no final da tarde saem com os potes na cabeça tentando qualquer comercialização. Trocar por comida, vender por pouco ou quase nada e, principalmente, trocar por uma garrafa de aguardente.

Há um problema da fabricação da cerâmica no período do inverno, pois é impossível, gerando imensas dificuldades.

2.7. Higiene

Esta comunidade negra, próxima à cidade, possui as condições mínima de higiene. Suas casa não são varridas, o lixo é colocado na lateral da casa, ficando uma sujeira enorme ao redor do ambiente familiar.

Não há privadas ou banheiros. As necessidades fisiológicas são feitas próximo à casa, ficando expostas.

As crianças tomam banho no riacho. Sempre vão sozinhas e quando chegam em casa estão com a mesma sujeira.

Há criação de alguns animais domésticos, principalmente cachorro e gato. Os mesmos comem nas vasilhas das pessoas.

As mulheres parem na comunidade e a parteira é uma negra idosa que, antes de fazer o parto, bebe uma dose de cana para dar coragem. O parto é feito com material simples, isto é, tesoura, faca-peixeira não esterelizados. Na maioria das vezes, as crianças quando não morrem de hemorragia, ficam com o umbigo crescido.

O enxoval da criança é feito de retalhos velhos e tiras de roupas.

Suas roupas, como já frisou-se antes, são usadas muitas vezes, sem lavar. Não têm o hábito de lavar roupa. Um vestido é usado um dia pela mãe, outro pela filha. Os homens raramente têm botões ou zíper em suas calças. As crianças geralmente andam nuas e descalças.

Os cabelos das crianças são grandes e sem higiene, gerando



a permanência de piolhos e enormes feridas em suas cabeças.

O cuidado com a saúde é tão pouco que, ao saberem que na redondeza existe um animal morto, começam a confusão, porque cada um quer o pedaço maior. É comum a alimentação com animal morto, em putrefação, o mesmo acontecendo com outros alimentos.

2.8. Doenças comuns nas crianças

Todas as crianças são acometidas de verminose. Algumas apresentam ferimentos pelo corpo, outras em sua maioria são desnutridas.

Tentando sanar essa deficiência, levou-se um Médico àquela localidade para consultar todas as crianças. Foi realizado um trabalho de consulta médica a todas as crianças pelo médico do Hospital Padre João Maria - Dr. Alberto - que requisitou exames de fezes para um melhor diagnóstico das doenças. Em seguida, entrou-se em contato com o médico-diretor da Fundação SESP, quanto a viabilidade da realização dos exames. Constatada a verminose em todas as crianças, conseguiu-se o medicamento para o devido tratamento.

Numa segunda etapa, entregou-se o medicamento para o tratamento, explicando-se e orientando-se quanto a necessidade de higiene e o valor do remédio para aquelas crianças.

Em consequência dessa falta de higiene, fez-se algumas palestras com uma especialista da Fundação SESP sobre higiene e saúde, os cuidados com o recém-nascido e com o parto da gestante.

2.9. Educação: Escola

São poucas as crianças que vão à escola. É explicado pelas mães que não permitem que as mesmas se matriculem em virtude da distância e que, no caminho, há sempre brigas entre eles, muitos chegando em casa chorando.

Visando minimizar essa problemática fez-se uma visita à Escola. Conversando com a professora detectou-se que as condições são viáveis, uma vez que a escola dista apenas a um quilômetro da comunidade. Com as informações constatadas reuniu-se as mães, e

12

ênfatiou-se o valor do estudo para a vida de cada um. Houve, em consequência, um maior número de crianças matriculadas.

Visitando casa por casa, fez-se uma pesquisa para detectar o número de analfabetos. Diagnosticado o problema, fez-se uma reunião onde ênfatiou-se mais uma vez, a importância do saber ler e escrever na vida do homem. Alguns dias depois soube-se, com muita alegria, que os negros vieram à cidade solicitar do Prefeito Municipal uma escola para adultos - MOBREAL.

2.10. Ação Participativa

Para atender às necessidades básicas do grupo de trabalho e a comunidade em geral, realizou-se uma reunião com o objetivo de promover a organização comunitária, visando a identificação e solução de problemas de forma conjunta.

Após a reunião algumas decisões foram tomadas:

- . construção de um galpão para reuniões e funcionamento da escola;
- . possibilidade da perfuração de um poço.

Numa outra reunião, realizada no dia 30 de junho tomou-se as primeiras decisões para a construção do galpão. Interessantes foram as sugestões dadas por eles. Um e outro dizia: "em grupo não dá"; outro já dizia: "nunca fiz trabalho nenhum com outros atrapalhando". "Muita gente dando pitaco não dá". "determine uma pessoa e nós aceitamos".

Nosso objetivo era realizar essa atividade numa ação conjunta. E conseguiu-se com muito trabalho.

Verificou-se o terreno. Escolheu-se uma parte plana e um local bem ventilado.

Em seguida, dividiu-se as tarefas para cada um. Um grupo era encarregado de trazer madeira, outro de juntar o barro. Até aí tudo bem. Armaram a casa, colocaram as varas e cada homem tinha uma parte marcada para construir. Para ajudá-los na manutenção da semana, conseguimos, junto à LBA, alguns alimentos que foram distribuídos durante a construção do referido galpão.

3. CONCLUSÃO

De acordo com o exposto, conclui-se que o trabalho com os "negros do riacho" é viável.

Na oportunidade salienta-se que é um trabalho a ser desenvolvido a longo prazo, uma vez que há bastante descrédito e preconceito sobre o grupo em estudo.

Há uma rejeição por parte da comunidade de Currais Novos em relação ao grupo, em razão do comportamento de maior parte dos componentes.

A precária situação econômica e financeira em que vivem, interfere profundamente no desenvolvimento do trabalho ora iniciado.

Por fim, percebe-se que já há indícios de sinais positivos como resposta ao trabalho desenvolvido.

Palavras usadas pelo grupo

merco (Médico)
mia fia (Milha filha)
carça (caça)
raido (Rádio)
cumpade (Compadre)
Diche (disse)
distração (desidratação)
diacho (diabo)
projudicar (prejudicar)
vorte (volte)
opitá (Hospital)
rego (Negro)

CENTRO COMUNITÁRIO DOS NEGROS DO RIACHO - FREI FERNANDO SCHINITK

- 01 - Palavra de abertura por Pe. Welson
- 02 - Canto
- 03 - Palavra histórica de um trabalho iniciado por Pe. Ausônio
- 04 - Palavra histórica do trabalho da Fraternidade por Creuza Leite
- 05 - Prestação de contas por Pe. Welson
- 06 - Palavra de Frei Fernando Schinitk
- 07 - Bênção do Centro por Frei Fernando
- 08 - Arriamento da bandeira e descoberta da pãaca
- 09 - Canto
- 10 - Conhecer o Centro
- 11 - Distribuição da merenda aos Negros do Riacho.

X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

CONSTRUÇÃO DAS CASAS DOS NEGROS DO RIACHOBLOCO DO OUTRO LADO

01. José Pereira da Silva
02. Laurentino Lopes da Silva
03. Laurentino Lopes da Silva Filho
04. Maria Sabino de Souza
05. Cloves Lopes
06. Tereza Maria da Conceição
07. Erivan Lopes da Silva
08. João Elias
09. Geraldo Lopes Pereira da Silva

BLOCO DO MEIO

10. Joaquim Vicente e Joaquim Barbosa da Silva Filho
11. Nivaldo Lopes da Silva
12. Antonio Lopes da Silva
13. Oliveira Lopes da Silva
14. Maria Nivalda da Silva

BLOCO DA ENTRADA

15. Alice Maria da Conceição
16. Iralice Lopes da Silva
17. José Irineu da Silva
18. Antonio Mendes Filho
19. José Pereira da Silva
20. Francisco de Assis da Silva
21. Noêmia Lopes da Silva
22. Maria Dalva Lopes da Silva
23. Josuel Pereira de Oliveira
24. José de Oliveira Confessor
25. Canindé Lopes

26. José Lopes da Silva (Zé banda)

27. Luiz Pereira (restaurada)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS - RN
RELAÇÃO DO MATERIAL CONSUMIDO NA CONSTRUÇÃO DAS CASAS DOS NEGROS
DO RIACHO

01. 27 carradas de pedras para os alicerces
02. 46 carradas de areia
03. 27 carradas de barro vermelho
04. 20 carradas de barro branco para o rebôco
05. 15 carro pipa com água
06. 200 sacas de cimento, adquiridas através da Comissão Estadual das
Frentes de Produção (antiga emergência)

Observação: Foram usadas: ferramentas como: pás, picaretas, enxadas,
carros de mão, transportes dos materiais da
cidade para o local da construção.

A participação da Prefeitura Municipal foi de um percentual
de 40% do valor da obra, conforme prestação de conta apresenta-
da pelo Pe. Welson Rodrigues do Nascimento.

Currais Novos (RN), 05 de abril de 1994

Franciélcio Bezerra de Medeiros
Secretário Municipal de Obras e Ser-
viços Urbanos

CENTRO COMUNITÁRIO DOS NEGROS DO RIACHO - FREI FERNANDO SCHINITK

PRESTAÇÃO DE CONTAS AO POVO

01 - Tambor para água, carroça de mão, latas para carregar água, pregos, dobradiças, ferrolhos, fechaduras parafusos, armadores de rede, abraçadeiras para as tesouras, pintura da placa, tinta para as portas, pincel, solvente, cola, lixas, sabão.....Cz\$	10.842,00
02 - 15 milheiros de tijolos, 01 carrada e 01 carroça de barro, 01 carrada de pedra, 02 carradas de areia, 2.500 telhas.....Cz\$	47.700,00
03 - 14 sacos de cimento.....Cz\$	6.120,00
04 - Madeira.....Cz\$	30.720,00
05 - Nervuras.....Cz\$	2.160,00
06 - 20 latas de cal.....Cz\$	2.400,00
07 - Juros por empréstimo.....Cz\$	4.000,00
08 - Mão de obra de 06 semanas de serviço.....Cz\$	51.800,00
02 pedreiros e 05 serventes	
09 - Despesas com transporte e álcool.....Cz\$	3.487,00
TOTAL DAS DESPESAS;.....Cz\$	159.229,00

RECURSOS

1ª Remessa dada por Frei Fernando 09/06/89 Cz\$ 715,00 Colocados numa poupança CEF que rendeu mais Cz\$ 36.667,08 dando um total de Cz\$	37.382,08
2ª Remessa dada por Frei Fernando numa de suas visitas com os alemães 17/10/89 Cz\$ 2.500,00 aplicados na conta azul remunerada que rendeu mais Cz\$ 8.151,60 dando um total Cz\$	10.651,60
3ª Remessa dada por Frei Fernando no dia 13 de setembro de 1990.....Cz\$	80.000,00
4ª Remessa proveniente da Fraternidade local de Currais Novos para terminar o Centro.....Cz\$	19.754,86
TOTAL DOS RECURSOS E JÁ GASTOS.....Cz\$	159.229,00

ORDEM FRANCISCANA SECULAR - CURRAIS NOVOS - RN

PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONSTRUÇÃO DAS CASAS DOS NEGROS DO RIACHORECEITA

Recebidos do Frei Fernando Schnitker.....CR\$	4.500.000,00	
Juros e Correção - Bradesco-Currais NovosCR\$	<u>479.756,00</u>	CR\$ 4.979.756,00

DESPESA

Cimento.....CR\$	48.000,00	
Carro de mão.....CR\$	5.810,00	
Pastas para arquivo.....CR\$	225,00	
Filmes e revelações.....CR\$	9.700,00	
Pilhas.....CR\$	64,00	
Lenhas para queimação de tijolos.....CR\$	17.500,00	
Tijolo comum: 148 milheiros.....CR\$	259.600,00	
Madeira.....CR\$	310.351,00	
Telha comum: 64 milheiros.....CR\$	236.500,00	
Pregos.....CR\$	20.360,00	
Portas e Janelas.....CR\$	153.600,00	
27 fechaduras; 132 ferrolhos; 320 dobradiças; 166 armadores.....CR\$	170.500,00	
Latas de Cal: 215 latas.....CR\$	99.000,00	
Brocas.....CR\$	600,00	
Latas para carregar água.....CR\$	700,00	
Ferro.....CR\$	13.100,00	
Parafusos.....CR\$	70,00	
Vaso Sanitário para o Centro.....CR\$	22.000,00	
Feiras para os Negros como gratificação..CR\$	165.094,50	
Alimentação dos mutirões realizados.....CR\$	44.346,50	
Carradas de areia: 08 carradas.....CR\$	40.000,00	
Alimentação das visitas aos Negros.....CR\$	45.921,00	
Concertos das câmaras e soldagens.....CR\$	8.700,00	
Frete das visitas e com trabalhadores...CR\$	53.000,00	
Tinta, pincéis e solvente.....CR\$	93.150,00	
Concerto do Catavento no período.....CR\$	8.000,00	
Faixa para a inauguração.....CR\$	12.000,00	
Imagens para cada casa dos Negros.....CR\$	24.000,00	
Material geral.....CR\$	4.400,00	
Combustível - Pe. Welson.....CR\$	139.794,00	
Mão de obra: pedreiros, serventes.....CR\$	2.889.670,00	
Gratificação final para os operários.....CR\$	<u>84.000,00</u>	CR\$ <u>4.979.756,00</u>

Currais Novos (RN), 05 de abril de 1994

Pe. Welson Rodrigues do Nascimento
 Pe. Welson Rodrigues do Nascimento
 Assessor e Administrador
 da Construção

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)